

# 14.º Congresso Nacional dos Professores

## Programa de Ação

### “Uma FENPROF dinâmica na proposta e no protesto porque a Educação não pode esperar”

#### 1. A Educação, a escola e os/as professores/as<sup>1</sup>

##### 1.1. A Educação não pode esperar!

Dos agora cumpridos 48 anos, de muitos momentos vibrantes com que a Democracia superou temporalmente a penosa noite fascista, sendo a luta dos/as trabalhadores/as o elemento determinante, **há datas que, para a Educação, são de referência** e cuja marca é indelével:

- **25 de Abril de 1974** que, na Educação, se traduziu na incomparável conquista da democratização do acesso e na afirmação de uma Escola Pública que integrou uma visão assumidamente progressista sobre a igualdade de oportunidades de sucesso educativo;

- **2 de abril de 1976**, dia em que a Assembleia da República (AR) aprovou, por esmagadora maioria (só o CDS votou contra), a Constituição da República Portuguesa (CRP) que consagra o direito de todos/as ao ensino, garantindo o direito à “igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”<sup>2</sup>, sendo o Estado Português responsabilizado por “Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar”<sup>3</sup>;

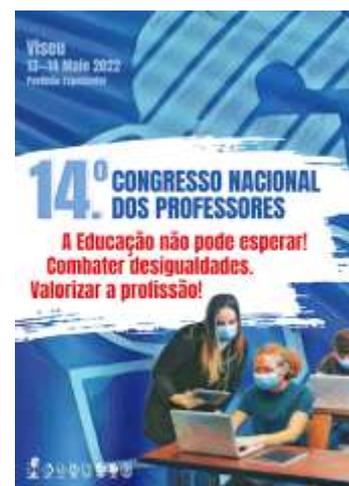
- **14 de outubro de 1986**, data de publicação, em Diário da República, da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), cuja matriz democrática só não foi, mais tarde, profundamente distorcida pelo governo PSD/CDS de Durão Barroso, Paulo Portas e David Justino, por força da luta da comunidade educativa e do veto do Presidente da República Jorge Sampaio, em 2004, fundamentado no facto de quaisquer alterações ao principal diploma que rege a Educação em Portugal deverem merecer um amplo consenso, o que manifestamente não sucedia;

- **18 de novembro de 1989 e 28 de abril de 1990**, datas em que foram publicados os diplomas que deram corpo ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e

<sup>1</sup> Nas primeiras páginas, testemunhando o recurso à linguagem inclusiva, adota-se um dos processos comuns para o efeito. Não obstante, optou-se por não colocar a alternativa do género feminino nas palavras biformes ao longo de todo o texto, por se entender que tal dificultaria a leitura e a compreensão do texto. Que fique claro que todo o conteúdo se refere, naturalmente, às trabalhadoras e aos trabalhadores, aos professores e às professoras, aos educadores e às educadoras, aos alunos e às alunas, etc.

<sup>2</sup> Artigo 74.º - (Ensino), n.º 1, da CRP.

<sup>3</sup> Artigo 74.º - (Ensino), n.º 2, alínea b), da CRP.



1 Secundário, vulgo Estatuto da Carreira Docente (ECD), o primeiro  
2 estabelecendo a estrutura da carreira e o segundo o seu conteúdo,  
3 consagrando deveres, direitos e condições específicas do exercício  
4 profissional.

5 Houve outros momentos importantes, sem dúvida, mas os referidos  
6 serão, de entre muitos, os que mais contribuíram para estabelecer a  
7 matriz da Educação no Portugal de Abril. Não têm faltado tentativas de  
8 desvalorizar ou apagar tais referências, sem, no entanto, atingirem por  
9 inteiro os objetivos. A importância social das conquistas em apreço, mas  
10 também a luta dos/as profissionais da educação e do ensino e dos/as  
11 trabalhadores/as em geral têm sido **determinantes fatores de resistência**  
12 **a projetos reacionários na área da Educação**, ainda que com recuos e  
13 desvios que sempre são de lamentar.

14 Para além do citado ensaio para a alteração da LBSE, são de destacar, só  
15 para dar outros dois exemplos, a investida do governo PS, com Sócrates e  
16 Lurdes Rodrigues, contra os/as professores/as e o seu estatuto  
17 profissional e de carreira e, pouco depois, o projeto de reconfiguração  
18 profunda das funções sociais do Estado, com a apresentação, pelo  
19 governo PSD/CDS-PP de Passos Coelho, Paulo Portas e Nuno Crato, do  
20 designado Guião da Reforma do Estado, programa que a direita pretendia  
21 prosseguir num segundo mandato. O guião estava identificado com os  
22 princípios do neoliberalismo e era reforçado pelas imposições da *troika*  
23 UE-BCE-FMI que **atentavam contra a Escola Pública, entre outros serviços**  
24 **públicos**. Tornavam-na uma resposta diminuída, menor, que caberia onde  
25 e quando não interessasse aos privados.

26 Procurava a direita, cumprindo o seu ideário, **reduzir o papel do Estado a**  
27 **funções que designava de essenciais**, tais como a defesa, a segurança ou  
28 a justiça e pouco mais. Neste caminho, a qualidade na Educação ficaria ao  
29 alcance de quem a pudesse pagar, ou se endividasse junto de entidades  
30 financeiras. Aos/Às que menos têm e menos podem, o Estado daria uma  
31 resposta mínima, dispondo-se, porém, por via de um dito reconhecimento  
32 do mérito, a distinguir uns poucos destes, o que até ajudaria a disfarçar a  
33 opção elitista de fundo.

34 É verdade que nos últimos anos, principalmente nos derradeiros sete, não  
35 surgiram propostas atentatórias da dimensão das anteriormente  
36 referidas. Todavia, ao manter estagnado o nível de financiamento, não  
37 investindo de forma capaz na Educação, na valorização dos/as  
38 profissionais, na resolução dos problemas que os/as afetam, na melhoria  
39 das condições de trabalho nas escolas, na atração de jovens para a  
40 docência, na recuperação de outros/as, que entretanto desistiram da  
41 profissão, para o seu exercício, na democratização da gestão, com o  
42 correspondente reforço da autonomia, os governos do PS, de António  
43 Costa e Tiago Brandão Rodrigues, pouco fizeram para alterar a situação  
44 negativa desta determinante área, consagrada como um relevantíssimo  
45 direito pela CRP. A questão que, desde logo, se coloca é **se existem**  
46 **condições, designadamente ao nível dos recursos (financeiros, humanos,**  
47 **materiais, físicos...)** para que a Escola Pública cumpra em pleno a missão  
48 democratizadora que lhe está acometida, assumindo-se,  
49 necessariamente, como escola democrática.

1 Se olharmos para o que tem sido a evolução da despesa do Estado em  
2 Educação, verificamos que, ao longo da década de 90 do século passado,  
3 houve um contínuo crescimento em percentagem do produto interno  
4 bruto (PIB). O valor mais elevado foi atingido já em 2002: 5,1% do PIB. **A**  
5 **partir daí, assistiu-se a um decréscimo, baixando, desde então, para**  
6 **menos de 4% a partir de 2015.**

7 Alega-se, por vezes, que a percentagem do PIB é enganadora, pois não  
8 reflete o valor absoluto da despesa do Estado com a Educação. Podendo,  
9 de facto, acontecer que, apesar do decréscimo da percentagem do PIB, o  
10 valor absoluto aumente, aquele valor reflete **a importância que é dada à**  
11 **Educação pelo Estado**, revela o que este lhe reserva do total de riqueza  
12 criada em cada ano.

13 Mas, se atentarmos nos números, podemos verificar que também **em**  
14 **valor absoluto a verba já foi mais elevada do que a despendida nos**  
15 **últimos anos**. Por exemplo, em 2010 atingiu os 8559,2 milhões de euros,  
16 mas, em 2020, não foi além dos 7850,1 milhões, ou seja, dez anos depois,  
17 menos cerca de 700 milhões.

18 Nas verbas **tem crescido a dependência dos fundos europeus**. Em 2021  
19 foram incluídos 553,5 milhões de euros com essa origem (e com os  
20 respetivos condicionalismos). Para 2022, a proposta de Orçamento do  
21 Estado (OE) que a AR chumbou previa uma despesa total consolidada de  
22 apenas 7805,7 milhões, dos quais 916,1 milhões eram receitas  
23 provenientes de fundos europeus. Destes, boa parte destinava-se à  
24 compra de computadores (em setembro de 2020, já deveriam estar  
25 disponíveis para todos, mas, ano e meio depois, ainda estão em falta mais  
26 de meio milhão) e à concretização de alguns programas comunitários.  
27 Ainda em relação a estes fundos, convirá observar que a sua obtenção  
28 estava sujeita à promoção, pelo Estado Português, das chamadas  
29 “reformas estruturais” que, por norma, resultam na fragilização dos  
30 serviços públicos.

31 Se as questões financeiras são importantes, pois explicam boa parte do  
32 conjunto de problemas que afetam o setor, designadamente ao nível da  
33 escassez de recursos, elas não são as únicas. Nos últimos anos, muitas  
34 foram as **mudanças que se deram, quantas vezes em modo de “para-**  
35 **arranca”, não raras vezes constituindo retrocessos**, tanto educativos,  
36 como democráticos.

37 Por exemplo, **em 2008, pela mão do governo de maioria absoluta PS, a**  
38 **gestão democrática foi erradicada das escolas**. Constituiu um fortíssimo  
39 ataque às possibilidades de participação dos docentes e demais  
40 comunidade educativa em todos os níveis de decisão e, portanto, à sua  
41 autonomia; a X legislatura, no período 2005-2009, em que o XVII Governo  
42 Constitucional exerceu o seu mandato, foi, também, tempo de profundas  
43 alterações da rede escolar, com o encerramento de milhares de escolas  
44 do 1.º ciclo, muitas de forma injustificada e nem sempre com alternativas  
45 positivas para os/as alunos/as deslocados/as, tanto no plano social, como  
46 no educativo. As verbas comunitárias levaram a que muitos municípios  
47 tivessem avançado para a construção dos chamados centros escolares  
48 que aglutinaram pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, concentrando

1 alunos/as<sup>4</sup>, por vezes, de todo o concelho. Disparou, também, a imposição  
2 de mega agrupamentos, absurdos no plano pedagógico, mas que  
3 perduram porque, ao interesse pedagógico, continuam a sobrepor-se o  
4 administrativo e o financeiro.

5 Em regra, **foram tempestuosos os tempos vividos na Educação**, com  
6 mudanças que surgiram sem avaliação do que existia e, quase sempre, em  
7 sentido contrário ao que a Escola Pública necessitava e ambicionava.

8 No plano curricular, **a crítica ao chamado “eduquês” foi uma das**  
9 **alavancas para promover um ensino elitizado**, em que as disciplinas se  
10 distinguem por putativos níveis de importância, umas mais nobres, outras  
11 bem menos. Os exames ganharam protagonismo, impostos logo a partir  
12 do 1.º ciclo, em detrimento de uma avaliação contínua. Essa perspetiva  
13 não foi apagada nas duas últimas legislaturas, ainda que tivesse sido  
14 diluída com o fim dos exames nos 4.º e 6.º anos de escolaridade. Surgiram  
15 as “aprendizagens essenciais” que substituíram os programas das  
16 disciplinas, alegadamente para reforçar a autonomia das escolas e dos  
17 professores na atividade com os alunos. Só que o discurso esbarrou em  
18 obstáculos, de onde relevam o regime de gestão das escolas, associado ao  
19 sobredimensionamento das unidades em que ela é feita, as fragilidades  
20 nas respostas da educação inclusiva, a manutenção dos restantes exames  
21 e provas finais de ciclo (com os resultados a servirem para a elaboração  
22 de *rankings*), o regime de acesso ao ensino superior, ou a manutenção de  
23 um modelo de formação de professores inadequado e que só tardiamente  
24 mereceu alguma atenção do Ministério da Educação (ME).

25 Outro sinal dos tempos foi o **encaminhamento de um número crescente**  
26 **de alunos para as vias profissionais**. Mais do que um sinal de valorização  
27 real, estamos a assistir a mais um processo de crescente transferência de  
28 financiamento para fundos europeus, determinados e condicionados  
29 externamente, onde se incluem salários dos docentes, descomprometendo cada vez mais o Estado português. O “desvio” de  
30 alunos para as vias profissionais, acelerado por Crato, incluiu a orientação  
31 para cursos superiores de menor estatuto (as “meias licenciaturas”, dizia o  
32 então ministro), os cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP), a que  
33 muitos institutos politécnicos se agarraram como forma de sobrevivência  
34 ao subfinanciamento crónico. Isto aconteceu no tempo em que Portugal,  
35 com uma baixa percentagem de jovens com cursos superiores, era  
36 acusado por Angela Merkel de ter licenciados a mais. Estávamos perante a  
37 estratégia do “dois-em-um” que Nuno Crato iniciou e Brandão Rodrigues  
38 prosseguiu: mais gente com frequência do ensino superior, mas nem  
39 tantos licenciados, como apontava a chanceler alemã. No somatório, a  
40 depreciação das qualificações.  
41

42 A “**educação inclusiva**” foi apresentada como outra novidade, destinada a  
43 superar as limitações da simples integração. Porém, o que tem sido  
44 determinante é a clamorosa falta de recursos nas escolas que impediu  
45 que a prática correspondesse à intenção anunciada no preâmbulo do  
46 Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

---

<sup>4</sup> Pelas razões expostas, suspende-se, a partir daqui, o recurso à denominada linguagem inclusiva.

1 Nesse mesmo dia foi também publicado o Decreto-Lei n.º 55/2018, que se  
2 destina, assim era descrito, a reconhecer às escolas e agrupamentos  
3 **autonomia no plano das decisões curriculares**. Também muito limitado,  
4 na prática, exhibe, como aspeto mais visível desta alegada autonomia, a  
5 organização do ano letivo em semestres.

6 Ambos **os diplomas foram orientados para a concretização do processo**  
7 **de transferência de competências** para os municípios, cuja lei se  
8 encontrava em fase de aprovação na AR, no momento em que foram  
9 publicados. A lei acabou por ser publicada em 16 de agosto de 2018, Lei  
10 n.º 50/2018. Alguns meses volvidos, em 30 de janeiro, saía o Decreto-Lei  
11 n.º 21/2019, que regulamenta a transferência na área da Educação.

12 Em que é que os decretos-lei 54/2018 e 55/2018 se cruzam com o  
13 processo de municipalização, perguntar-se-á. São eles que **abrem**  
14 **caminho para parte do que se pretende que os municípios façam no**  
15 **domínio da Educação**, neste caso em termos de financiamento. O  
16 primeiro prevê que os municípios se candidatem a programas europeus  
17 para obtenção de financiamento destinado a promover políticas ditas de  
18 inclusão; o outro confirma um espaço no currículo, que, conforme  
19 estabelece o respetivo artigo 12.º, poderá ir até 25%, percentagem que,  
20 no âmbito dos contratos interadministrativos de transferência de  
21 competências para os municípios, criados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de  
22 setembro, já era prevista. Com o governo PSD/CDS, caberia ao município  
23 definir currículo para os 25%; com o governo PS, a competência passou,  
24 formalmente, para as escolas. No entanto, num caso e no outro, as  
25 escolhas ficam condicionadas, de forma decisiva, pelas elegibilidades dos  
26 fundos europeus. É pouco relevante qual é a entidade decisora, uma vez  
27 que as opções são heterodeterminadas. É, na realidade, uma interferência  
28 na autonomia das escolas, neste caso, no que respeita à capacidade de  
29 decisão sobre as suas ofertas educativas e formativas.

30 O espaço aberto na matriz curricular será construído localmente,  
31 passando a corresponder às elegibilidades dos fundos europeus, a que são  
32 candidatas as comunidades intermunicipais (CIM) ou os próprios  
33 municípios. Mais uma vez, **o fito é aliviar a responsabilidade do Estado**  
34 **em matéria de financiamento**, libertando pressão e disponibilidade  
35 orçamental para outras opções. Os fundos destinam-se a financiar as  
36 designadas políticas de inclusão. A eles candidatam-se, com vantagem,  
37 entidades mais próximas do terreno, autarquias ou entidade privadas,  
38 sejam ou não do setor social. Compreendendo isto, não é aceitável que  
39 seja aproveitado para os governos declinarem obrigações que cabem ao  
40 Estado central.

41 A última década fica, ainda, marcada por situações que só mesmo os mais  
42 distraídos poderiam considerar estranhas. Por exemplo, relativamente aos  
43 professores, passou-se de um aparente excesso, com milhares no  
44 desemprego, muitos a abandonarem a profissão, saturados com as faltas  
45 de condições e de estabilidade para exercerem a profissão, e com  
46 milhares de “horários-zero”, para, **presentemente, notar-se uma já muito**  
47 **preocupante falta de professores**. É um problema que está a ser apenas  
48 disfarçado pelo recurso a expedientes que não constituem verdadeira  
49 resposta.

1 Como a FENPROF sempre afirmou, **nunca houve professores a mais nas**  
2 **escolas**; o que tivemos em diferentes alturas foram decisões políticas  
3 destinadas a reduzir o seu número, com a justificação de estar a decrescer  
4 o número de alunos. Sendo isto verdade, importa reter que a redução do  
5 número de docentes foi, proporcional e sintomaticamente, muito  
6 superior, em resultado de medidas deliberadas para obter tal efeito, de  
7 que foram exemplos, entre outras, a redução de horas de algumas  
8 disciplinas e a fusão, ou mesmo extinção, de outras, ou a eliminação dos  
9 pares pedagógicos, para não falar dos abusos com os horários de  
10 trabalho, da definição do horário noturno, das reduções para direção de  
11 turma e supervisão de estágios, ou das alterações nas reduções por idade  
12 e tempo de serviço.

13 Há muito que a FENPROF alertava para a **procura, cada vez menor, dos**  
14  **cursos de formação de docentes** e prevenia os governantes das  
15 consequências das medidas que estavam a tomar, incluindo a sistemática  
16 desvalorização da condição docente. A médio prazo, resultariam na  
17 situação que hoje se confirma.

18 A insistência em políticas condenáveis de desvalorização e dispensa de  
19 docentes levou ao que se previa, embora, ainda há pouco, continuasse a  
20 ser negado pelos governantes: **o sistema debate-se com a falta de**  
21 **professores**. Ademais, a situação está a provocar ainda maiores  
22 sobrecargas horária e de trabalho sobre muitos profissionais e já vai  
23 abrindo portas ao recurso a pessoas não habilitadas para a docência,  
24 quiçá novo instrumento para embaratecer a profissão e degradar a  
25 condição docente. Curiosamente, Nuno Crato brincara com o problema,  
26 afirmando que, se faltassem professores em Portugal, poder-se-ia  
27 recorrer a brasileiros, pois falavam a língua (de facto, desvalorizava o  
28 problema, sendo que o governo, à época, aconselhava os professores a  
29 procurar outra profissão ou a emigrarem, considerando-os  
30 excedentários); Tiago Brandão Rodrigues, por sua vez, insistiu em ignorá-  
31 lo, contrapondo que as situações relatadas eram pontuais e  
32 maldosamente, dizemos nós, exploradas pelos sindicatos e por alguma  
33 comunicação social. Enganou-se, ou, para dar cobertura às opções do seu  
34 governo, que não consideravam este grave problema, tentou iludir para  
35 fugir à questão.

36 **A falta de professores não é alheia à grave desvalorização da profissão**  
37  **docente** que os últimos governos, principalmente a partir de 2005, têm  
38 vindo a fomentar. A desvalorização foi-se acentuando com a imposição de  
39 situações como: os violentos ataques à carreira, primeiro com a sua  
40 divisão, depois com o roubo de tempo de serviço, em diferentes épocas, e  
41 a imposição de mecanismos administrativos para restrição das  
42 progressões (quotas e vagas) que impedem o acesso aos escalões  
43 superiores; o arrastamento das situações de precariedade, atingindo  
44 índices brutais, desrespeitadores da lei e profundamente desanimadores  
45 para milhares de docentes e possíveis candidatos à profissão; a total falta  
46 de medidas para o rejuvenescimento, indispensáveis para travar o  
47 acelerado ritmo de envelhecimento do corpo docente; as dificuldades  
48 que, de forma agravada, marcam as condições de trabalho, em particular  
49 os horários, atingidos por abusos e ilegalidades; o aumento da indisciplina  
50 e, por vezes, da violência no espaço escolar, sem que sejam tomadas

1 medidas para prevenir e mitigar tais situações; a recorrente  
2 responsabilização por problemas e fracassos que resultam das más  
3 políticas, da incompetência, da incapacidade e da falta de vontade política  
4 dos governantes... tudo isto com reflexos muito negativos na saúde física  
5 e mental dos professores, grupo profissional em que as situações de  
6 *stress, burnout* e exaustão emocional atingem níveis preocupantes.

7 Nos últimos seis anos, o que de mais positivo houve a registar na  
8 Educação foi **a adoção de medidas que puseram cobro a muitos**  
9 **contratos de associação indevidamente celebrados com colégios**  
10 **privados** que recrutavam alunos de zonas servidas de resposta pública  
11 para, assim, cobrarem ao Estado verbas ilegítimas. Era um problema há  
12 muito denunciado pela FENPROF que, por não o calar, foi vítima de  
13 insultos vindos de quem se aproveitava ou temporizava com o  
14 estratagem. Ver-se-á, entretanto, se não vão surgir recuos neste  
15 domínio, até por força do processo de municipalização imposto por  
16 convergência entre PS e PSD. É uma preocupação fundada que não pode  
17 deixar de reforçar a apreciação negativa que a FENPROF vem fazendo da  
18 chamada descentralização.

19 Também de sentido positivo, tivemos medidas como **as gratuidades dos**  
20 **manuals escolares ou, futuramente, das creches**, medidas que resultam  
21 da negociação entre os partidos na AR, apesar de resistências iniciais do  
22 PS e da oposição dos partidos à sua direita.

23 **Organizações e entidades diversas têm chamado a atenção dos governos**  
24 **de Portugal para o estado a que chegou a Educação**. Devemos destacar o  
25 Conselho Nacional de Educação (CNE) que, através de recomendações e  
26 pareceres diversos, tem alertado, entre outros problemas, para a situação  
27 dos professores. O CNE vem chamando a atenção para números  
28 assustadores que confirmam o envelhecimento<sup>5</sup>, para a sobrecarga de  
29 trabalho a que os professores estão sujeitos, com enorme desgaste<sup>6</sup>, ou  
30 colocando dúvidas e preocupações sobre a transferência de competências  
31 para os municípios<sup>7</sup>. Por seu lado, o Tribunal de Contas, há menos de um  
32 ano<sup>8</sup>, chamava a atenção para o crescente desinvestimento em Educação  
33 e, também, para a insuficiência das políticas públicas para esta área.

34 Na AR, **alguns partidos têm defendido políticas de promoção da Escola**  
35 **Pública e apresentado propostas** destinadas a garantir e elevar a  
36 qualidade das respostas para todos, inclusivas e apontando no sentido da  
37 gratuidade do acesso à Educação. Muitas vezes, têm confrontado os  
38 governantes com os problemas e proposto soluções...

39 O obstáculo primeiro é que **os governantes deixaram de ouvir quem**  
40 **alerta e quem apresenta propostas para solucionar os problemas**. Em

---

<sup>5</sup> Relatório “Estado da Educação 2018”, divulgado em novembro de 2019 pelo Conselho Nacional de Educação.

<sup>6</sup> Recomendação do Conselho Nacional de Educação n.º 3/2019, aprovada em 4 de junho e publicada em Diário da República em 31 de julho de 2019.

<sup>7</sup> Recomendação do Conselho Nacional de Educação n.º 1/2019, aprovada em 21 de novembro e publicada em Diário da República em 30 de janeiro de 2019.

<sup>8</sup> Relatório Panorâmico Demografia e Educação; relatório n.º 7/2021, de 14 de outubro.

1 aspetos essenciais à vida das escolas e à valorização da profissão docente,  
2 sempre que foram apresentados projetos de resolução ou de lei na AR, o  
3 PS votou contra, conseguindo, com a colaboração da direita parlamentar,  
4 impedir a aprovação das iniciativas. E quando, excepcionalmente, os  
5 projetos foram aprovados, consumando-se em recomendações ou leis da  
6 AR, o governo ignorou ou desrespeitou, ostensivamente, as normas e o  
7 Parlamento. Um dos momentos de verdadeiro paroxismo deste  
8 comportamento teve lugar quando o primeiro-ministro António Costa,  
9 perante a eventualidade de ver aprovada a recuperação do tempo de  
10 serviço dos professores, ameaçou com a demissão do governo, uma  
11 chantagem que colheria frutos por parte de PSD e CDS-PP.

12 Para além de desvalorizar os alertas oriundos de diferentes entidades e de  
13 não respeitar decisões da AR, o governo, perante a pressão da FENPROF  
14 para que se abrissem vias de diálogo e negociação que permitissem  
15 resolver problemas, optou por urdir **um cerrado e antidemocrático**  
16 **bloqueio negocial, concretizado pela equipa ministerial para a Educação.**

17 Foi assim que, nos últimos quatro anos, **o ministro começou por ameaçar**  
18 **fechar as vias de diálogo**, caso a FENPROF não acompanhasse as suas  
19 posições. A FENPROF, obviamente, não se submeteu, manteve-se ao lado  
20 dos professores, como é seu dever. O ministro, incapaz para o diálogo e  
21 para encontrar soluções, cumpriu a ameaça. Terá sido das raras vezes em  
22 que honrou a palavra, mas para tripudiar sobre regras da democracia e  
23 apoucar o tão incensado “diálogo social”.

24 **No que respeita ao ensino privado, a situação tem evidente paralelismo.**  
25 Os problemas são muitos e a falta de professores começa a ter um  
26 impacto fortíssimo, maior do que no ensino público. Sentindo-se  
27 maltratados e desrespeitados, são muitos os docentes do ensino  
28 particular e cooperativo que aspiram a passar para o setor público, onde,  
29 ainda assim, esperam encontrar uma situação menos má. A tal não é  
30 alheia a específica desvalorização do estatuto profissional e de carreira  
31 dos docentes do ensino privado, bem como os ainda maiores abusos que  
32 se verificam em relação aos horários de trabalho, problemas que  
33 ganharam particular significado a partir de 2014. Foi nesta altura que as  
34 organizações da UGT decidiram dar a mão à confederação patronal que,  
35 jogando com a caducidade da contratação coletiva introduzida no Código  
36 do Trabalho, acordaram um contrato coletivo de trabalho que é  
37 extremamente discriminatório dos docentes do setor e depreciador da  
38 profissão docente.

39 Salvo raras exceções, **o clima vivido nos colégios, com uma direção**  
40 **prepotente e sem escrúpulos, gera medos** que dificultam a assunção de  
41 reivindicações pelos professores e da luta necessária por elas. É um  
42 quadro que, as mais das vezes, acaba por empurrar os docentes para o  
43 ensino público. Saliente-se que, no privado, a desvalorização e as  
44 condições de trabalho conseguem ser ainda piores para o ensino  
45 profissional e o ensino artístico especializado.

46 **No ensino superior e na ciência, a situação não é mais favorável aos**  
47 **profissionais**, sejam docentes ou investigadores. O Regime Jurídico das  
48 Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado em 2007, abriu portas a  
49 processos privatizadores e permitiu que se instalassem autênticos

1 mandarinatos na gestão de algumas instituições. Deveria ter sido avaliado  
2 e revisto em 2012, mas tal ainda não aconteceu. Também o estatuto  
3 profissional e as condições de trabalho de docentes e investigadores se  
4 degradaram, o envelhecimento avançou, a precariedade instalou-se e  
5 nada foi feito para melhorar e valorizar a atividade e a vida dos  
6 profissionais. Também nestes setores, a valorização das profissões e das  
7 suas carreiras não surge, ao contrário do que devia acontecer, como  
8 prioridade nas opções políticas seguidas.

9 O ano de **2022 iniciou-se com a realização de eleições legislativas**, tendo  
10 o PS conseguido eleger mais de metade dos 230 deputados, o que lhe  
11 permitirá governar com maioria absoluta. Trata-se de uma situação  
12 política que poderá dificultar a ação sindical, quer no que respeita ao  
13 exercício dos direitos sindicais, quer no plano negocial e da ação  
14 reivindicativa, mas, até por isso, a ação e a luta terão importância  
15 acrescida.

16 Não é a primeira vez que o país tem governos suportados por **maioria**  
17 **absoluta de deputados, sendo oportuno lembrar que tal não impediu o**  
18 **desenvolvimento de fortíssimos processos de luta**, dos quais resultaram,  
19 ainda que nem sempre de imediato, avanços e ganhos significativos.  
20 Aconteceu no final dos anos oitenta do século passado, quando, na  
21 sequência de inúmeros dias de greve, apesar da sólida maioria PSD com  
22 Cavaco Silva como primeiro-ministro, foi obtido o ECD e, pouco depois,  
23 eliminados alguns dos seus principais constrangimentos; quando o país,  
24 no auge da maioria PS com José Sócrates, viu realizarem-se as maiores  
25 manifestações de sempre de docentes em Portugal, bem como as greves  
26 mais participadas, daí resultando o fim da divisão da carreira em  
27 categorias de professores; quando, em plena maioria PSD/CDS-PP, com  
28 Passos Coelho e Paulo Portas, se realizou a mais longa greve em período  
29 de avaliações de final de ano, que obrigou o governo a recuar na intenção  
30 de remeter mais de cinco mil docentes em horário-zero para a  
31 requalificação, verdadeira antecâmara do desemprego, e na intenção de  
32 aumentar o horário de trabalho semanal dos professores para as 40  
33 horas, tendo aquele processo de luta sido, ainda, determinante para as  
34 posteriores eliminações da PACC e das BCE.

35 O que antes se recorda não permite afirmar que a ação sindical se dá bem  
36 com maiorias absolutas, mas confirma que, conscientes das dificuldades  
37 acrescidas, não as teme e que **os docentes sabem unir-se e lutar quando**  
38 **os governos se aproveitam de conjunturas que lhes são favoráveis para**  
39 **desferirem ataques** ainda mais fortes aos seus direitos e condições de  
40 trabalho.

41 O que se prevê prioritário para a ação governativa, com implicações na  
42 Educação, na Escola Pública, na Ciência e nos docentes e investigadores –  
43 continuada transferência de financiamento para fundos europeus,  
44 municipalização, formação inicial de docentes e revisão do regime de  
45 seleção e recrutamento, não se vislumbrando, designadamente na  
46 proposta de OE para 2022, medidas destinadas a reverter a quebra de  
47 atratividade que tem afastado os jovens da profissão –, insta os  
48 professores, educadores e investigadores, bem como as suas organizações  
49 sindicais, a manterem-se atentos e mobilizados, **devendo, caso o governo**

1 **continue a evitar o diálogo, a bloquear a negociação e a pretender impor**  
2 **medidas gravosas, impeli-los para a luta reivindicativa** em torno de  
3 propostas positivas e contra intenções negativas da governação, caso se  
4 confirmem.

## 5 **1.2. Combater desigualdades**

6 A pandemia da **COVID-19 pôs ainda mais a descoberto as desigualdades**  
7 do país que se refletem, intensamente, nas escolas. Elas acentuaram-se, e  
8 de que maneira, com o recurso ao ensino remoto de emergência. Vários  
9 foram os estudos que confirmaram esse agravamento, desde logo o  
10 realizado pela FENPROF<sup>9</sup>, que foi dos primeiros a alertar para a situação.

11 Também o CNE, através do estudo Efeitos da pandemia COVID-19 na  
12 Educação: Desigualdades e medidas de equidade, divulgado em 22 de  
13 novembro de 2021, **alerta para os problemas que a pandemia agravou**.  
14 Refere, por exemplo, que “o recurso ao ensino remoto de emergência e a  
15 imposição de períodos longos de confinamento alteraram as condições e  
16 os espaços de aprendizagem, dando visibilidade a diferenças entre alunos,  
17 escolas, regiões, países. Em países muito desiguais, como é o caso de  
18 Portugal, nomeadamente em termos socioeconómicos, esta questão terá  
19 sido colocada com mais acuidade, dada a quebra de rendimento de  
20 muitas famílias durante a crise pandémica”. Acrescenta este estudo do  
21 CNE que “as desigualdades pré-existent impuseram desafios acrescidos  
22 a crianças e jovens de contextos familiares mais desfavorecidos.  
23 Confinados em habitações muitas vezes sobrelotadas e sem um espaço  
24 tranquilo para estudar, houve também os que não tinham equipamentos  
25 tecnológicos ou ligação à Internet, ou ainda competências digitais, que  
26 lhes permitissem, mesmo a distância, prosseguir as aprendizagens e  
27 manter o contacto com os seus professores e os seus pares. Acrescem os  
28 alunos de famílias imigrantes, com pouco domínio da língua portuguesa,  
29 os de famílias monoparentais ou numerosas, que correm maior risco de  
30 pobreza, e as crianças e jovens com condições específicas”.

31 Tal como a FENPROF também já apurara no estudo que realizou, o CNE  
32 **confirma que “os alunos portadores de deficiência foram**  
33 **particularmente afetados”**, mas que, de uma forma geral, se registou  
34 “um aumento expressivo de níveis de ansiedade e de alterações de humor  
35 das crianças e dos jovens portugueses durante o confinamento”; e  
36 prossegue, no sumário executivo do estudo, inferindo que “as condições  
37 de habitação e a falta de um espaço exterior na habitação estão  
38 associadas a efeitos psicológicos negativos (*stress* pós-traumático,  
39 depressão, ansiedade, confusão e ira) e a alterações comportamentais”.

40 **Os problemas, contudo, não resultaram, apenas, da situação em que**  
41 **ficaram os alunos e as suas famílias**. As “escolas menos bem equipadas  
42 com infraestruturas tecnológicas e digitais e com menor experiência na  
43 dinamização de projetos de literacia digital para alunos e professores  
44 terão sofrido um maior impacto na situação de ensino remoto de  
45 emergência”; por umas razões e outras “cerca de 23% dos alunos poderão  
46 não ter participado com a devida regularidade nas tarefas escolares

---

<sup>9</sup> “O Ensino a Distância (E@D): As perceções e a(s) palavra(s) dos professores”.  
Junho de 2020.

1 durante o ensino a distância, no primeiro confinamento, e existe maior  
2 probabilidade de serem crianças mais novas, mas, principalmente, de  
3 pertencerem a meios socioeconomicamente desfavorecidos”, conclui o  
4 CNE.

5 Outra dificuldade identificada prende-se com a **falta de formação dos**  
6 **profissionais para o exercício de atividade em ensino remoto**, que terá  
7 levado a que se registassem assinaláveis “diferenças metodológicas na  
8 configuração das situações de aprendizagem, na medida em que um  
9 grupo de professores (cerca de 25%) demonstrou competência,  
10 conhecimento ou experiência que lhe permitiu fazer uso de metodologias  
11 próximas das adequadas ao ensino a distância, enquanto a maior parte  
12 optou por métodos e recursos educativos semelhantes aos utilizados no  
13 ensino presencial”.

14 A FENPROF reitera, porque esse é um pressuposto muito importante, que  
15 **os problemas e desigualdades não surgiram com a pandemia**. No estudo  
16 O Ensino a distância (E@D): as percepções e a(s) palavra(s) dos professores,  
17 que divulgou em junho de 2020, registou as declarações de docentes em  
18 que são manifestadas grandes preocupações, tais como:

19 - “As desigualdades aprofundam-se, a falta de equidade é evidente e  
20 os alunos de situação socioeconómica mais baixa são, à partida,  
21 excluídos. Estes alunos não possuem apoio familiar e não possuem  
22 equipamentos tecnológicos para acompanhar os colegas”;

23 - “A equidade, que já não era atingível, agora é uma completa  
24 miragem”;

25 - “Sinto muita dificuldade em trabalhar à distância. Não sei como  
26 chegar a alguns alunos que não dão resposta aos trabalhos solicitados  
27 e não têm meios (*internet, smartphone, computador*). As aulas  
28 síncronas são insuficientes, pois os alunos estão constantemente a  
29 colocar dúvidas fora delas. Eles sentem-se perdidos e eu também. Dar  
30 conteúdos novos sem conseguir chegar a todos é injusto e desigual”;

31 - “Considero muito grave a agudização do diferenciamento social e o  
32 aumento de abandono escolar”;

33 - “A situação gerada pela pandemia agrava exponencial e, em alguns  
34 casos, irremediavelmente, as assimetrias sociais. No caso do acesso à  
35 educação, pode, até, gerar retrocessos substanciais”;

36 - “O isolamento e o reduzido acompanhamento dos alunos mais frágeis  
37 levará a que os que contam com apoio familiar e/ou de explicadores  
38 possam beneficiar ainda mais nesta situação de ensino/avaliação à  
39 distância, sendo penalizados os mesmos de sempre”;

40 - “O ensino à distância não é verdadeiramente ensino democrático. O  
41 papel do docente é, na sala de aula, um estimulador, incentivador, etc.  
42 À distância sente uma impotência e um vazio porque vê as dificuldades  
43 dos alunos e não consegue intervir verdadeiramente como professor.  
44 Assim, as desigualdades aumentam.”

45 Em julho de 2020, o departamento de educação especial da FENPROF, na  
46 sequência de levantamento feito junto dos docentes do setor, também

1 assinalava que “O ensino remoto provocou o aprofundamento de  
2 desigualdades e **entre os mais penalizados estão as crianças e jovens**  
3 **com menor autonomia, com maiores dificuldades de aprendizagem e**  
4 **que necessitam de apoio** de docentes especializados e/ou de outros  
5 profissionais”.

6 Não poderia a FENPROF, face ao que constataria e ao que, por estudos  
7 divulgados posteriormente, se foi confirmando, acompanhar a ideia  
8 simplista de que as desigualdades que estão na origem de boa parte dos  
9 chamados défices de aprendizagem resultariam dos transtornos da  
10 pandemia. Como tal, seriam **superados com um plano de recuperação a**  
11 **desenvolver ao longo de dois anos**, ultrapassados os confinamentos, os  
12 isolamentos profiláticos de alunos e de docentes, ou dificuldades em  
13 assegurar os apoios indispensáveis a quem deles necessitasse.

14 Daí que, na sequência da criação de um grupo de trabalho, pelo ME, com  
15 vista à apresentação de um conjunto de recomendações para combater os  
16 efeitos da pandemia na aprendizagem, **a Federação tenha tomado, em 16**  
17 **de abril de 2021, a seguinte posição:** “o défice de aprendizagens não  
18 surgiu com a pandemia. A pandemia tornou mais visíveis os problemas e  
19 agravou as desigualdades, mas não é possível recuperar apenas os défices  
20 que se acentuaram durante os períodos de ensino remoto, ignorando as  
21 dificuldades que lhes subjazem. Há muitas crianças e jovens em Portugal  
22 marcados por percursos de insucesso, mesmo durante a escolaridade  
23 obrigatória. Este é um problema que urge enfrentar e resolver,  
24 aproveitando o facto de, também devido à pandemia, ser hoje mais claro  
25 para a sociedade o papel insubstituível da escola no processo de formação  
26 dos alunos. Para além do necessário aprofundamento da reflexão em  
27 torno de uma revisão curricular e dos programas, cujo desajuste se agrava  
28 também neste quadro, há muito que a FENPROF vem defendendo a  
29 criação de condições orientadas para a promoção do sucesso educativo de  
30 todos os alunos, nomeadamente:

31 - **Turmas mais pequenas** que permitam um ensino personalizado;

32 - **Mais professores** nas escolas para trabalho de coadjuvação e para  
33 intervirem ao primeiro sinal de dificuldades, não permitindo que os  
34 défices se acumulem e consolidem;

35 - **Mais apoios pedagógicos** para os alunos com necessidades  
36 educativas especiais, com professores especializados nesta área a  
37 acompanhar os alunos dentro das salas de aula;

38 - Reforço de **equipas multidisciplinares** que permitam mediar conflitos  
39 e assegurar a ligação escola-família, prevenindo a indisciplina e a  
40 violência no espaço escolar;

41 - **Horários pedagogicamente adequados**, que permitam aos  
42 professores canalizar o essencial do seu tempo e da sua energia para o  
43 trabalho com/para os alunos, sem constrangimentos burocráticos e  
44 administrativos, incluindo os decorrentes da avaliação sumativa e dos  
45 exames;

1 - Colocação de professores, no âmbito da **Mobilidade Interna,**  
2 **também em horários incompletos,** permitindo que as escolas contem  
3 com mais recursos para apoio aos alunos”.

4 Com outro ponto de partida, a FENPROF viria, ainda, a **propor o**  
5 **complemento de horários na contratação.** Seria uma medida para fazer  
6 face à escassez de professores, designadamente na aceitação de horários  
7 incompletos e teria, também, com o efeito também positivo de  
8 proporcionar a muitas escolas mais horas de trabalho docente necessárias  
9 à recuperação dos défices.

10 Para a FENPROF, **a recuperação das aprendizagens tem de ser feita de**  
11 **forma estruturada e assentar no projeto educativo do agrupamento ou**  
12 **escola e no trabalho de professores qualificados.** Por esta razão, divergiu  
13 de algumas das propostas, entretanto tornadas públicas, as quais criticou  
14 nos seguintes termos:

15 “– A possibilidade de serem contratados licenciados sem habilitação  
16 para a docência. Uma ‘solução’ que, como outras que já se vão  
17 disseminando no nosso sistema educativo, abriria o acesso à profissão  
18 a candidatos sem qualificações pedagógicas, contribuindo para a  
19 desprofissionalização dos professores, para a desvalorização desta  
20 exigente carreira profissional e para a degradação da qualidade  
21 educativa...

22 – A criação de ‘escolas de verão’. No final de (mais) um ano  
23 particularmente cansativo, alunos e professores precisam das férias,  
24 não para mais aulas (penalizantes para os alunos com maiores  
25 dificuldades), mas para recuperar forças e a sua saúde mental, através  
26 de atividades lúdicas e culturais...”

27 A FENPROF considerou, ainda, que “o avultado financiamento público de  
28 um tal programa [de tutoria às disciplinas de Língua Portuguesa e  
29 Matemática durante um ano e de criação de escolas de verão durante um  
30 mês], orçamentado em cerca de 700 Milhões de euros”, não seria o  
31 caminho adequado, “não por discordar do investimento na Educação (que  
32 se encontra muito abaixo dos 6% do PIB, valor recomendado por múltiplas  
33 organizações internacionais, e.g. OCDE ou UNESCO), mas por considerar  
34 que **o investimento público tem de servir para financiar um programa**  
35 **ambicioso visando a qualificação efetiva do sistema educativo e não**  
36 **para financiar soluções avulsas e de recurso,** sem racionalidade em  
37 termos de custo/benefício”.

38 Como fica claro, entende a FENPROF que **não será com o designado Plano**  
39 **21|23 Escola+ que os problemas se irão resolver,** longe disso. Na  
40 verdade, este programa constitui uma resposta avulsa, pretendendo,  
41 como tem sido anunciado, repor a situação, tal como se encontrava antes  
42 da pandemia, a qual, convenhamos, já não era positiva. Acresce que, ao  
43 longo do ano letivo em curso, mesmo sem ter havido, de novo, recurso  
44 generalizado ao ensino remoto, centenas de turmas, milhares de alunos,  
45 foram estando em isolamento, o que implicou, de novo, aulas a distância,  
46 durante alguns períodos, por vezes acompanhando a atividade presencial  
47 de colegas. Também muitos professores ficaram em isolamento ou  
48 quarentena, dificultando a sua atividade, mas, como referem as escolas, o

1 problema principal foi que os planos de recuperação que entendiam  
2 necessários esbarraram na falta de recursos acrescidos para a sua  
3 concretização.

4 A esse propósito, o Plano 21|23 Escola +, a FENPROF promoveu um  
5 **levantamento junto dos diretores dos agrupamentos de escolas e**  
6 **escolas não agrupadas** durante o primeiro período do ano letivo em curso  
7 (2021-2022). O que atrás se disse foi confirmado pelas respostas dadas:  
8 89% referem não ter tido reforço do crédito horário, tão necessário à  
9 contratação de mais docentes, o que desmente qualquer intenção séria,  
10 por parte do ME, de investir na recuperação das aprendizagens dos  
11 alunos. Por outro lado, apesar de ter sido autorizada a contratação de  
12 técnicos especializados e outro pessoal não docente (situação referida por  
13 55% dos diretores), esse reforço ficou-se, na grande maioria dos casos,  
14 pela contratação de apenas mais um técnico especializado, em geral um  
15 psicólogo, o que, perante a dimensão dos agrupamentos e a  
16 complexidade dos problemas que os caracterizam, torna esta contratação  
17 manifestamente insuficiente.

18 De relevar, ainda, as **opiniões dos diretores quanto às medidas não**  
19 **tomadas e que consideravam necessárias**: 82% referem a importância de  
20 turmas mais pequenas para um ensino personalizado; 70% indicam a  
21 necessidade de mais professores para trabalho de coadjuvação; 52%  
22 reclamam mais apoios pedagógicos para alunos com necessidades  
23 educativas especiais; 70% defendem horários pedagogicamente  
24 adequados, com mais tempo para os professores trabalharem com alunos  
25 e menos tarefas burocráticas; 69% consideram necessário um maior  
26 reforço das equipas multidisciplinares com psicólogos, técnicos de serviço  
27 social e animadores socioculturais, entre outros. São medidas, reconheça-  
28 se, que a FENPROF vem defendendo há muitos anos, mas que continuam  
29 sem resposta por falta de vontade política de sucessivos governos.

30 A principal questão que se coloca continua a ser como combater e superar  
31 défices que resultam de problemas estruturais que afetam o sistema  
32 educativo, as escolas e os seus profissionais. **Não haverá superação se o**  
33 **Estado português continuar sem dispensar a atenção necessária a esses**  
34 **problemas**, também com a consciência viva de que alguns deles têm  
35 origem fora da escola, na sociedade em geral e no seu modo de  
36 organização.

37 É que a sociedade está muito marcada por desigualdades, exploração,  
38 pobreza, exclusão, delinquência, corrupção, promoção de ideários  
39 reacionários, mesmo fascistas, a que as políticas de sucessivos governos  
40 não têm dado o indispensável combate. Bem pelo contrário, ao não  
41 resolverem e deixarem agravar problemas, ao frustrar legítimos anseios  
42 das populações, **os governos contribuem, de facto, para aprofundar**  
43 **marcas negativas, não só, mas também como a do ressurgimento de**  
44 **movimentações de índole fascista**. Ademais, as ingerências externas,  
45 designadamente da União Europeia, Banco Central Europeu, Fundo  
46 Monetário Internacional e, até, de entidades como as chamadas empresas  
47 de *rating*, que procuram condicionar as decisões que os estados devem  
48 tomar de forma soberana, são pressões que não se destinam a apoiar o  
49 combate às verdadeiras causas dos problemas sociais, de pobreza e de

1 exclusão, ainda que, por vezes, surjam hipócritas declarações que  
2 propagandeiam o contrário.

3 **Dar resposta aos problemas estruturais na Educação exige que se altere**  
4 **o crónico quadro de subfinanciamento**, que se corrija a vertigem da  
5 transferência de financiamento do Estado para fundos europeus, que as  
6 escolas possam trabalhar em torno de projetos coletivamente assumidos  
7 e adequadamente apoiados, em vez de serem atrapalhadas por uma  
8 miríade de iniciativas externas e, ainda, que se evite a errada opção pela  
9 transferência dos problemas para os municípios, o que anuncia, sem apelo  
10 nem agravo, o aprofundamento das atuais assimetrias e o surgimento de  
11 outras.

12 **O combate às desigualdades tem, portanto, de estar no centro das**  
13 **preocupações com a Escola Pública e a Educação**. Passa, em primeiro  
14 lugar, por desenvolver políticas sociais e laborais que deem resposta a  
15 problemas como os da precariedade, dos baixos salários, do desemprego  
16 e do subemprego, passa por reforçar os apoios sociais às famílias,  
17 incluindo, no que à Educação diz respeito, por assegurar uma rede pública  
18 de creches e a gratuidade da sua frequência, por garantir a oferta  
19 universal pública da educação pré-escolar a partir dos três anos, com  
20 frequência obrigatória no ano que antecede o ingresso na escola, por  
21 proporcionar a gratuidade na frequência de toda a escolaridade,  
22 incluindo o ensino superior, e por reforçar, significativamente, a ação  
23 social escolar, como fator de discriminação positiva.

24 É oportuno sublinhar, em sentido contrário, que o combate às  
25 desigualdades **não passa por exigir dos docentes – em grande parte**  
26 **sobrecarregados, exaustos e já sem condições de atendimento aos**  
27 **problemas que lhes são colocados diariamente – ainda mais esforço** e  
28 mais sacrifícios, como sugeriu o presidente da ANDAEP, demarcando-se  
29 das posições da FENPROF sobre o recurso a serviço extraordinário como  
30 forma de resolver a falta de professores em muitas escolas. Afirmava: “É  
31 bom que se diga que os professores, que não são os sindicatos, querem  
32 fazer parte da solução”. Mas caberia dizer que soluções não são  
33 remendos, desadequadas medidas avulsas e, uma vez mais, inaceitáveis  
34 abusos sobre os docentes. Esse caminho e essas opções contribuem,  
35 afinal, para que os governos não porfiem nas verdadeiras soluções para os  
36 problemas, com visão de futuro, e que, facilitando, continuem a deixar  
37 agravar os problemas. Entretanto, são também muitos professores que,  
38 exaustos, acabam por não aguentar a crescente sobrecarga de trabalho.

39 A declaração citada tem, pelo menos, uma virtude, a de ser mais um  
40 exemplo de como o atual modelo de gestão das escolas formata muitos  
41 diretores, transformando-os em porta-vozes da administração e não das  
42 escolas e das respetivas comunidades educativas, como é necessário.  
43 Também por esta razão, **a FENPROF tem apresentado propostas para**  
44 **alterar o regime de direção e gestão que vigora**. Acompanhando essa  
45 preocupação, alguns partidos na AR têm proposto alternativas ao regime,  
46 mas todas vêm sendo derrotadas pela convergência entre o PS, a direita e  
47 a extrema-direita parlamentares, apostados que estão em reforçar o  
48 poder daqueles que controlam e que, por essa via, controlam também as

1 escolas. A acompanhar, o discurso é o da putativa necessidade de  
2 “lideranças fortes”.

3 A organização da escola e do sistema em geral é fundamental para a  
4 melhoria das respostas. Uma escola que não se organiza  
5 democraticamente e cuja direção, de facto, é a mera representação da(s)  
6 tutela(s) política(s) e administrativa(s), nunca poderá aspirar a decidir num  
7 quadro de autonomia e a gerar contextos que desenvolvam  
8 pertinentemente a igualdade nas oportunidades no acesso e sucesso dos  
9 alunos. Pode trabalhar, por exemplo, para melhorar a estatística ou para  
10 subir meia dúzia de lugares nos *rankings*, mas **uma escola que não se**  
11 **organiza democraticamente e, a partir daqui, com verdadeira**  
12 **autonomia, será uma voz débil no combate às desigualdades.**

13 Combater desigualdades para, posteriormente, promover contextos  
14 propiciadores de equidade obriga a que não se adiem mais alguns debates  
15 que já deveriam ter acontecido. Debates que deverão envolver toda a  
16 comunidade educativa, nos quais **os professores também terão de estar**  
17 **representados pelas suas organizações sindicais e não, em nome**  
18 **daqueles, por convidados do governo ou diretores.** Todos os contributos  
19 são importantes e os das organizações sindicais não têm menor valor,  
20 antes pelo contrário, seja do ponto de vista do conhecimento da realidade  
21 e das perspectivas insubstituíveis dos docentes sobre ela, seja do ponto de  
22 vista da representação, da abordagem e do funcionamento democráticos  
23 de questões determinantes para a sociedade.

24 Tais **debates, consequentes e não apenas académicos, deverão visar,**  
25 **entre outros temas:** a organização dos ciclos de ensino no conjunto da  
26 escolaridade; os regimes de docência e a sua adequação à escola de hoje;  
27 o modelo de formação de professores e educadores ainda sujeito às  
28 regras que foram impostas antes e nos anos da *troika* e da direita no  
29 poder; os modelos de avaliação dos alunos; as condições indispensáveis à  
30 existência de uma educação realmente inclusiva, nas suas diversas  
31 dimensões; o regime de acesso ao ensino superior; a avaliação da  
32 persistência de um sistema binário de ensino superior; o RJIES, cuja  
33 avaliação, como já referido, está atrasada uma década; o papel do Estado  
34 em relação às condições de trabalho e ao estatuto profissional e material  
35 dos docentes do ensino particular e cooperativo e solidário,  
36 principalmente em estabelecimentos que recebem financiamentos  
37 públicos.

38 **Será irresponsável continuar a adiar estas discussões e a adoção de**  
39 **medidas que são de grande urgência.** Os partidos que governam têm  
40 necessidade de obter resultados em curto espaço de tempo, por norma,  
41 no final de cada legislatura para os usar como trunfo eleitoral. Continua a  
42 ver-se que as preocupações não se estendem muito para além disso;  
43 confirma-se com políticas que ignoram sistematicamente os problemas,  
44 ou com intervenções que, podendo camuflá-los, num primeiro momento,  
45 fazem-nos regressar, quase sempre de forma agravada.

46 É neste quadro que se deve **abordar uma grande parte dos projetos que,**  
47 **em catadupa, estão a entrar nas escolas,** provenientes, de forma  
48 crescente, de financiamentos obtidos pelos municípios, pelas CIM, por  
49 instituições de ensino superior ou, mesmo, por entidades privadas,

1 apadrinhadas por instâncias do ME, designadamente pelas direções gerais  
2 e pelos responsáveis políticos.

3 A FENPROF nada tem contra a existência de projetos criados pelas  
4 escolas, de acordo com necessidades identificadas, desenvolvidos e  
5 devidamente avaliados no que respeita aos resultados obtidos. Não  
6 obstante, há que distinguir isto do **movimento que se verifica e que,**  
7 **concebido e organizado no exterior, vem enxameando e tomando conta**  
8 **das escolas.** Boa parte destes produtos afirmam-se por serem uma forma  
9 de obter financiamentos, conseguir mais alguns recursos humanos e  
10 materiais e, por esta via, aliviar o compromisso financeiro do Estado, seja  
11 no plano central, no regional e no local.

12 Alguns desses **projetos são oferecidos por empresas privadas ou por**  
13 **organizações internacionais,** comandadas por novos especialistas em  
14 Educação que, como refere António Nóvoa, vêm de outras áreas  
15 (economistas, empreendedores e cientistas) e que vão influenciando as  
16 decisões políticas, as práticas e o nosso pensamento, que atuam um  
17 pouco por todo o planeta. Temos, entre eles, o conhecido *Teach for*  
18 *Portugal*, filial lusa do *Teach for All*, mas, também, os da Fundação Aga  
19 Khan, os que são promovidos por operadoras de telecomunicações, pela  
20 Microsoft, pela Academia de Líderes Ubuntu, pela Associação Tempos  
21 Brilhantes (destacando-se o SAPIE e o *All Together*, a que acresce mais  
22 uma dúzia de outros projetos), pelo ACP, pela Nobre Casa da Cidadania...  
23 Há, ainda, os que integram o designado Plano Integrado e Inovador de  
24 Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), a que concorrem as CIM, sendo,  
25 depois, colocados à disposição dos municípios da sua área de influência  
26 que os fazem chegar às escolas. Encontramos de tudo, desde os que se  
27 apresentam como promotores dos valores de cidadania, aos que  
28 promovem o empreendedorismo como grande panaceia para a realização  
29 individual e o desenvolvimento social.

30 A lista é quase interminável: projetos e projetos entram pelas escolas,  
31 alguns interessantes, outros, claramente, com interesses exteriores à  
32 escola. **Para serem concretizados, na maior parte das vezes, as escolas**  
33 **não tiveram reforço de recursos humanos,** pelo que acabam por ser mais  
34 uma sobrecarga para docentes já anteriormente sobrecarregados.

### 35 **1.3. Valorizar a profissão**

36 Os professores têm sido um dos grupos profissionais mais sujeitos a  
37 ataques nos planos social, profissional e laboral, com medidas que tornam  
38 mais difíceis as condições de trabalho, que não promovem a estabilidade,  
39 que põem em causa a sua carreira e que, de uma forma geral,  
40 desvalorizam a condição profissional. Há um prolongado caminho de  
41 desvalorização material que diferentes governos têm promovido, o que  
42 vem sendo acompanhado por uma desvalorização também simbólica,  
43 alimentada com declarações e atitudes, que visa justificar e facilitar a  
44 primeira. Em comum, **os governos têm tido o propósito de embaratecer**  
45 **o trabalho docente para acomodar opções políticas por desinvestimento**  
46 **ou investimento insuficiente.**

47 Os ataques, muitas vezes desferidos por governantes e suportados por  
48 comentadores que não perdem oportunidades para porem em causa o

1 profissionalismo dos docentes, ainda que ostentem clamorosa ignorância  
2 acerca do assunto, ganharam **violência até aí inusitada no governo do PS**  
3 **de José Sócrates, em maioria absoluta, com Lurdes Rodrigues** ministra da  
4 Educação. A profissão e a carreira docente sofreram uma ofensiva  
5 profunda, através de políticas que continuam a estar na origem de alguns  
6 dos principais problemas que afetam os professores.

7 São de então alguns **marcos negativos que perduraram e se acentuaram**  
8 em matérias como a excessiva carga horária, promovida com ilegalidades  
9 e abusos diversos, o trajeto acentuado de envelhecimento do corpo  
10 docente, resultado da alteração dos requisitos para a aposentação, ou a  
11 opção pela precariedade laboral a que milhares de profissionais foram  
12 sendo submetidos, alguns durante mais de vinte anos, mas também a  
13 abolição, no ECD, do articulado que, sendo verdade nunca ter tido  
14 regulamentação, previa a criação de condições para a fixação de  
15 professores em zonas desfavorecidas ou isoladas. Naquele tempo, ainda,  
16 foram lançados fortíssimos ataques à carreira, procurando pervertê-la e  
17 desvalorizá-la, objetivos políticos que se têm mantido presentes, não  
18 obstante a luta e a resistência dos docentes.

19 Como já se referiu, **o governo PSD/CDS-PP de Passos Coelho e Paulo**  
20 **Portas não se fez rogado no uso de muitas inovações negativas vindas**  
21 **dos governos do PS** que o antecederam. O ministro Nuno Crato e o seu  
22 governo reduziram fortemente o número de professores. Para isso,  
23 forçaram medidas como a diminuição da carga letiva de algumas  
24 disciplinas, a fusão de umas e a extinção de outras, promoveram ainda  
25 maior promiscuidade entre componentes letiva e não letiva do horário de  
26 trabalho, prosseguiram a reestruturação da rede com a imposição de  
27 mega agrupamentos, etc. Num primeiro momento, provocaram o  
28 aparecimento de milhares de “horários-zero”; o projeto era, a seguir,  
29 empurrar os respetivos docentes para o que viria a ser designado  
30 “requalificação”, que não era mais do que uma antecâmara do  
31 desemprego.

32 Com os governos minoritários do PS e de António Costa como primeiro-  
33 ministro, a estratégia trouxe novidades, ao início. Nos dois primeiros anos,  
34 impulsionadas pela luta, mas também pela pressão dos partidos que  
35 foram determinantes para o afastamento da direita, registaram-se  
36 algumas iniciativas positivas. Todavia, o governo e, no Parlamento, o  
37 grupo parlamentar do PS, mostraram conviver bem com as medidas mais  
38 negativas herdadas em diversos domínios da profissão docente, da  
39 carreira às condições de trabalho, ou da precariedade e injustiças dos  
40 concursos ao envelhecimento. O mesmo se aplicou a outras realidades  
41 que pesam sobre a vida das escolas, por exemplo, o modelo de gestão, a  
42 organização em mega agrupamentos, o regime de formação de  
43 professores... Assim, **os governos do PS, com António Costa e, no**  
44 **Parlamento, a respetiva bancada parlamentar optaram por manter o**  
45 **que de essencial e danoso tinha sido aprovado pelos anteriores**  
46 **executivos PS e PSD/CDS-PP.**

47 A decisão política de não mexer em aspetos essenciais, como os citados,  
48 apesar das implicações negativas para as escolas e para os seus  
49 profissionais, **levaria a equipa designada para a Educação, por opção do**

1 **governo, a protagonizar um cerrado e prolongado bloqueio negocial**, não  
2 respondendo a ofícios, não aceitando reunir quando era necessário, não  
3 dialogando, não dando conta da receção de propostas, e, claro, não  
4 promovendo a negociação, mesmo quando esta foi formalmente  
5 desencadeada, nos termos legalmente estabelecidos, pela parte sindical.  
6 Tomada a decisão política de não resolver qualquer um dos principais  
7 problemas identificados pelos professores, a estratégia adotada, em  
8 grosseira contradição com as permanentes invocações do “diálogo social”  
9 no discurso político do governo e do PS, foi a de nem sequer abordar os  
10 assuntos, quanto mais estabelecer diálogo e promover negociações.

11 Foi desta forma, **atentando contra a negociação coletiva, os direitos**  
12 **sindicais e regras fundamentais da democracia** que Tiago Brandão  
13 Rodrigues e a sua equipa se foram revelando adequados intérpretes da  
14 decisão do governo, procuraram retirar significado ao papel dos  
15 sindicatos, tentando isolá-los e torná-los irrelevantes aos olhos dos  
16 professores.

17 **A FENPROF não se submeteu e, mesmo nos piores períodos da**  
18 **pandemia, à distância ou presencialmente, acompanhou sempre as**  
19 **aspirações dos professores** que se mantinham nas escolas ou exerciam a  
20 atividade em suas casas; não se deixou isolar, mantendo-se sempre onde  
21 era obrigatório estar, junto daqueles que representa; nunca abandonou a  
22 luta, mesmo quando as regras e a situação sanitária obrigaram a reforçar  
23 cuidados e a reduzir a dimensão das ações.

24 Importa dizer que a desvalorização dos professores e, em geral, da  
25 profissão, com tudo o que lhe é inerente, é, para além do mais,  
26 intoleravelmente injusta. **Os docentes, mesmo nos momentos mais**  
27 **difíceis, estiveram sempre onde era necessário, com entrega, dedicação,**  
28 **profissionalismo e, tantas vezes, com muito sacrifício.** Não aconteceu,  
29 apenas, durante a pandemia, mas essa atitude positiva evidenciou-se  
30 ainda mais nesse tempo, o que foi reconhecido pelos portugueses. Não  
31 será por acaso que, em estudo divulgado pela DECO em 2021 Escola  
32 Pública e, naturalmente, os seus profissionais surgem como aqueles em  
33 quem os portugueses mais confiam, à frente, por exemplo, da Presidência  
34 da República ou do Serviço Nacional de Saúde.

35 O reconhecimento do papel, da importância e da atitude responsável dos  
36 docentes, que resulta em manifestações de confiança por parte da  
37 generalidade das pessoas, não é inédita. Estudos anteriores, promovidos  
38 por entidades nacionais, mas, igualmente, de âmbito internacional, têm  
39 confirmado que **é elevada a consideração dos portugueses pelos**  
40 **professores.** Isto, apesar das frequentes atrocidades que são propagadas  
41 por governantes e comentadores, principalmente em momentos em que  
42 os docentes defendem e lutam pelos seus direitos e em que ao poder  
43 interessa depreciar a sua imagem.

44 Ao reconhecimento não são alheias as formas como os docentes, em  
45 regra, cumprem os seus deveres profissionais e sociais, como se dedicam  
46 aos seus alunos e como se relacionam com a comunidade educativa.  
47 Ainda que sem uma carta ética, **os professores assumem os**  
48 **compromissos inerentes à sua insubstituível função social,**  
49 designadamente em relação aos alunos, aos pares, aos outros membros

1 da comunidade educativa, em particular os pais e encarregados de  
2 educação e, não menos importante, na relação com a comunidade  
3 externa.

4 A questão que há que colocar é se as condições para a assunção desses  
5 compromissos estão reunidas e se o professor pode ser o profissional  
6 autónomo, reflexivo e criativo que se exige, num quadro em que a vida  
7 das escolas está condicionada por múltiplos fatores que tornam escassa a  
8 autonomia e tornam os docentes reféns de regras e normativos que, até à  
9 exaustão, são definidos politicamente, interpretados pela administração  
10 educativa e fiscalizados pela inspeção. Os professores são submetidos a  
11 enormes cargas de trabalho burocrático que, curiosamente, não para de  
12 se acentuar num tempo de “transição digital”, tal é a ânsia do poder de,  
13 por aquela via, exercer um cerrado controlo sobre cada passo que é dado.  
14 **Este escrutínio, dentro da escola, está a cargo de uma hierarquia a quem**  
15 **foi dado o poder de premiar, penalizar, renovar contratos, entre outras**  
16 **competências destinadas a “tornar mais fortes as lideranças”,** como  
17 gostam de afirmar os governantes e outros partidários das políticas  
18 gerencialistas.

19 Afirma Almerindo Janela Afonso que **“é justamente a questão da**  
20 **autonomia profissional que tem sido um dos alvos principais do**  
21 **cerceamento crescente que pesa sobre os professores e as escolas.** A  
22 obsessão avaliativa indutora de novas formas de controlo, bem como,  
23 entre muitos outros fatores, a erosão da missão tradicional da escola  
24 pública como lugar do bem comum, criam algumas das condições  
25 propícias ao anúncio de um novo profissionalismo que parece ser, em  
26 algumas conceções pelo menos, a expressão alternativa mais eficaz ao  
27 suposto anacronismo das velhas categorias e dimensões profissionais da  
28 modernidade. O paradoxo, todavia, é que este novo profissionalismo  
29 parece ser novo apenas no que tem de pretensão para aumentar a  
30 eficácia e a eficiência da docência na lógica da produção de resultados,  
31 mas é velho no que significa de retorno a condições cada vez mais difíceis  
32 de exercício profissional em muitas escolas, de acentuação da  
33 subordinação hierárquica e autoritária dos professores, de  
34 descomplexificação da formação que lhes é devida como trabalhadores  
35 intelectuais”<sup>10</sup> [negrito nosso].

36 **Aquilo a que se assiste é a uma crescente funcionarização dos**  
37 **profissionais docentes,** negada no discurso governamental, mas evidente  
38 dentro da escola, nas formas como o poder é repartido e exercido, como  
39 se avalia o desempenho docente e como, a par de alusões recorrentes à  
40 autonomia, se estabelecem novas tutelas e se limitam as opções didáticas  
41 e pedagógicas dos docentes.

42 Os problemas, contudo, não começam na escola, mas antes, logo na  
43 formação inicial de professores. Uma formação que não tem  
44 acompanhado o quadro de novas exigências que se colocam aos  
45 docentes, **o que até poderá agravar-se se os governantes, perante a falta**  
46 **de professores, caírem nas tentações de aligeirar a formação,** de  
47 generalizarem o recurso a pessoas não qualificadas ou de recorrerem a

---

<sup>10</sup> A Página da Educação, n.º 157, junho de 2006.

1 organizações, como a *Teach for Portugal*, com graves consequências na  
2 qualidade de ensino, que aguardam pela oportunidade para assumirem  
3 protagonismo nesse domínio.

4 **As condições de trabalho dos professores, o envelhecimento, o desgaste**  
5 **e a exaustão que são sentidos, levam a que uma larguíssima maioria**  
6 **deseje sair** e este é mais um problema que tem de ser encarado sem  
7 subterfúgios. De acordo com o estudo promovido pela FENPROF sobre As  
8 condições de vida e de trabalho na Educação em Portugal<sup>11</sup>, a esmagadora  
9 maioria dos professores em Portugal anseia pela aposentação. Foram 84%  
10 os inquiridos que afirmaram ser a aposentação o seu maior desejo e que,  
11 ao longo de cada ano, anseiam pelos fins-de-semana e pelas férias. A tal  
12 não é alheio o facto de 76% dos profissionais apresentarem sinais de  
13 exaustão emocional, com quase metade, mais precisamente 48%, a  
14 atingirem níveis preocupantes de *burnout*.

15 Estes **elevados níveis de exaustão levam os professores, cada vez mais, a**  
16 **entrarem num quadro de sofrimento**, o que, como afirmou Christophe  
17 Dejours<sup>12</sup>, é inevitável, na medida em que está ligado à experiência de  
18 impotência e de fracasso que resulta da dificuldade de superar os  
19 obstáculos que se colocam. Obstáculos que levam a que muitos  
20 professores cedam, limitando a sua atividade à instrução, isto é, à  
21 transmissão de conhecimentos, porque a dimensão educativa toma  
22 demasiado tempo, face ao que a tutela lhes exige.

23 **Só que a dimensão educativa é extremamente importante e**  
24 **imprescindível na afirmação plena do papel do Professor**. Este não pode  
25 limitar a sua ação à transmissão de conhecimentos. Como afirmava Paulo  
26 Freire, se “não se permite a dúvida em torno do direito, de um lado, que  
27 os meninos e as meninas do povo têm de saber a mesma matemática, a  
28 mesma física, a mesma biologia que os meninos e as meninas das ‘zonas  
29 felizes’ da cidade aprendem, de outro, jamais se aceita que o ensino de  
30 não importa qual conteúdo possa dar-se alheado da análise crítica de  
31 como funciona a sociedade”<sup>13</sup>.

32 O papel dos docentes é central na escola democrática. Um papel e uma  
33 responsabilidade ética que, **enquanto profissionais do humano, deverão**  
34 **levá-los a assumirem-se como protagonistas na construção de valores**  
35 **como liberdade, dignidade, integridade, responsabilidade, justiça,**  
36 **solidariedade, tolerância ou respeito pela diversidade**, seja qual for a sua  
37 natureza. Nesse sentido, torna-se indispensável que tais valores estejam  
38 presentes na formação de professores, desde logo na inicial, e que esta  
39 eleja como princípios estruturantes da identidade ética dos professores e

---

<sup>11</sup> Inquérito Nacional sobre as Condições de Vida e Trabalho na Educação em Portugal (INCVTE). Relatório divulgado em outubro de 2018 no Jornal da FENPROF n.º 294.

<sup>12</sup> Sociólogo, à altura Professor no Conservatoire National des Arts e Metiers e diretor de investigação na Université René Descartes, Paris.

<sup>13</sup> Pedagogia da Autonomia, 1996. Paulo Freire (1921-1997), educador, pedagogo e filósofo brasileiro. Escreveu obras como “Pedagogia da Autonomia: Dos saberes necessários à prática educativa”, “Pedagogia da Esperança” e “Pedagogia do Oprimido”. Em 1964 a ditadura obrigou-o a exilar-se na Bolívia durante 16 anos.

1 educadores a dignidade, a integridade, a autonomia, a responsabilidade, a  
2 equidade, a justiça, a participação e a criatividade.

3 Aos obstáculos identificados por Cristophe Dejours, limitadores da  
4 atividade plena dos docentes, acresce, como o próprio também  
5 menciona, que “no contexto atual, **os esforços incríveis dos professores**  
6 **não são reconhecidos pela hierarquia nem pelo próprio Estado**. Em vez  
7 do reconhecimento que deveriam ter, os professores são julgados  
8 frequentemente de forma depreciativa e até mesmo humilhante”,  
9 conduzindo “à perda de prestígio da profissão docente, isto é, a uma  
10 perda de reconhecimento da sua contribuição na cultura e na sociedade,  
11 o que agrava, ainda mais, o sofrimento dos professores, levando a um  
12 aumento de baixas médicas com uma incidência brutal nas doenças  
13 psíquicas, depressões ou descompensações psicopatológicas”<sup>14</sup>.

14 O quadro descrito está, ainda, substancialmente agravado por **problemas**  
15 **que marcam de forma muito negativa – e frustrante – a vida e a**  
16 **condição profissional** dos professores e educadores, tal como tem vindo a  
17 ser referido:

18 - **Precariedade laboral** que se prolonga até quase aos 50 anos de idade  
19 (a média de idades do ingresso nos quadros, este ano letivo, foi de 46  
20 anos), o que decorre do facto de, nas escolas, continuarem a ser dadas  
21 respostas a necessidades permanentes recorrendo a docentes com  
22 vínculos precários; só isso justifica que mais de 20 000 docentes  
23 contratados tenham 5 ou mais anos de serviço completo; destes, mais  
24 de 10 000 exerçam a atividade há, pelo menos, 10 anos e sejam na  
25 ordem dos 5000 os que já completaram, no mínimo, 15 anos de  
26 serviço, sem conseguirem sair do pântano da precariedade;

27 - **Injustiças sobre injustiças**, numa carreira em que a meritocracia  
28 impede o reconhecimento do valor e da qualidade do trabalho, regida  
29 por critérios administrativos, com o regime de quotas a tornar ainda  
30 mais perverso um modelo de avaliação que não é formativo e está na  
31 origem de muitos conflitos que estalam nas escolas; em que o  
32 enquadramento na carreira não respeita o tempo de serviço cumprido  
33 no exercício da profissão, desprezando, grosseiramente, tempo de  
34 trabalho e dedicação; crescem vagas que são obstáculos, já hoje, à  
35 progressão de milhares de professores; tudo isto impondo que, por  
36 mais anos que trabalhem, boa parte dos docentes em funções estão,  
37 de facto, impedidos de atingir o topo da carreira, não indo além de  
38 uma zona intermédia da mesma, o que também, mais tarde, terá um  
39 tremendo impacto no cálculo da futura pensão de aposentação, com  
40 graves reflexos na qualidade das suas vidas;

41 - **Envelhecimento do corpo docente**, com todas as consequências que  
42 daí advêm para a vida das escolas, incluindo, em alguns casos, o  
43 ambiente em sala de aula; e não há como não ter em urgente conta  
44 que, até final da década, a saída de professores para a aposentação  
45 deverá ocorrer a uma média de cerca de 3500 por ano, subindo, nos

---

<sup>14</sup> Encontro Internacional sobre O Desgaste na Profissão Docente. Lisboa, 6 de julho de 2018.

1 derradeiros anos, para 4100; são números, como apontou o CNE<sup>15</sup>,  
2 reveladores e assustadores, pois não há perspectivas de chegarem à  
3 profissão tantos jovens qualificados como os docentes mais velhos que  
4 irão sair;

5 - **Um desgaste enorme** provocado pelo envelhecimento e, portanto,  
6 pelo desempenho continuado da profissão, por muita burocracia inútil,  
7 pela forma como é exercido o poder hierárquico e pela sobrecarga de  
8 trabalho que se abate sobre os docentes, decorrente dos horários, cuja  
9 organização – promovida pelo ME, concretizada pelas direções das  
10 escolas e avalizada pela inspeção – leva a que os limites legalmente  
11 fixados sejam completa e sistematicamente pulverizados.

12 Afirmava o CNE, na Recomendação n.º 1/2016<sup>16</sup>, sobre a condição  
13 docente e as políticas educativas, que **“Importa, pois, encontrar**  
14 **respostas suscetíveis de criar condições para o exercício da profissão**  
15 **num quadro de autonomia e de liberdade académica, para repor a**  
16 **importância da pedagogia e a construção de conhecimento que**  
17 **fundamentam a ação educativa”**. Nesse sentido, formula, entre outras  
18 recomendações: a diminuição das tarefas burocráticas por ocuparem  
19 tempos necessários para assumir em pleno as funções docentes; a  
20 garantia de condições de estabilidade, designadamente profissional, a  
21 todos os docentes e o acesso a uma carreira reconhecidamente  
22 valorizada; que sejam reconsideradas as reduções de serviço por  
23 antiguidade e o modo como as horas de redução são preenchidas, para  
24 evitar atividades profissionalmente ainda mais desgastantes; a definição  
25 de atividades específicas a desenvolver pelos professores nos últimos  
26 anos da sua carreira, no domínio da formação, da supervisão pedagógica e  
27 da construção de conhecimento profissional, entre outros; a promoção de  
28 um processo de formação contínua que articule e torne coerente o  
29 desenvolvimento profissional docente com os permanentes desafios  
30 colocados à escola.

31 Mas nem precisaríamos de recorrer ao CNE, órgão cujas recomendações,  
32 pareceres e estudos têm sido, por norma, pouco considerados pelo ME, o  
33 que é de lamentar. O próprio programa eleitoral do PS, em 2019, afirmava  
34 **não ser possível “pensar na concretização de políticas públicas de**  
35 **educação alheadas de profissionais com carreiras estáveis, valorizadas e**  
36 **de desenvolvimento previsível”**, avançando, ainda, medidas concretas  
37 para proporcionar atratividade à profissão docente.

38 **Só que, depois do que parecia ser uma promessa, o governo do PS**  
39 **incumbiu o seu ministério para a Educação de obstruir as vias de diálogo**  
40 **e negociação** imprescindíveis para que se encontrassem soluções para os  
41 problemas e de criar as condições para a subversão da carreira, tal como  
42 hoje está legalmente instituída; na AR, o PS chegou a votar sozinho contra  
43 propostas que eram positivas para os professores, obstaculizando  
44 qualquer possibilidade de avanço; quando, pontualmente, não o  
45 conseguiu e algumas foram aprovadas, como aconteceu, por exemplo, em  
46 relação a leis que procuravam resolver o problema de precariedade dos

---

<sup>15</sup> Estado da Educação 2019, CNE, publicado em 2020.

<sup>16</sup> Recomendação n.º 1/2016, do CNE, aprovada em 8 de junho e publicada em Diário da República em 19 de dezembro de 2016.

1 docentes de escolas artísticas, ou que fosse dado início ao processo  
2 negocial para revisão do regime de concursos, o governo ignorou-as,  
3 desrespeitando a lei, o Parlamento, os professores e educadores e as suas  
4 organizações sindicais.

5 Vive-se, pois, **um tempo complexo e difícil na profissão docente, mas isso**  
6 **deverá motivar para a ação**, enquanto membros de uma organização  
7 responsável e a mais representativa dos educadores e professores, e não  
8 o contrário. A situação em que se encontra a profissão será ponto de  
9 partida para a caminhada, marcada por obstáculos diversos, contemos  
10 com isso, que irá levar à sua alteração, à valorização da profissão e a que a  
11 mesma volte a ser atrativa para os jovens. Ou seja, para que a profissão  
12 de Professor continue a ser uma profissão de futuro e de construção do  
13 futuro.

14 As promessas dos partidos não poderão ser engodo para atrair votos. **A**  
15 **FENPROF, com os professores, exigirá que os compromissos positivos**  
16 **sejam respeitados, mas combaterá com firmeza a concretização de**  
17 **intenções, algumas muito negativas, que também estiveram presentes**  
18 **nos discursos e nos programas eleitorais.** Em relação aos primeiros  
19 reclama-se o que tantas vezes não acontece: a passagem das promessas  
20 aos atos, quer por parte dos que assumam papel no governo, quer dos  
21 que, na oposição, também terão a responsabilidade de assumir propostas  
22 e iniciativas. A FENPROF será particularmente vigilante em relação a isto.  
23 As formas de concretização e de, em alguns aspetos, ir além dos  
24 compromissos assumidos, pois há outros temas importantes que também  
25 deverão ser considerados, terão necessariamente de passar pelas vias do  
26 diálogo e da negociação coletiva.

27 **Diálogo e negociação são o caminho que não tem existido, ao invés do**  
28 **que é próprio de estados de direito democráticos.** A FENPROF  
29 compromete-se a apresentar propostas concretas sobre todos os assuntos  
30 que, nos termos da lei, são objeto de negociação, bem como posição  
31 sobre as matérias relativas à vida das escolas e, de uma forma geral, do  
32 sistema educativo. Não será por falta de propostas, nem por  
33 indisponibilidade negocial da FENPROF que os problemas se manterão  
34 sem soluções.

35 Que não seja, pois, por o futuro governo persistir numa reprovável atitude  
36 antinegocial e antidemocrática. Mas **se essa condenável atitude se**  
37 **mantivesse, a FENPROF e os trabalhadores que os seus sindicatos**  
38 **representam, professores, educadores e investigadores, não ficariam de**  
39 **braços cruzados: partiriam, sem desânimo, para a luta**, pelas mais  
40 variadas formas.

## 41 **2. As propostas da FENPROF**

42 O 14.º Congresso Nacional dos Professores realiza-se no início da XV  
43 Legislatura. **O programa de ação da FENPROF para o mandato que os**  
44 **seus órgãos irão cumprir visa valorizar a Educação, defender a Escola**  
45 **Pública e elevar os níveis de atratividade da profissão docente, por via**  
46 **da sua valorização e da melhoria das condições de trabalho.** São fins que  
47 a FENPROF não deixa condicionar pelos resultados eleitorais das eleições  
48 legislativas, à composição da AR e ao governo constituído. Não são

1 objetivos conjunturais, como os professores bem sabem e a sociedade  
2 reconhecera; são temas estratégicos e essenciais para Portugal. Veremos  
3 como a conjuntura, facilitando ou obstaculizando avanços, determinará as  
4 dimensões da ação e da luta que sempre serão necessárias para os  
5 alcançar.

6 Para o plano imediato, tendo em consideração a avaliação do programa  
7 de governo, a necessidade de, por via dos orçamentos do Estado para  
8 2022 e para 2023, reforçar o investimento na Educação e a urgência da  
9 alteração de alguns aspetos de organização do ano letivo, já com efeitos  
10 em 2022-2023, **o 14.º Congresso apreciará e aprovará uma Resolução**  
11 **sobre a Ação Reivindicativa.**

12 Neste Programa de Ação constam os **objetivos gerais pelos quais a**  
13 **FENPROF se moverá**, propondo, promovendo, pugnando e lutando pela  
14 sua concretização. Em primeiro lugar consta a exigência de, na presente  
15 legislatura, haver uma profunda alteração da atitude antinegocial dos  
16 governantes, desde logo, mas não só, dos responsáveis do ME. Não é  
17 tolerável o que aconteceu neste domínio; não seria tolerável que fosse  
18 mantido o bloqueio antidemocrático ao diálogo e à negociação coletiva!

19 Note-se que, ainda para mais, essa atitude foi sendo negada com  
20 descaramento, por exemplo, em iniciativas internacionais em que o  
21 ministro Tiago Brandão Rodrigues quis exhibir-se como campeão do diálogo  
22 social, conceito muito repetido no discurso na área política do governo.  
23 Mas, na verdade, em Portugal, por imposição do governo, de forma  
24 ostensiva na Educação, **o diálogo social vive uma já longa e preocupante**  
25 **hibernação em diferentes áreas.** Tiago Brandão Rodrigues não teve  
26 competência, capacidade e vontade política para manter um diálogo  
27 efetivo com os sindicatos de professores e para desenvolver processos  
28 negociais que visassem a resolução dos problemas, não só dos  
29 profissionais, como das escolas.

30 Denunciando isso, acresce lembrar, com a importância que o assunto tem  
31 para a realização de negociações politicamente sérias, a **indisponibilidade**  
32 **de sucessivos governos para respeitarem, em sede negocial, a**  
33 **representatividade das organizações sindicais.** A FENPROF continuará a  
34 reclamar um processo sério e rigoroso de medição da representatividade  
35 para, em negociações, cada organização corresponder ao que  
36 efetivamente representa.

37 Com tal ministro e tal equipa ministerial, a cereja no topo do bolo, por  
38 assim dizer, surgiu quando já fora anunciada a decisão do Presidente da  
39 República de dissolver a AR e convocar eleições legislativas antecipadas.  
40 Tiveram então o topete de se lamentarem por a nova situação política  
41 impedir, alegadamente, que fossem discutidas e tomadas medidas com  
42 vista à melhoria da atratividade da profissão docente, face às  
43 complicações com a falta de professores. **Para quem passou anos a fugir**  
44 **ao diálogo, a ignorar propostas, a impedir negociações e, neste caso**  
45 **particular, a negar a existência de um problema com a falta de**  
46 **professores, são declarações que ilustram bem a estatura política de tais**  
47 **governantes.**

1 Para memória futura ficará, portanto, a hipocrisia do lamento público com  
2 que o assunto da falta de professores foi remetido para depois das  
3 eleições. Tanto mais grave quanto, ao longo da legislatura e, mesmo, no  
4 final da que a antecedeu, **por várias vezes a FENPROF apresentou**  
5 **propostas concretas para negociação, visando tornar a profissão**  
6 **docente atrativa**, o que é uma questão primordial para se enfrentar o  
7 problema da falta de professores em clara tendência de agravamento.  
8 Algumas até constavam do programa eleitoral que havia sido apresentado  
9 pelo PS, promessas que ficaram sem qualquer concretização. Após anos a  
10 ignorar o problema, não pode deixar de ser dito que as medidas  
11 anunciadas a destempo pela equipa ministerial, já no final da legislatura,  
12 se poderiam resolver algumas contrariedades no imediato, não  
13 constituem solução para um imbróglio que exige outra ambição.

14 O que foi anunciado, lembre-se, foi a intenção de reconfigurar a formação  
15 inicial, apostar na profissionalização em serviço e alterar aspetos do  
16 regime de recrutamento. **São medidas que poderão atenuar o défice**  
17 **entre as saídas até final da década e as previsíveis entradas na profissão,**  
18 **mas apenas atenuar, sem avançar para medidas estruturais.** Voltar a  
19 colocar os estagiários nas escolas (delas afastados pelo governo que teve  
20 Lurdes Rodrigues no ME), em contexto de efetiva experiência profissional,  
21 e abrir a porta da docência a quem fez, primeiro, outra opção de vida,  
22 podem ser medidas necessárias, mas não correspondem a uma  
23 abordagem estrutural do problema.

24 **Do que não falou o ME foi do que seria importante para atrair e fixar**  
25 **jovens na profissão, como criar condições de estabilidade, recompôr e**  
26 **valorizar a carreira** em que se projetem e melhorar múltiplos aspetos do  
27 trabalho nas escolas, resgatando a profissão do sufoco e do desgaste em  
28 que está há demasiado tempo. Mas se o anterior governo e a equipa do  
29 ME se limitaram a fazer hipocrisia com assuntos de tanta gravidade, estes  
30 irão constituir, obrigatoriamente, linhas mestras da ação da FENPROF no  
31 próximo triénio.

32 **No que respeita ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**  
33 **(MCTES) a situação foi um pouco diferente, reconheça-se que mais em**  
34 **estilo do que em substância**, já que a desconsideração da negociação  
35 coletiva foi uma opção política transversal a todo o governo. Tendo sido  
36 mais fácil manter algumas linhas de contacto e diálogo com o ministro  
37 Manuel Heitor, elas resultaram em pouco, pois os principais problemas  
38 que afetavam os profissionais do setor, docentes ou investigadores, e que  
39 constroem a vida das instituições, mantiveram-se. Na legislatura que  
40 está a iniciar-se exige-se, frontalmente, outra coragem e outra  
41 disponibilidade política do governo.

42 **Em relação ao setor privado, de cariz dito social ou não, terá também de**  
43 **haver alterações, já que os bloqueios têm surgido não só como**  
44 **condenável estratégia política ao nível do governo, mas também como**  
45 **forma de atuação das confederações representativas das entidades**  
46 **patronais**, em especial a CNEF, em grande parte estribadas nas  
47 disposições muito negativas do Código do Trabalho que mantêm a  
48 caducidade da contratação coletiva.

1 As confederações deverão adotar uma posição construtiva e positiva no  
2 âmbito da contratação coletiva, sabendo-se, no entanto, que **enquanto o**  
3 **poder continuar sem alterar as normas mais gravosas do Código do**  
4 **Trabalho nesta matéria, o patronato continuará a ter força e condições**  
5 **reforçadas**, de forma ilegítima, diga-se, para exercer chantagem sobre as  
6 organizações sindicais. Nas duas últimas legislaturas, a correlação de  
7 forças permitia acabar com essas e outras normas gravosas do Código do  
8 Trabalho, mas o PS preferiu não o fazer, limitando-se a suspender  
9 temporariamente a aplicação da caducidade, o que não deixa de  
10 constituir, até, um reconhecimento dos prejuízos que tais disposições  
11 provocam. A revogação dessas normas terá de ser um objetivo central da  
12 luta da FENPROF e, com ela, dos docentes do setor privado, no quadro de  
13 uma intervenção mais geral, protagonizada pela CGTP-IN.

## 14 **2.1. Financiamento da Educação e da Ciência**

15 **A FENPROF reitera a necessidade e a reivindicação de o esforço**  
16 **financeiro nacional em Educação corresponder a 6% do PIB.** É um valor  
17 que Portugal está longe de atingir, com os efeitos que estão à vista,  
18 consubstanciados num conjunto de problemas graves que ficam sem  
19 solução. Portugal não atinge, sequer, os 4%.

20 **Relativamente à Ciência, os 1,3% de 2020 ficaram abaixo de metade dos**  
21 **3% que, já em 2018, eram recomendados para esta área.**

22 A FENPROF defende, aliás de acordo com o que é apontado por  
23 organizações internacionais (UNESCO, UNICEF, OIT, IE) que, **no final da**  
24 **legislatura agora iniciada, os valores de referência – 6% e 3% – sejam,**  
25 **finalmente, alcançados.** Do governo empossado há pouco tempo  
26 reclama-se a apresentação de um faseamento que permita atingir esses  
27 valores, o que constituirá, desde início, um sinal positivo no domínio das  
28 políticas da educação e da ciência.

29 Relativamente aos fundos europeus, a FENPROF pronuncia-se com inteira  
30 clareza: são recursos que não deverão ser desperdiçados, eventualidade  
31 que não se compreenderia, mas **não se aceita que sirvam para substituir**  
32 **responsabilidades que, de forma soberana e tendo em vista o futuro**  
33 **coletivo, cabem ao Estado português.**

## 34 **2.2. Transferência de competências em Educação**

35 **A FENPROF continuará a bater-se contra o processo de municipalização**  
36 **imposto, também, à Educação.** A opção política em causa favorece: o  
37 descomprometimento do Estado central no que respeita ao  
38 financiamento da educação pública; o reforço do controlo sobre as  
39 escolas, limitando ainda mais a sua autonomia; o desenvolvimento de  
40 sistemas arbitrários e pouco transparentes de seleção de pessoal, com o  
41 aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da  
42 desmotivação dos profissionais da educação (docentes e não docentes).

43 **Mais, esse será caminho para o aprofundamento de assimetrias e, até,**  
44 **para pôr em causa a realização plena do direito à educação,** um dos  
45 importantíssimos direitos de caráter universal que a CRP estabelece. A  
46 concretização do direito universal à educação não se compadece com  
47 capacidades, disponibilidades, vontades e apetências locais, sem

1 desprimor para o Poder Local que vem sendo, desde o 25 de Abril, um  
2 instrumento fundamental de efetivação das aspirações das populações. A  
3 Educação e a resolução dos seus problemas são incumbências do Estado  
4 central.

5 **A FENPROF não se opõe à descentralização, mas considera que há outros**  
6 **caminhos para a concretizar, que não os da municipalização.** A  
7 transferência de competências deverá privilegiar as escolas, devendo  
8 estas contar com órgãos democraticamente legitimados; o mesmo se  
9 defende quando são competências a transferir para o nível local, neste  
10 caso, para órgãos também legitimados democraticamente e com  
11 adequada representação escolar e comunitária. A este propósito, a  
12 FENPROF reitera as suas propostas relativas à criação de Conselhos Locais  
13 de Educação. Por outro lado, a transferência de competências, qualquer  
14 que seja o modelo que venha a ser adotado, deverá começar com uma  
15 definição clara e fundamentada das que devem caber à administração  
16 central, à administração regional e local, e às escolas e agrupamentos, e  
17 realizar-se de forma sustentada, permitindo eliminar assimetrias e não  
18 acentuá-las.

### 19 **2.3. Organização e funcionamento das escolas**

#### 20 **2.3.1. Gestão democrática das escolas**

21 As questões relativas à **direção e gestão dos estabelecimentos de ensino**  
22 **são determinantes para a vida das escolas**, pela forma como influenciam  
23 as relações de trabalho e o próprio clima de escola e pela dimensão  
24 política que transportam.

25 A FENPROF, que tem um valioso trajeto de reflexão, proposta e luta neste  
26 domínio, reafirma a **necessidade de estruturar um modelo de**  
27 **organização da escola numa perspetiva de participação e legitimação**  
28 **democráticas**, inserindo-o num contexto de descentralização, de que  
29 resultem claros os poderes a ser exercidos aos diferentes níveis, incluindo  
30 o nível local e o nível da escola. É imprescindível, pois, rever, como há  
31 muito a FENPROF reivindica, o atual regime de direção e gestão das  
32 escolas, numa perspetiva coerente que englobe também a rede escolar, a  
33 descentralização da administração educativa e a autonomia das escolas.

34 Em relação às instituições de ensino superior, a FENPROF defende a  
35 **avaliação dos impactos do RJES que compromete, entre outros aspetos,**  
36 **a democracia e a liberdade académica.**

#### 37 **2.3.2. Desagregação dos mega agrupamentos**

38 **Os problemas que a FENPROF assinalou quando foram impostos os mega**  
39 **agrupamentos não foram resolvidos**, ainda que o tempo possa ter criado  
40 alguma acomodação a uma situação que não deixou de ser muito nefasta.  
41 Recordam-se: desumanização da vida das escolas; fim de uma gestão de  
42 proximidade, tanto em relação a alunos e docentes, como às famílias;  
43 potencialização das situações de indisciplina e violência na escola, com o  
44 aumento da população escolar e o afastamento dos seus órgãos  
45 dirigentes; enfraquecimento dos níveis de participação na vida das  
46 escolas, em particular por parte dos docentes e dos pais e encarregados  
47 de educação; extinção de projetos curriculares e educativos de muitas

1 escolas; criação de estruturas intermédias de gestão que, pela sua  
2 dimensão, se tornam inoperantes e ineficazes; perda de recursos e  
3 identidade do 1º CEB, com evidentes prejuízos no desenvolvimento global  
4 das crianças; redução e, por vezes, extinção de serviços relevantes para a  
5 organização, segurança e bom ambiente escolares; perda de eficácia  
6 organizacional.

7 A FENPROF considera que **a desagregação dos mega agrupamentos**  
8 **continua a estar na ordem do dia** pelas razões apontadas desde o início  
9 da sua imposição; desfazer os mega agrupamentos é um objetivo  
10 indispensável que importa alcançar.

### 11 **2.3.3. Reforço dos recursos humanos e materiais das escolas**

12 **Reforçar recursos é indispensável para garantir respostas adequadas**  
13 **para todos os alunos**, incluindo fortalecer o apoio pedagógico acrescido  
14 que deverá ser prestado a todos os que dele necessitem. As escolas  
15 deverão poder dispor de mais professores para as turmas,  
16 nomeadamente nos primeiros anos de escolaridade, prevenindo o  
17 insucesso, em vez de o tentar remediar mais tarde, e o crédito global de  
18 horas deverá aumentar substancialmente para que aumentem tempos de  
19 apoio, de tutoria, de desenvolvimento de projetos e outras atividades. No  
20 caso dos agrupamentos de escolas, o cálculo do crédito deverá ter em  
21 conta as turmas do 1.º ciclo do Ensino Básico e os grupos de educação  
22 pré-escolar, com o retorno de horas específicas para estes setores.

23 É necessário, também, **dotar de mais profissionais** (terapeutas da fala,  
24 animadores culturais, assistentes sociais, técnicos desportivos e  
25 educadores sociais, etc.) as equipas multidisciplinares constituídas e  
26 reforçar o número de psicólogos. Aos alunos com necessidade de terapias  
27 deverá ser aumentado o número de horas para a sua prestação, de  
28 acordo com o diagnóstico e a proposta a apresentar pelas equipas  
29 multidisciplinares. Importa garantir um número de intérpretes de língua  
30 gestual portuguesa (LGP) que assegure que os alunos surdos têm  
31 interpretação para a sua língua em todas as disciplinas.

32 Por último, não menos importante, é indispensável um grande **reforço de**  
33 **assistentes operacionais – auxiliares de ação educativa – nas escolas**, o  
34 que continua a requerer uma profunda revisão dos critérios e da fórmula  
35 de cálculo para determinar a dotação máxima de referência do pessoal  
36 não docente, o chamado rácio. Mas passa, também, por um processo  
37 urgente de contratação extraordinária, dado o nível de trabalho e as  
38 exigências de segurança, limpeza e higienização do espaço escolar que  
39 hoje são necessários. À cabeça, tem que ser garantida a substituição de  
40 todos os trabalhadores não docentes que se aposentaram ou que se  
41 encontram doentes.

### 42 **2.3.4. Redução do número máximo de alunos por turma**

43 **A redução do número de alunos por turma é uma reivindicação antiga** –  
44 tendo ganho ainda maior acuidade com os anos da pandemia – e condição  
45 necessária para o professor desenvolver uma atividade mais  
46 individualizada, mais próxima de cada um dos seus alunos. É propiciadora  
47 de um contexto que favorece a inclusão, de uma atividade em que a

1 prática docente respeita os princípios de diferenciação pedagógica. A  
2 redução do número de alunos por turma é condição para uma escola à  
3 qual se exige, cada vez mais, que saiba lidar com a diversidade nos seus  
4 mais variados domínios. A FENPROF reitera as propostas que, neste  
5 âmbito, tem vindo a apresentar ao ME, notando, porque não é demais  
6 fazê-lo, que tais propostas não têm encontrado disponibilidade negocial  
7 nem eco nas equipas ministeriais.

### 8 **2.3.5. Valorização do ensino profissional**

9 **O ensino profissional não pode ser parente pobre** das vias científicas e  
10 humanísticas. Terá de ser uma resposta predominantemente pública,  
11 valorizada na oferta curricular, financiada, em primeira linha, por  
12 dinheiros públicos e libertada de condicionamentos impostos à revelia das  
13 escolas, por exemplo, por decisão das CIM e dos municípios.

14 Os docentes a quem são atribuídas turmas de cursos profissionais não  
15 podem continuar a sujeitar-se a **imposições relativas ao seu desempenho**  
16 **profissional que violam quadros legais em vigor**, seja o ECD ou a Lei Geral  
17 do Trabalho em Funções Públicas. Exemplo disso é a constituição de  
18 verdadeiros, mas ilegais, bancos de horas, o desenvolvimento de atividade  
19 letiva em períodos de interrupção ou, até, a exigência de reposição de  
20 horas coincidentes com dias de ausência devidamente justificada,  
21 incluindo por motivo de greve, o que atenta contra o direito à greve. Por  
22 regra as reposições são exigidas sem que sejam consideradas serviço  
23 extraordinário, o que é um desrespeito pela lei.

24 Relativamente à contratação de profissionais para esta modalidade  
25 formativa, há que distinguir, o que não tem sucedido, os docentes que  
26 asseguram a lecionação de áreas técnicas de outros profissionais do  
27 mundo empresarial e demais entidades empregadoras que,  
28 habitualmente, cooperam com as escolas nos processos educativos dos  
29 cursos. De facto, **muitos docentes têm vindo a ser recrutados como se de**  
30 **técnicos especializados se tratassem**. Os objetivos estão à vista: pagar-  
31 lhes menos e impedir o seu acesso à carreira docente.

### 32 **2.3.6. Por uma educação efetivamente inclusiva**

33 A educação inclusiva foi apresentada pelo governo como uma prioridade.  
34 Deixando de fora, uma vez mais, o ensino superior, foi publicada  
35 legislação que proclamava a mais forte intenção e uma grande ambição  
36 em tornar as escolas espaços de inclusão. Reformularam-se conceitos,  
37 promoveram-se grandes ações de informação e algumas de formação,  
38 apelou-se com veemência à disponibilidade dos docentes. Porém,  
39 **depressa se percebeu que muito do que era anunciado ia pouco além do**  
40 **plano das intenções**. Bastaria passar do preâmbulo do Decreto-Lei n.º  
41 54/2018 para o articulado para se começar a perceber a distância entre  
42 intenções e atos. Nas escolas, o problema agravava-se ao esbarrar na  
43 insuficiência de recursos humanos.

44 **A educação inclusiva não pode esgotar-se na criação de condições**  
45 **destinadas, apenas, às crianças e aos jovens com necessidades**  
46 **educativas especiais**, ainda que estas sejam da maior importância e  
47 requeiram a melhor atenção. Deve abranger muitas outras exclusões,

1 como abandono, insucesso, minorias étnicas, religiosas, de género,  
2 pobreza, etc. Na escola reflete-se toda a diversidade que encontramos na  
3 sociedade: não pode alhear-se dessa realidade; tem, isso sim, de  
4 organizar-se para lidar com ela, criando ambientes adequados, amigáveis,  
5 de aprendizagem, em que todos se sintam integrados dentro da sua  
6 singularidade.

7 Neste domínio, é de salientar que **o respeito pela igualdade de género é**  
8 **um dos grandes desafios para o qual a escola está muito atrasada.** Tal  
9 como a sociedade portuguesa, diga-se, embora isso não justifique inação  
10 sobre estas questões.

11 **No ensino superior, a situação é ainda mais negativa, pois, como vimos,**  
12 **nem sequer um quadro legal sobre educação inclusiva existe.** É legítima  
13 a suposição de que os governantes não consideram essa uma resposta  
14 que as universidades e os politécnicos estejam obrigados a dar. Deixando  
15 a questão da inclusão para cada instituição, o Estado tem aceitado que as  
16 instituições públicas do ensino superior ofereçam condições desiguais aos  
17 estudantes.

## 18 **2.4. Valorização dos profissionais docentes e dos investigadores**

### 19 **2.4.1. Carreiras dignas e atrativas**

20 **A carreira dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e**  
21 **secundário encontra-se gravemente deturpada, uma autêntica**  
22 **caricatura do que a lei consagra.** À perversidade do bloqueio de  
23 progressões através do mecanismo das vagas, soma-se o acumulado de  
24 incumprimentos, de ultrapassagens e, até, como têm sido designados com  
25 propriedade, os roubos de tempo de serviço cumprido. Hoje, a carreira  
26 em que se encontra a maioria dos professores pouco ou nada tem a ver  
27 com o que está estabelecido na lei, no ECD, o que é inconcebível num  
28 estado de direito democrático. O desenvolvimento de carreira de que a  
29 maioria dos docentes em funções vai usufruir nada tem a ver com a  
30 estrutura que a lei estabelece e que corresponde à expectativa legítima dos  
31 docentes.

32 É oportuno clarificar, de novo: ao contrário de outras matérias, a  
33 FENPROF não exige negociar outra carreira, não é isso que é necessário; **o**  
34 **que é urgente, isso sim, é a recomposição da atual com a correção dos**  
35 **atropelos a que foi sujeita,** isto é, impõe-se que o atual governo cumpra o  
36 que está no ECD e que é sua obrigação perante os professores e  
37 educadores.

38 Questão central: a **recuperação dos 2393 dias (6 anos, 6 meses e 23 dias)**  
39 **de serviço cumprido que continuam por contabilizar** para efeitos de  
40 enquadramento e progressão na carreira. Admitindo o faseamento da  
41 recuperação, ela deverá estar concluída em 2026, no final da presente  
42 legislatura. A FENPROF exige a eliminação das vagas que impedem  
43 milhares de docentes de progredirem aos 5.º e 7.º escalões da carreira. É  
44 preciso corrigir as ultrapassagens que, para além de injustas, violam  
45 preceitos constitucionais, o que não se aceita num estado de direito.

46 Impõe-se a **revisão do regime de avaliação de desempenho** dos  
47 docentes. A FENPROF insiste que o modelo a construir deve respeitar os

1 princípios de avaliação formativa, deve ser orientado para a melhoria da  
2 atividade docente e não para determinar e restringir ritmos de progressão  
3 na carreira. Fundamental, ainda, a eliminação do regime de quotas que,  
4 cinicamente, em nome do mérito, é impeditivo do reconhecimento do  
5 mérito absoluto de cada docente, provocando grandes injustiças e  
6 degradando o ambiente nas escolas, motivo de muitos conflitos entre  
7 pares e ameaça crescente à natureza cooperativa do trabalho docente.

8 Reclamam-se **garantias de financiamento às instituições de ensino**  
9 **superior para que possam respeitar o disposto nos estatutos de carreira,**  
10 relativamente a progressões e promoções, e possam, ainda, abrir os  
11 concursos para integração nos quadros de docentes e investigadores  
12 submetidos a vínculos precários, apesar de darem resposta, como tantas  
13 vezes sucede, a necessidades permanentes.

14 Questão essencial e de grande magnitude é a **necessidade de revisão dos**  
15 **estatutos de carreira,** tanto do Estatuto da Carreira Docente Universitária  
16 (ECDU), como do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino  
17 Superior Politécnico (ECPDESP), numa perspetiva de convergência. A  
18 FENPROF considera, ainda, indispensável rever o Estatuto de Carreira da  
19 Investigação Científica e revogar o Estatuto do Bolseiro de Investigação.

#### 20 **2.4.2. Eliminação da precariedade**

21 O primeiro governo PS com António Costa repetia que em seis anos tinha  
22 feito ingressar nos quadros 11 000 docentes. Chegou a parecer um rasgo  
23 de generosidade, uma excecional ação política. Nada disso: esse número,  
24 quando comparado com os mais de 20 000 docentes em situação de  
25 precariedade que têm mais de 3 anos de serviço, 11 000 dos quais já  
26 passaram os 10 anos de serviço, demonstra que **os concursos**  
27 **extraordinários de vinculação realizados e a designada norma-travão**  
28 **que consta do regime de concursos, ainda que com as limitadas**  
29 **melhorias que lhe foram introduzidas, não resolveram o problema da**  
30 **precariedade laboral e não responderam às necessidades permanentes**  
31 **das escolas.**

32 A adensar os problemas da precariedade dos vínculos laborais, verificou-  
33 se a recusa do governo em **criar um regime justo de acesso destes**  
34 **docentes à segurança social e o tratamento discriminatório que lhes é**  
35 **dado,** nomeadamente no plano salarial, merecedor da abertura de um  
36 processo por infração por parte da Comissão Europeia, no final de 2021.

37 No que respeita aos docentes das **escolas artísticas António Arroio e**  
38 **Soares dos Reis,** o ME, pouco sensível às consequências da precariedade  
39 na profissão e nos profissionais docentes, não só recusou negociar regras  
40 para a sua vinculação dinâmica, como desrespeitou a Lei n.º 46/2021, de  
41 13 de julho, que obrigava a promover um concurso de vinculação  
42 extraordinário, com produção de efeitos no ano letivo 2021-2022.

43 Também **na Ciência a precariedade não vem merecendo o combate**  
44 **necessário.** Não houve iniciativas eficazes neste sentido. São milhares de  
45 investigadores que exercem funções nas instituições de ensino superior  
46 (IES) e suas unidades de investigação, há largos anos, com contratos  
47 precários e aos quais o designado programa extraordinário de

1 regularização dos vínculos precários na administração pública (PREVPAP)  
2 ou a agenda do designado emprego científico ficou muitíssimo longe de  
3 dar resposta.

4 No ensino superior, onde se mantêm elevados e persistentes níveis de  
5 precariedade laboral, **continuam por consagrar mecanismos que**  
6 **garantam que não há abusos no recurso à contratação a termo e para**  
7 **combater, também, a discriminação dos docentes** assim mantidos nas  
8 instituições. É sabido que, também neste domínio, se cruzam os  
9 problemas de financiamento, o que não pode constituir uma justificação  
10 para a inação ou até, como hoje acontece, para penalizar ainda mais os  
11 docentes contratados com o argumento de não poderem estar mais de  
12 quatro anos a tempo integral.

13 Também **nos cursos profissionais, o ME mantém todas as disciplinas da**  
14 **componente de formação técnica excluídas de associação a grupos de**  
15 **recrutamento docente** (existente ou a criar) e vários técnicos  
16 especializados permanecem numa situação de precariedade laboral que  
17 urge resolver.

18 **A FENPROF continuará a ter o combate à precariedade no topo dos seus**  
19 **objetivos reivindicativos**, quer através da alteração do regime de  
20 concursos para educadores e professores, quer da realização dos  
21 concursos extraordinários que forem necessários.

22 A FENPROF exigirá, no respeito pelas especificidades do ensino superior e  
23 da docência a este nível, que **a segurança no emprego prevista na CRP e o**  
24 **princípio de que a necessidades permanentes correspondem vínculos**  
25 **efetivos** tenham concretização plena e, portanto, não fiquem à porta das  
26 IES. No caso da Ciência, a FENPROF também continuará a exigir a  
27 aprovação de medidas concretas que confirmam estabilidade ao exercício  
28 da atividade de investigação.

29 De forma genérica e em todos os setores, a FENPROF continuará a  
30 reclamar a adoção de **medidas que obstem ao recurso abusivo à**  
31 **contratação a termo e a outras formas de precariedade laboral, como as**  
32 **bolsas de investigação e os chamados recibos verdes, e que evitem a**  
33 **discriminação** dos professores ou investigadores que assim sejam  
34 contratados.

### 35 **2.4.3. Revisão do regime de concursos para colocação de docentes**

36 Sendo a precariedade um problema que, também por via da revisão do  
37 regime de concursos, deverá merecer o devido combate, este não é o  
38 único objetivo pretendido. **Os responsáveis do ME adiaram esse processo**  
39 para, com a legislatura interrompida por decisão do Presidente da  
40 República, se afirmarem desgostosos por, disseram, deixarem de existir  
41 condições para abordarem a matéria. Contrariando o seu próprio  
42 compromisso, não permitiram que a revisão tivesse lugar.

43 Certo, também, é que, como já foi referido, **ignoraram as sucessivas**  
44 **propostas apresentadas pela FENPROF e até desrespeitaram a AR**,  
45 incumprindo a Lei n.º 47/2021, de 23 de julho. O governo aventou  
46 eventual inconstitucionalidade que, no entanto, não o dispensava de  
47 obedecer à lei.

1 A revisão do regime de concursos, com os princípios que a FENPROF tem  
2 defendido, será uma das prioridades negociais. É preciso **resolver**  
3 **injustiças e garantir respeito pela graduação profissional** dos docentes  
4 em todas as fases e modalidades do concurso.

#### 5 **2.4.4. Resolução dos abusos e ilegalidades no horário de trabalho**

6 A “solução” displicente encontrada pelo ME para a falta de professores –  
7 **distribuir os horários não ocupados como serviço docente extraordinário**  
8 – constituiu um novo abuso em termos de normas e limites legalmente  
9 fixados para os horários de trabalho e um novo episódio de  
10 desconsideração pelos professores, há muito submetidos a sobrecargas.

11 Apesar de no passado, em 2018, ter sido possível chegar a consenso –  
12 assim chegou a parecer – com responsáveis do ME, principalmente em  
13 relação ao conteúdo funcional de cada uma das componentes do horário,  
14 o certo é que o que foi consensualizado nunca chegou a integrar a  
15 legislação. Nem o despacho de organização do ano letivo daquele ano,  
16 nem os subsequentes, tiveram em conta o que o ME chegou a anunciar  
17 publicamente, a correção de abusos que tinham sido identificados. O ME  
18 decidiu, portanto, não operacionalizar o que, em dado momento tinha  
19 aceitado fazer. Não é difícil perceber porquê: **a manutenção da situação**  
20 **permite obter milhares de horas de trabalho docente não remunerado.**

21 **A FENPROF não será cúmplice de abusos e de ilegalidades que**  
22 **continuam a afetar os horários dos docentes.** Perante os atropelos, é  
23 indispensável clarificar quais as atividades que integram cada uma das  
24 componentes do horário de trabalho dos docentes. Toda a atividade a  
25 desenvolver com alunos deve ser considerada letiva. As reuniões, salvo  
26 raras exceções, integram, necessariamente, a componente não letiva de  
27 estabelecimento. A formação contínua a que os docentes estão obrigados  
28 também faz parte desta componente de estabelecimento. A componente  
29 de trabalho individual tem de ser salvaguardada e integralmente gerida  
30 pelo docente.

31 A FENPROF bater-se-á por condições para que os horários base e o regime  
32 de reduções seja igual para os docentes de todos os graus e níveis de  
33 ensino e para que **as reduções de componente letiva previstas no artigo**  
34 **79.º do ECD sejam da gestão do docente**, integrando a componente de  
35 trabalho individual, o que se tornou ainda mais necessário face à idade e  
36 ao desgaste que a profissão acumula. Em nenhum caso se pode aceitar a  
37 atribuição de serviço extraordinário nessas horas de redução.

38 Por último, a FENPROF continuará a **defender, intransigentemente, que o**  
39 **limite da duração semanal de trabalho é de 35 horas**, tal como a lei  
40 determina, mas que vem sendo sistematicamente ultrapassado com a  
41 cobertura da administração educativa. É de sublinhar que esse número de  
42 horas está estabelecido para os setores público e privado e para todos os  
43 níveis e graus de ensino, do pré-escolar ao ensino superior e à ciência.  
44 Assim sendo, e por demais razões, aquela duração tem de ser respeitada.

45 Enquanto os abusos e as ilegalidades se mantiverem, a FENPROF deverá  
46 **continuar a convocar greve ao sobretrabalho** nos setores em que tal vem  
47 sucedendo, como forma de luta e de proteção dos docentes ou, se a

1 avaliação da situação assim o apontar, encontrar formas alternativas de  
2 prosseguir essa luta, contribuindo também para defender os docentes das  
3 consequências dos abusos e sobrecargas a que estão sujeitos.

#### 4 **2.4.5. Regime específico de aposentação**

5 **A FENPROF não desiste de lutar por um regime específico de**  
6 **aposentação dos docentes.** Não se trata da reivindicação de um  
7 privilégio. Consabidamente, o regime geral que vigora – e que, já por si, é  
8 muito negativo para todos os trabalhadores – não tem em conta o facto  
9 de se tratar de uma profissão em que o desgaste físico, psíquico e  
10 psicológico é muito acentuado e com consequências que, em regra,  
11 sobrevêm relativamente cedo.

12 A FENPROF admite um período de transição para esse regime específico  
13 que viabilize, **de imediato, a aposentação sem penalizações para quem**  
14 **completou os 40 anos de serviço e de descontos;** a partir daqui, deve  
15 evoluir-se para a aposentação aos 36 anos de serviço,  
16 independentemente da idade.

17 Importante, também, é que quem já atingiu os 60 anos, mas não  
18 completou o tempo de serviço, possa beneficiar, se o pretender, da  
19 **substituição da atividade letiva por outro tipo de atividade docente.**

20 A FENPROF defende, ainda, a **aplicação do regime de pré-reforma** aos  
21 trabalhadores que representa, não tolerando que sejam discriminados. O  
22 regime é aplicável à generalidade dos trabalhadores da administração  
23 pública e, como o anterior governo reconheceu através da ministra  
24 Alexandra Leitão, a área da educação é uma daquelas em que a pré-  
25 reforma mais se justifica. Não obstante, as declarações não tiveram  
26 qualquer sequência, não tendo existido, também nesta área do governo,  
27 abertura negocial para encontrar e concretizar soluções.

28 Num contexto adverso, **a unidade dos professores na luta é uma**  
29 **condição fundamental para a obtenção de avanços também no domínio**  
30 **da aposentação.**

#### 31 **2.4.6. Rever a formação de professores**

32 **A formação de professores, nas suas diferentes modalidades – inicial,**  
33 **contínua e especializada – tem merecido pouca atenção dos governos.** Já  
34 próximo do final da anterior legislatura, o ME revelou intenção de alterar  
35 aspetos do regime de formação inicial. A revelação foi tardia e  
36 inconsistente e tal processo acabou por não se realizar.

37 **A FENPROF tem propostas para essa revisão,** que já divulgou, não  
38 deixando de debater o assunto, também com especialistas, numa  
39 permanente preocupação de adequar e atualizar as suas posições face a  
40 novas realidades. Entende que o processo de revisão deverá realizar-se a  
41 breve prazo.

42 Também **em relação à formação contínua de docentes, exigem-se regras**  
43 **que ponham cobro a abusos** que estão a ser cometidos, com os  
44 professores a serem obrigados a frequentar ações sobre ações, sem limite  
45 máximo de horas e, não poucas vezes, a terem de o fazer em tempos pós-  
46 laborais, mas sem beneficiarem dos direitos que a lei estabelece para essa

1 situação. Ou seja, num quadro de atropelos, adensando a sobrecarga,  
2 estendendo horários de trabalho e reduzindo o benefício das mesmas na  
3 melhoria do desempenho profissional.

4 É indispensável **rever outros aspetos do regime de formação contínua**,  
5 quer em relação aos formandos, quer aos formadores, conferindo igual  
6 dignidade aos direitos destes últimos, seja a sua atividade desenvolvida  
7 em centros de formação de associação de escolas, ou em centros de  
8 formação de associações profissionais.

9 A FENPROF insistirá, ainda, na **recuperação das dispensas para a**  
10 **formação** que foram eliminadas em 2007 e que podem e devem ser um  
11 instrumento fundamental para a concretização da formação contínua  
12 como direito e obrigação profissional dos docentes.

13 Relativamente à **formação especializada**, é necessário criar condições  
14 para que os docentes a possam frequentar e articulá-la com a aquisição  
15 de habilitação profissional em determinadas áreas da docência, como  
16 sejam a educação especial, a intervenção precoce ou outras.

#### 17 **2.4.7. Segurança e saúde no trabalho, doenças profissionais e grupos de** 18 **risco**

19 A COVID-19 obrigou a que fossem tomadas medidas no âmbito da  
20 segurança e saúde no trabalho, destinadas a permitir o funcionamento  
21 das escolas em regime presencial. Apesar de a Lei Geral do Trabalho em  
22 Funções Públicas, estabelecer, no artigo 350.º, que esta matéria é objeto  
23 de negociação coletiva, **a FENPROF não foi, sequer, ouvida e até para**  
24 **obter informações sobre a situação sanitária nas escolas teve de recorrer**  
25 **aos tribunais**. Mais um exemplo, por conseguinte, da condenável atitude  
26 do governo anterior em relação à negociação coletiva.

27 A FENPROF exigirá do novo governo a realização de um processo de  
28 negociação coletiva sobre segurança e saúde no trabalho (SST) para o  
29 estabelecimento de normas, não apenas para o período de pandemia,  
30 mas permanentes e obrigatórias para o funcionamento das escolas. Neste  
31 domínio, **não pode continuar a ser adiada a constituição, legalmente**  
32 **prevista, das comissões de SST**. É uma necessidade que ficou ainda mais  
33 vincada pandemia.

34 Deverão, também, ser estabelecidas as condições de **proteção de quem é**  
35 **portador de doença que integra grupos de risco, face a determinadas**  
36 **situações, assim como a elaboração de uma listagem de doenças**  
37 **profissionais** específicas do pessoal docente. Importa, ainda, retomar a  
38 premência de criar condições que compatibilizem o exercício de funções  
39 docentes com situações de doença que não sejam, disso, impeditivas.

#### 40 **2.4.8. Ensino privado**

41 Tratar-se-á, aqui, dos ensinos particular e cooperativo (EPC), artístico  
42 especializado (EAE), profissional (EP) e das instituições particulares de  
43 solidariedade social (IPSS) e misericórdias e, em concreto, da **situação**  
44 **profissional dos docentes destes setores, incluindo ensino superior**.

45 Para a FENPROF, **a função docente assume uma dignidade e uma**  
46 **responsabilidade específicas, independentemente de ser exercida no**

1 **sistema público ou no sistema privado ou social**, cuja concretização não  
2 é, de todo, indiferente face às condições laborais em que é exercida.

3 É com base neste princípio que a FENPROF se assume como **a organização**  
4 **sindical que mais tem intervindo na defesa dos direitos laborais dos**  
5 **docentes do ensino privado e do setor social**, assim como, a que mais  
6 tem lutado pela valorização e dignificação da função docente no ensino  
7 particular e cooperativo, incluindo o ensino artístico especializado e o  
8 ensino profissional, nas IPSS e nas misericórdias.

9 No entanto, por não terem sido alteradas as normas gravosas do Código  
10 de Trabalho até à presente data, nomeadamente a **eliminação da norma**  
11 **da caducidade das convenções coletivas e a reposição do princípio do**  
12 **tratamento mais favorável ao trabalhador**, a situação socioprofissional  
13 dos docentes a exercerem funções no ensino privado agravou-se  
14 substancialmente, quer em relação à carreira, quer em relação às  
15 condições de trabalho.

16 Perante a situação em que se encontram atualmente estes docentes,  
17 incluindo o EAE e o EP, marcada por uma acentuada e prolongada  
18 desvalorização do exercício da sua função, **a FENPROF defende:**

19 - A celebração de um **contrato coletivo de trabalho (CCT) que**  
20 **aproxime, de forma significativa, as condições de trabalho dos**  
21 **docentes deste setor às que são praticadas no ensino público**,  
22 nomeadamente quanto a horários e remunerações, que reponha  
23 direitos e que respeite e dignifique o exercício da função docente no  
24 ensino privado. Esta posição não traduz, como se compreende,  
25 regozijo pela condição dos docentes do setor público, mas o  
26 reconhecimento de que a situação no ensino privado consegue, por  
27 razões identificadas, ser ainda mais negativa;

28 - O **reconhecimento para efeitos de progressão na carreira, de todo o**  
29 **tempo de serviço prestado**, independentemente de ser em  
30 estabelecimento de ensino privado ou de ensino público;

31 - Um **CCT que abranja os docentes do ensino artístico especializado e**  
32 **do ensino profissional** em igualdade de condições com os do ensino  
33 regular, nomeadamente quanto à organização do horário letivo e à  
34 carreira;

35 - A revisão do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, Decreto-Lei  
36 n.º 152/2013, de 4 de novembro, inscrevendo no n.º 2 do artigo 42.º  
37 (Direitos e deveres dos docentes) a orientação de que **as convenções**  
38 **coletivas e os contratos individuais de trabalho dos educadores e dos**  
39 **docentes do EPC devem ter em conta o interesse público da função**  
40 que desempenham, tendo como referência o quadro legal aplicável ao  
41 ensino público, nomeadamente quanto à duração e organização do  
42 horário letivo e não letivo, carreira e salários;

43 - Que, **relativamente ao EAE, em matéria de financiamento dos**  
44 **estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, seja alterado o**  
45 **atual modelo** baseado no custo por aluno, pois não se adequa às  
46 necessidades existentes. Deverá ser reposta a regra do escalonamento  
47 no financiamento dos contratos de patrocínio, tomando em

- 1       consideração as habilitações profissionais e a antiguidade dos  
2       docentes;
- 3       - A elaboração de **normas específicas para os docentes a exercerem**  
4       **funções no EAE** que não deverão ignorar a sua condição de artistas, o  
5       que é da maior importância para este setor de ensino;
- 6       - A consideração do trabalho dos **pianistas acompanhadores** como  
7       trabalho letivo;
- 8       - A criação de uma **rede nacional do EAE**, articulada entre diversas  
9       escolas tipificadas, salvaguardando a indicação de uma escola de  
10       referência por cada unidade territorial (a definir), responsável pela  
11       coordenação educativa e a monitorização das escolas da área  
12       territorial;
- 13       - No que respeita ao EP, existindo um evidente subfinanciamento dos  
14       cursos ministrados nas escolas privadas, que tem colocado em causa  
15       uma carreira justa para os docentes a exercerem funções nesses  
16       estabelecimentos de ensino, **deverão as turmas ser financiadas pelo**  
17       **valor equiparado aos custos das turmas das escolas públicas**,  
18       conforme estabelece o Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho. No  
19       mínimo, há que estabelecer que o financiamento correspondente ao  
20       primeiro escalão do valor anual do subsídio por turma (76 076 euros)  
21       deverá ser igual ao valor turma previsto no contrato de associação (80  
22       500 euros);
- 23       - A **fiscalização e controlo, por parte do ME, dos financiamentos**  
24       **públicos** a estabelecimentos de ensino privado, de modo a evitar a  
25       utilização dessas verbas para fins distintos do seu objetivo,  
26       nomeadamente as que se destinam a vencimentos;
- 27       - O reconhecimento, para todos os efeitos, do **tempo de serviço dos**  
28       **educadores de infância a exercer ou que exerceram funções em**  
29       **creche**, em moldes iguais a todos os que exercem funções na valência  
30       de jardim-de-infância, bem como a exigência de que o ME passe a  
31       tutelar pedagogicamente as creches;
- 32       - A clarificação, pelo ME, do **enquadramento jurídico da certificação**  
33       **do tempo de serviço docente prestado em escolas privadas** incluindo  
34       as profissionais, IPSS e misericórdias.
- 35       A FENPROF, na defesa dos direitos dos docentes que exercem funções em  
36       estabelecimentos de educação e ensino pertencentes a IPSS e a  
37       misericórdias, continuará a **exigir**:
- 38       - A **aplicação e o cumprimento efetivos das convenções coletivas**  
39       aplicadas a estes setores, através do processo de mediação laboral na  
40       Direção-Geral do Emprego das Relações de Trabalho (DGERT) e  
41       denúncias na Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT);
- 42       - Na negociação coletiva, **condições de trabalho iguais às do ensino**  
43       **público**, no que respeita a horários de trabalho, carreiras e salários;
- 44       - Que no atual apoio financeiro às creches do setor social, seja  
45       assegurada a mesma compensação financeira por parte do ME e do

1 Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS),  
2 referente ao diferencial remuneratório dos educadores de infância, à  
3 semelhança do que está em vigor para a educação pré-escolar, de  
4 modo a permitir o **desbloqueamento das carreiras dos docentes a**  
5 **exercerem funções na valência creche.**

6 **O governo não pode continuar a alhear-se da discriminação que atinge**  
7 **os docentes do ensino privado**, incluindo de escolas profissionais e de  
8 escolas de ensino artístico especializado, em relação aos que lecionam em  
9 escolas públicas. Se, nestas, os aspetos salariais, de carreira e também as  
10 condições de trabalho, em geral, estão comprovadamente longe de serem  
11 atrativas, desde logo, para a tão necessária renovação geracional, no  
12 ensino particular e cooperativo a situação, insiste-se, é ainda mais  
13 negativa.

14 Razão determinante é a vigência de um contrato coletivo de trabalho só  
15 possível por dois motivos principais: primeiro, a **recusa dos governos em**  
16 **alterarem a norma de caducidade da contratação coletiva** – mesmo  
17 inferindo-se que o governo reconhece prejuízos para os trabalhadores,  
18 quando sentiu a necessidade de a suspender temporariamente – e a  
19 recusa de recuperarem o princípio do tratamento mais favorável para o  
20 trabalhador; segundo, a disponibilidade das organizações sindicais da UGT  
21 em concertarem-se com os representantes das entidades patronais, com  
22 resultados que traem, objetivamente, aquele que deveria ser o seu papel.

23 Compete ao governo que, de uma forma ou outra, reconhece e financia o  
24 ensino particular e cooperativo, estabelecer regras que deverão ser  
25 observadas na relação laboral com os seus trabalhadores. A FENPROF  
26 continuará a intervir e a **defender que as condições em que a docência é**  
27 **exercida no setor privado se aproximem do que vigora no público**. Nos  
28 estabelecimentos privados ou na escola pública, do que se trata é da  
29 profissão e da condição dos docentes.

30 Para a FENPROF, todos são docentes e exercem a mesma profissão de  
31 enorme importância social, independentemente do vínculo contratual ser  
32 público ou privado, tendo como **princípio “a mesma profissão, os**  
33 **mesmos direitos, deveres e condições de trabalho”**.

34 Também **em relação ao ensino superior, o RJIES prevê a publicação de**  
35 **um diploma “regulamentador” sem o qual não será possível negociar um**  
36 **contrato coletivo de trabalho** para o setor privado. Quinze anos não  
37 foram suficientes para a publicação do diploma. Na legislatura anterior  
38 chegou a haver um compromisso assumido pelo ministro Manuel Heitor  
39 nesse sentido. Nada aconteceu, no entanto, o que acresce ao rol de  
40 problemas não enfrentados e ao histórico da indisponibilidade negocial do  
41 governo.

42 Apesar das dificuldades acrescidas na promoção e desenvolvimento da  
43 luta no setor privado, a FENPROF não deixará de a propor aos professores  
44 e, sempre que possível, de levá-la por diante. Entenda-se que, perante a  
45 intransigência patronal à mesa das negociações, favorecida por normas  
46 que prejudicam a contratação coletiva, ou perante a prepotência e abusos  
47 verificados em algumas instituições, **a luta é um elemento insubstituível**  
48 **para que a razão dos docentes não seja amesquinhada**. Impõe-se,

1 portanto, o reforço da disponibilidade dos docentes para intervirem com  
2 vista à resolução dos problemas que mais os afetam.

3 É com esta determinação que a FENPROF, na defesa da contratação  
4 coletiva, foco principal da sua intervenção sindical no ensino privado e no  
5 setor social, continuará a **lutar pelos direitos dos docentes do EPC, EAE,  
6 EP, IPSS e misericórdias**, de modo a valorizar o exercício da função  
7 docente nestes subsistemas de educação e ensino.

#### 8 **2.4.9. Ensino superior e investigação**

9 As condições laborais no ensino superior têm-se degradado de ano para  
10 ano. Na última década, no âmbito da administração pública, **a perda de  
11 poder de compra dos docentes do ensino superior foi uma das mais  
12 expressivas: cerca de 20% no universitário e 12% no politécnico**. Ao  
13 mesmo tempo, verifica-se um aumento galopante dos ritmos de trabalho  
14 de uma profissão cujas exigências se desdobram numa miríade de  
15 atividades letivas, de investigação, extensão, gestão e administração.

16 São frequentes as elevadas sobrecargas nos horários de trabalho dos  
17 docentes que, nas mais das vezes, não contabilizam as horas destinadas à  
18 orientação de mestrandos e doutorandos. **O respeito escrupuloso pelas  
19 cargas letivas estipuladas nos estatutos das carreiras docentes é  
20 frequentemente torpedeado**, sobretudo no caso dos professores  
21 convidados, muitos deles correspondendo, na verdade, a falsos  
22 convidados que, por isso, se encontram numa situação mais vulnerável do  
23 ponto de vista laboral e mais condicionados para aceitar, com maior ou  
24 menor resignação, os abusos socioprofissionais a que são sujeitos.

25 Tudo isto ocorre num contexto caracterizado pelo **acentuado  
26 envelhecimento de corpos docentes** cada vez mais desgastados.  
27 Atualmente, a média etária dos docentes do ensino superior ronda os 50  
28 anos e a FENPROF estima que, nos próximos cinco anos, cerca de 4 500  
29 docentes (20% do total do universitário e 10% do politécnico) irão  
30 aposentar-se.

31 Por conseguinte, **crece a insatisfação nos locais de trabalho**, nas  
32 universidades e politécnicos e degrada-se a saúde física e mental dos  
33 docentes, como revela o estudo sobre precariedade e *burnout* realizado  
34 pela FENPROF<sup>17</sup>.

35 **A pandemia intensificou algumas das tendências mais nefastas** que já  
36 estavam em curso. A transição abrupta para o ambiente digital levou à  
37 desregulação ainda maior dos horários de trabalho, ao desaparecimento  
38 de fronteiras entre os espaços e os tempos do trabalho e da vida pessoal,  
39 ao reforço de uma certa pulsão autoritário-controladora existente em  
40 muitas instituições e ao acentuar das desigualdades de género. Para além  
41 disso, foi com perplexidade que a FENPROF assistiu à exclusão, ou  
42 inclusão tardia, dos docentes do ensino superior dos programas de

---

<sup>17</sup> Trajetórias laborais nas instituições de ensino superior e ciência: excelência e precariedade, Ana Ferreira, 2021

1 vacinação implementados, para combater a pandemia e minimizar as  
2 perturbações no funcionamento do sistema educativo nacional.

3 A resposta a estes desafios passará **sempre pela valorização das carreiras**  
4 **docentes**. Em 2020, a consagração no contrato de legislatura de um  
5 acréscimo de 2% nas transferências do OE para o desenvolvimento das  
6 carreiras e a apresentação, no dia 13 de maio de 2020, de um documento  
7 intitulado “Um pacto para o reforço de instituições e carreiras científicas”  
8 pareciam ir ao encontro das reivindicações que a FENPROF há muito vinha  
9 fazendo. Infelizmente, no primeiro caso, a inexistência de um mecanismo  
10 de monitorização que permita acompanhar o cumprimento desta medida  
11 por parte das instituições de ensino superior (IES) compromete a sua  
12 aplicação. A FENPROF defende a necessidade de assegurar que a  
13 totalidade destas verbas sejam usadas para abertura de lugares de  
14 carreira nas categorias de base, promoções internas e progressões na  
15 categoria. No segundo caso, o parecer emitido pela FENPROF não  
16 mereceu qualquer reação por parte do MCTES, demonstração cabal de  
17 uma significativa indisponibilidade para o diálogo e, pior, de falta de  
18 vontade política para enfrentar com determinação este desafio.

19 A este respeito importa também sublinhar o papel desempenhado pela  
20 FENPROF no aperfeiçoamento da proposta apresentada pelo MCTES, no  
21 final de 2021, relativa à abertura, por um período de 18 meses, de  
22 **concursos internos de promoção a categorias intermédias e de topo das**  
23 **carreiras docentes do ensino superior e da carreira de investigação**  
24 **científica**. Sendo certo que esta medida não dá resposta à necessidade de  
25 revisão dos estatutos das carreiras, constitui uma forma de ultrapassar os  
26 enormes bloqueios experienciados por muitos docentes ao longo de  
27 vários anos, ao mesmo tempo que procura dar resposta às exigências  
28 decorrentes do regime jurídico de graus e diplomas que faz depender a  
29 acreditação de ciclos de estudos por parte da Agência de Avaliação e  
30 Acreditação do Ensino Superior (A3ES) do cumprimento dos rácios da  
31 composição dos corpos docentes previstos nos estatutos das carreiras  
32 docentes.

33 Face à proposta feita pelo MCTES, **a FENPROF conseguiu que a**  
34 **progressão de categoria seja feita por mérito absoluto e não relativo** –  
35 deixando de ser necessária a existência de pelo menos dois candidatos  
36 para cada lugar aberto – e que os critérios de mérito absoluto em cada  
37 área disciplinar, de natureza qualitativa e quantitativa, sejam definidos  
38 pelos conselhos científicos ou técnico-científicos de cada instituição,  
39 suportados por pareceres externos, assegurando assim a exigência  
40 científico-pedagógica que caracteriza a profissão docente no ensino  
41 superior.

42 Continua também por fazer a avaliação do RJES que deveria ter ocorrido  
43 em 2012, cinco anos depois da sua entrada em vigor. A FENPROF tem  
44 chamado a atenção para o facto de **este regime ter possibilitado a**  
45 **implementação de formas de gestão autoritárias e pouco transparentes,**  
46 **comprometendo a participação, a colegialidade e a qualidade da vida**  
47 **democrática nas IES**. O aumento da distância existente entre os órgãos de  
48 gestão e a comunidade académica, bem como a falta de representação de

1 investigadores, trabalhadores técnico-administrativos e estudantes, gera  
2 sentimentos generalizados de desafeição e desinteresse que empobrecem  
3 e corroem os ambientes académicos e degradam a qualidade das relações  
4 humanas nos locais de trabalho (a existência generalizada de  
5 regulamentos de avaliação dos docentes que sobrevalorizam os cargos de  
6 gestão reforça esta perceção). Com maior facilidade se enraíza e difunde a  
7 ideologia da competitividade académica a todo o custo e a falácia  
8 meritocrata, limitando a possibilidade de desenvolvimento de dinâmicas  
9 de cooperação e partilha, geradoras de ambientes laborais mais  
10 respeitadores da qualidade de vida e do bem-estar dos trabalhadores.

11 Continua também em vigor o **regime fundacional** que, para além de  
12 agravar os aspetos negativos do RJIES acima identificados, aproxima as IES  
13 das mais insidiosas lógicas de funcionamento do mercado e cria condições  
14 para a arbitrariedade contratual. Com efeito, as fundações públicas com  
15 regime de direito privado podem contratar docentes recorrendo a  
16 contratos individuais de trabalho, levando, no limite, ao esvaziamento dos  
17 estatutos das carreiras docentes do sistema público.

18 Para além de ter promovido o debate e a reflexão em torno destas  
19 importantes matérias junto da comunidade académica, no final de 2021, a  
20 FENPROF lançou uma **petição "Pela urgente avaliação e revisão do**  
21 **Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)"**. Apelava-se  
22 também à AR que promovesse o envolvimento das IES, dos membros da  
23 comunidade académica (docentes, investigadores, pessoal técnico e  
24 administrativo e estudantes) e das associações e sindicatos que os  
25 representam, num processo que se pretende tão amplo e participado  
26 quanto possível.

27 Um outro aspeto que tem merecido a atenção da FENPROF prende-se  
28 com as dificuldades enfrentadas pelas famílias portuguesas no que toca  
29 ao acesso e frequência do ensino superior. Também aqui o  
30 desinvestimento é preocupante. **Em Portugal, as famílias gastam mais do**  
31 **dobro da média europeia para aceder ao ensino superior** (28% vs. 13%),  
32 tratando-se do quarto país onde as famílias mais gastam. Não surpreende,  
33 pois, que Portugal seja o terceiro país da Europa com menos investimento  
34 público neste domínio (66% vs. 75% de média europeia).

35 Apesar da tendência para a elevação progressiva dos níveis médios de  
36 qualificações dos portugueses ser um indicador de progresso e  
37 desenvolvimento, exige-se um **reforço mais expressivo da ação social**  
38 **escolar, das bolsas de estudo e o acelerar do processo conducente ao**  
39 **desaparecimento das propinas de graduação e pós-graduação, levando à**  
40 **gratuidade** da frequência do ensino superior, como aponta a CRP.  
41 Recorde-se que as propinas, quando foram introduzidas pelo governo de  
42 Cavaco Silva, tinham como objetivo e foram assim apresentadas, dotar as  
43 IES de mais recursos para investir no seu desenvolvimento, para além dos  
44 resultantes das transferências do OE. Décadas volvidas, o OE apenas cobre  
45 cerca de 80% das despesas com salários das IES, tendo o remanescente de  
46 ser obtido recorrendo às verbas provenientes das propinas e mecanismos  
47 de financiamento competitivo.

1 É neste contexto que a FENPROF elenca as suas **principais propostas** no  
2 âmbito do ensino superior público:

3 - **Rever os estatutos das carreiras** do ensino superior para: i) separar  
4 claramente a promoção interna do recrutamento por concurso público  
5 de âmbito internacional; ii) restringir fortemente a possibilidade de  
6 prestação de serviço docente por parte de bolseiros e contratados a  
7 0% ou equivalente; iii) condicionar e penalizar o recurso sistemático e  
8 reiterado a sobrecargas letivas; iv) tornar as sabáticas mais efetivas e  
9 menos discriminatórias, exigindo o necessário reforço orçamental; v)  
10 aumentar o grau de exigência e a transparência que têm de estar  
11 associados à contratação de professores convidados de modo a  
12 combater o flagelo dos falsos convidados;

13 - Definir um **novo modelo de avaliação do desempenho docente e**  
14 **respetivos efeitos salariais na progressão na carreira**, estabelecendo  
15 critérios mínimos de aplicação transversal a todas as IES,  
16 designadamente ao nível das regras para progressão obrigatória e  
17 progressão por opção gestionária (que deve dispensar o despacho  
18 conjunto do MCTES e das Finanças), de modo a não discriminar os  
19 docentes do ensino superior face à generalidade dos trabalhadores da  
20 administração pública;

21 - **Integrar na carreira docente os professores convidados que**  
22 **desempenhem funções de carácter permanente**, excetuando-se as  
23 colaborações de especialistas e outros profissionais em regime de  
24 acumulação devidamente justificado;

25 - **Avaliar e rever o RJIES** de modo a que: i) o funcionamento dos órgãos  
26 de gestão e administração das IES seja mais democrático, participado e  
27 colegial; ii) se elimine a figura da fundação pública com regime de  
28 direito privado, aprovando um regime específico para as IES públicas  
29 que lhes proporcione o enquadramento administrativo e financeiro  
30 indispensável ao seu funcionamento, de forma ágil e menos  
31 burocratizada, no âmbito do regime público; iii) se formalize a  
32 passagem do sistema de ensino superior público da sua atual  
33 configuração binária para uma outra de natureza unitária e  
34 diversificada.

35 No domínio da ciência, os problemas laborais, de enorme gravidade,  
36 arrastam-se no tempo e a incapacidade do governo e do MCTES para  
37 construírem soluções adequadas para a sua resolução continua a ser a  
38 nota dominante. De 2019 em diante, na segunda legislatura com Manuel  
39 Heitor, **o distanciamento relativo aos desafios enfrentados pelos**  
40 **investigadores no seu dia-a-dia aumentou**. Recuos como, por exemplo,  
41 no caso da obrigatoriedade de contratação de investigadores no âmbito  
42 dos projetos de investigação, ou no da introdução de uma percentagem  
43 mínima de investigadores de carreira nos Laboratórios Associados,  
44 também não ajudaram a restaurar a credibilidade perdida pelo MCTES  
45 junto da comunidade científica.

1 Como já foi anteriormente sublinhado, o MCTES tem colocado como  
2 objetivo o investimento de 3% em 2030. Contudo, **os níveis atuais de**  
3 **investimento situam-se, apenas, nos 1,6% do PIB.** A ciência portuguesa  
4 ainda não recuperou dos anos de chumbo da *troika* – onde imperava a  
5 ideologia da poda, de má memória, em que não bastava ser-se excelente,  
6 mas era preciso atingir uma, aparentemente, mirífica e inalcançável  
7 excelência – e o já distante 2009 permanece como o ano com maior  
8 despesa em Investigação e Desenvolvimento. A este ritmo, dificilmente  
9 será alcançado o valor de referência estipulado para 2030.

10 **No campo da investigação científica, a precariedade laboral é a regra e**  
11 **os seus efeitos são conhecidos.** A incerteza sobre o futuro, o adiamento  
12 de projetos de vida e a dificuldade crescente na conciliação da vida  
13 profissional com a vida familiar, entre outros, caracterizam as trajetórias  
14 socioprofissionais da maior parte do tecido científico nacional. A  
15 perspetiva hegemónica, eivada do mais primário empreendedorismo  
16 neoliberal, partilhada pelo MCTES e pelo Conselho de Reitores das  
17 Universidades Portuguesas (CRUP), associa a precariedade a uma situação  
18 laboral vantajosa porque a correlaciona com maiores flexibilidade e  
19 liberdade experienciadas pelos investigadores. Bem pelo contrário. O  
20 estudo feito pela FENPROF, já citado, mostra que a precariedade é sentida  
21 como de um torniquete se tratasse, sendo o aumento da pressão para  
22 níveis in comportáveis apenas tolerado porque existe uma grande “paixão  
23 pela ciência”.

24 Em Portugal, a precarização da ciência foi acompanhada de um  
25 crescimento muito significativo do sistema científico e tecnológico.  
26 Existem hoje mais investigadores em tempo integral, mais doutorados e a  
27 produção científica atinge níveis cada vez mais elevados, permitindo às  
28 IES ascender nos *rankings* que tanto prezam. No entanto, a despesa por  
29 investigador continua abaixo da média europeia e tem-se mantido assim  
30 ao longo das últimas três décadas. **Temos, portanto, investigação de**  
31 **“excelência”... a baixo custo.** Nada de novo. Em Portugal, o trabalho  
32 barato sempre foi visto como fator de competitividade.

33 Enquanto não se **apostar na valorização da carreira de investigação**  
34 **científica**, o que implica o reforço da contratação no âmbito da carreira e  
35 não a continuação da aposta em formas de contratação atípicas como,  
36 por exemplo, contratos a termo, bolsas de investigação, recibos verdes ou  
37 atos isolados, o trabalho científico nunca terá o justo reconhecimento que  
38 merece como, aliás, ficou sublinhado quando a comunidade científica  
39 portuguesa se mobilizou em torno do combate à pandemia.

40 A FENPROF defende a **necessidade de revisão do estatuto da carreira de**  
41 **investigação científica**, considerando indispensável a definição de um  
42 regime transitório dos investigadores com vínculos precários que permita  
43 a sua integração em lugares de carreira. Aparentando abertura para  
44 iniciar negociações em torno desta matéria, como já foi mencionado, o  
45 MCTES acabou por não dar continuidade ao diálogo iniciado em torno do  
46 “pacto” que apresentou em 2021.

1 As soluções políticas construídas pelo governo não resolvem o problema  
2 da precariedade laboral na ciência. Adiam-no. **O PREVPAP é disso**  
3 **exemplo.** Um programa que poderia ter constituído uma resposta  
4 adequada revelou-se um logro e foi esvaziado de qualquer potencial  
5 transformador, continuando, cinco anos depois do seu início, por  
6 terminar. Este arrastamento do PREVPAP, revelador da falta de  
7 capacidade política do MCTES, dos bloqueios impostos pelas Finanças e da  
8 postura desinteressadamente cúmplice das IES, levou a que no início de  
9 2022 existissem ainda cerca de três dezenas de requerentes que  
10 aguardavam a homologação das Finanças para celebrar os seus contratos  
11 de trabalho. Desde 2020, a FENPROF não deixou, nunca, de denunciar  
12 esta situação inaceitável e de assumir a dianteira na mobilização da  
13 comunidade académica e das suas organizações representativas para  
14 reivindicar junto do governo e, em particular, das Finanças a correção de  
15 uma situação que não pode deixar de ser vista como uma flagrante  
16 injustiça.

17 Por outro lado, soluções como os **concursos de estímulo ao emprego**  
18 **científico (CEEC) e o recurso à contratação no âmbito do Decreto-Lei n.º**  
19 **57/2016, de 29 de agosto**, assumindo particular relevo as consequências  
20 da aplicação da norma transitória prevista neste instrumento jurídico,  
21 também não constituem uma resposta adequada. No que toca aos CEEC,  
22 as baixíssimas taxas de aprovação, apesar das tentativas de manipulação  
23 dos resultados levadas a cabo pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
24 (FCT) – sublinhe-se também a atitude de enorme intransigência e  
25 insensibilidade social quando foi preciso prorrogar prazos durante a  
26 pandemia –, e a inexistência de um mecanismo de transição dos  
27 contratados para a carreira de investigação científica constituem dois dos  
28 aspetos mais problemáticos.

29 O Decreto-Lei n.º 57/2016, constituindo um avanço relativamente à  
30 situação anterior de recurso abusivo e sistemático a bolsas de  
31 investigação científica, conferindo direitos sociais aos investigadores, está  
32 muito longe de traduzir, como foi sugerindo o ministro, o fim da  
33 precariedade laboral. Resultou, até, na criação de **uma espécie de carreira**  
34 **paralela de investigadores – investigador júnior** – com remunerações  
35 mais baixas que a categoria de base do Estatuto da Carreira de  
36 Investigação Científica (ECIC). A FENPROF considera também fundamental  
37 assegurar a abertura dos concursos obrigatórios previstos na norma  
38 transitória do decreto citado

39 No caso das pessoas contratadas ao abrigo do direito privado, exige-se  
40 que aos contratos a termo incerto com duração máxima de seis anos se  
41 siga um contrato de trabalho para a carreira; no que toca às pessoas  
42 contratadas a termo certo ao abrigo da Lei Geral do Trabalho em Funções  
43 Públicas, a renovação para o sexto ano conduz, obrigatoriamente, à  
44 abertura de uma posição de carreira. Contudo, tal como a FENPROF tinha  
45 advertido, tendo em conta a reação generalizada de aversão a esta  
46 solução, **as IES que têm pessoas contratadas no regime de direito**  
47 **público, têm incorrido num conjunto diversificado de irregularidades**  
48 que passam, por exemplo, pela criação de regulamentos excessivamente  
49 focados nos indicadores bibliométricos, numa clara violação do espírito

1 inicial do Decreto-Lei n.º 57/2016, pelo recurso a regulamentos de  
2 avaliação de desempenho entrados em vigor já após a abertura dos  
3 períodos de avaliação, colocando os avaliados em situação de  
4 desconhecimento ou conhecimento tardio dos termos da sua avaliação,  
5 ou pela criação de regulamentos com um nível de exigência superior  
6 àqueles que habitualmente são utilizados, violando o princípio da  
7 igualdade.

8 Contrariamente ao que tem vindo a ser exigido pela FENPROF, nenhum  
9 passo foi dado pelo MCTES no sentido de avaliar as **instituições privadas**  
10 **sem fins lucrativos (IPSFL)**, regulamentar de forma muito restritiva a  
11 externalização de funções subjacente e desenvolver mecanismos de  
12 monitorização e fiscalização apertados do seu funcionamento, por parte  
13 das autoridades. No limite, algumas delas – operando enquanto  
14 verdadeiros *offshores* ou incubadoras de precariedade laboral promovidos  
15 pelas IES – deveriam ser convertidas ao regime público, com a respetiva  
16 integração dos trabalhadores, no âmbito de um regime específico de  
17 enquadramento administrativo e financeiro.

18 A FENPROF considera inaceitável a existência de IPSFL que, no quadro de  
19 relações de grande promiscuidade com as IES públicas, no seio das quais  
20 funcionam, **promovem a contratação precária de investigadores e**  
21 **impedem a sua plena integração na comunidade académica com direitos**  
22 **de participação** idênticos aos colegas vinculados às IES públicas. É  
23 absolutamente escandalosa a exclusão dos investigadores vinculados às  
24 IPSFL dos processos de participação eleitoral para os vários órgãos de  
25 gestão democrática existentes nas IES.

26 Neste domínio, são de destacar as seguintes **propostas**:

27 - **Alteração do modelo de financiamento da Ciência**, reforçando-o,  
28 tornando-o mais previsível e menos dependente de fontes de  
29 financiamento competitivas, contrariando a atual “cultura de projeto”,  
30 de modo a permitir a definição de uma estratégia científica, de médio  
31 e longo prazo, apoiada em financiamento proveniente do OE;

32 - **Integração na carreira dos investigadores contratados e dos**  
33 **bolsseiros** que exercem funções de forma continuada no sistema  
34 científico e tecnológico nacional (SCTN), contribuindo assim para a  
35 valorização da carreira de investigação científica;

36 - **Reforço do combate à precariedade na investigação científica**  
37 através de medidas que permitam, por exemplo: i) que todos os CEEC  
38 para a categoria de investigador auxiliar ou superior possam dar acesso  
39 a uma posição para a carreira de investigação científica e a um  
40 contrato permanente de trabalho; ii) que os investigadores  
41 contratados a termo incerto no âmbito do regime privado passem a  
42 estar com contrato sem termo; iii) estabelecer e implementar um rácio  
43 mínimo de investigadores de carreira nas IES para que estas possam  
44 ter acesso a financiamento competitivo; iv) aprovar um diploma  
45 regulador da contratação e integração efetiva, nas IES em que  
46 desenvolvem a sua atividade, dos investigadores integrados no

1 programa Investigador FCT; v) revogar o Estatuto do Bolseiro de  
2 Investigação, substituindo as bolsas de investigação por contratos de  
3 trabalho; vi) reforçar o número de investigadores de carreira que  
4 desenvolvem atividades científicas no âmbito dos Laboratórios do  
5 Estado, fortalecendo o papel que estes desempenham no sistema  
6 científico e tecnológico nacional (SCTN);

7 - **Reforma do modelo de funcionamento da FCT**, tendo em conta o  
8 papel central que ocupa no SCTN, de modo a torná-lo mais previsível e  
9 menos errático, criando melhores condições para um adequado  
10 planeamento científico a médio e a longo prazo, para o  
11 desenvolvimento das unidades de investigação e para a diminuição da  
12 incerteza associada às condições de trabalho dos investigadores.

#### 13 **2.4.10. Situação nas regiões autónomas**

14 Na **Região Autónoma da Madeira (RAM)**, o governo regional tem  
15 ofuscado alguns dos problemas estruturais que os professores e os  
16 educadores enfrentam com a regulamentação do processo da  
17 recuperação do tempo de serviço congelado, ainda em curso, e com a  
18 definição a cem por cento do número de vagas anuais para acesso aos 5.º  
19 e 7.º escalões, fazendo-o corresponder com o do número de docentes que  
20 delas necessitam.

21 É certo que essas foram enormes conquistas dos docentes, mas não  
22 podem condicionar, permanentemente, a análise objetiva da realidade  
23 profissional na região. Na verdade, tal como no restante território  
24 nacional, continua a haver muitos outros problemas que carecem de  
25 soluções. No entanto, a estratégia governamental tem sido, por um lado,  
26 **passar a ideia de que, graças à sua aparente simpatia pela classe**  
27 **docente, tudo se resolveu com a regulamentação da recuperação do**  
28 **tempo de serviço congelado** e, por outro, uma portaria anual que permite  
29 que todos os que estavam bloqueados progridam. O governo regional faz  
30 da publicação dessa portaria uma operação de charme, omitindo que  
31 houve reais perdas de tempo de serviço para quem não obteve vaga no  
32 momento em que completou os requisitos necessários para a progressão,  
33 nomeadamente a permanência no escalão em causa durante quatro anos.

34 Quando os docentes não se deixam convencer com a putativa predileção  
35 que dizem ter por eles, a justificação dos governantes para a resistência às  
36 justas reivindicações são os encargos avultados para o orçamento regional  
37 resultantes dessas “benesses”. Desta forma, **o governo da região tem**  
38 **procurado esvaziar a luta e desmobilizar os professores.**

39 No entanto, na certeza de que **as reivindicações identificadas e**  
40 **enumeradas ao longo dos últimos anos não só são justas, como são**  
41 **fundamentais para a melhoria do exercício profissional dos docentes,**  
42 continuarão a ser exigências do Sindicato dos Professores da Madeira  
43 (SPM), a nível regional. Para além dessas reivindicações gerais, é  
44 necessário dar resposta às justas reivindicações dos docentes do 1.º ciclo  
45 e da educação pré-escolar que aguardam, há muito tempo, a resolução de

1 alguns desequilíbrios estruturais que incomodam e perturbam o seu  
2 exercício profissional.

3 Por sua vez, na **Região Autónoma dos Açores** (RAA) há propostas da  
4 FENPROF que aí têm acolhimento, pelo menos relativo. Se dúvidas  
5 houvesse sobre a respetiva exequibilidade, o sistema educativo dos  
6 Açores demonstra que é possível manter uma carreira docente mais justa  
7 e equilibrada. Os docentes nos Açores têm uma carreira sem vagas nos  
8 escalões, nem quotas na avaliação do desempenho.

9 Tal como no restante território nacional, o Sindicato dos Professores da  
10 Região Açores (SPRA) defendeu, persistentemente, a recuperação do  
11 tempo de serviço congelado entre 2005 e 2007. Foi conseguida, na  
12 totalidade em duas *tranches*, julho de 2008 e setembro de 2009. Por sua  
13 vez, a recuperação do tempo de serviço congelado entre 2011 e 2017,  
14 após uma luta prolongada, na qual o SPRA voltou a ter um papel  
15 determinante, está a decorrer desde 1 de setembro de 2019 e terminará  
16 em 1 de setembro de 2024, à razão de 426 dias por ano. **Todo o tempo de**  
17 **serviço será recuperado.**

18 Na região, **a avaliação do desempenho centra-se num relatório crítico**  
19 em que os créditos da formação estão desanexados da progressão. A  
20 avaliação é inter pares, com avaliadores eleitos e não nomeados.

21 **No âmbito da gestão dos estabelecimentos de ensino mantêm-se**  
22 **algumas dinâmicas democráticas.** O enquadramento legal tem por base o  
23 Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio. Representando este normativo  
24 um significativo recuo da democracia nas escolas, a verdade é que na RAA  
25 continua, de acordo com o que ele ainda previa, a serem garantidas a  
26 eleição e colegialidade dos órgãos de gestão e gestão intermédia dos  
27 estabelecimentos de ensino público.

28 Em 2021, como forma de combate à precariedade, ficou consagrado, com  
29 o acordo do SPRA, a **abertura de vagas em quadro de ilha e por grupo de**  
30 **recrutamento, na sequência de três anos de recurso a contratação a**  
31 **termo sucessiva.** Ainda no âmbito dos concursos, o sistema educativo  
32 regional público realiza, anualmente, concursos interno e externo do  
33 pessoal docente.

34 O SPRA reivindica, e o governo regional já assumiu esse compromisso, a  
35 abertura de **processos negociais que decorrerão, durante o ano de 2022,**  
36 **em torno do ECD na RAA e da gestão e administração** dos  
37 estabelecimentos de ensino público.

#### 38 **2.4.11. Ensino português no estrangeiro**

39 No sistema especial de educação que norteia o ensino português no  
40 estrangeiro (EPE) **existem diversos constrangimentos.** Contra eles tem  
41 sido desenvolvida luta, procurando, sempre que possível, o envolvimento  
42 dos docentes diretamente implicados, bem como uma intervenção  
43 institucional e de denúncia persistente. No entanto, os resultados  
44 desejáveis para o sistema e para a condição dos seus docentes têm

1    chocado com as atitudes obstinadas e economicistas do Instituto Camões,  
2    tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Secretaria  
3    de Estado das Comunidades, bem como pelo Ministério da Educação.

4    Embora a imagem oficial seja a de que há uma atenção especial a este  
5    sistema de ensino, voltado para as comunidades portuguesas na diáspora,  
6    verifica-se a **falta de atitude real que leve à satisfação das necessidades**  
7    **sentidas pelos docentes**, sem resposta ao longo dos anos. É patente a  
8    falta de articulação entre e com as coordenações de ensino do EPE, que  
9    mais não fazem que executar e pôr em prática as orientações, quantas  
10   vezes inadequadas ou mesmo erradas, emanadas dos gabinetes em  
11   Lisboa, que, manifestamente, desconhecem ou ignoram as realidades  
12   vivenciadas no terreno.

13   As medidas reivindicadas há muito pelo Sindicato dos Professores no  
14   Estrangeiro (SPE), enquadradas e apoiadas pela FENPROF, medidas  
15   fundamentais e justas, passam pelas seguintes **linhas orientadoras**:

16       - Salvaguarda, no processo de agrupamento de alunos, das  
17       **características das turmas a lecionar**, tendo em consideração a  
18       heterogeneidade dos níveis de proficiência linguística;

19       - Implementação de **coadjuvação**, *team-teaching*, para os grupos com  
20       quatro ou mais níveis e subníveis de proficiência, de molde a facilitar o  
21       ensino e o desenvolvimento das competências linguísticas e os  
22       diferentes ritmos de aprendizagem;

23       - Dotação dos diferentes subsistemas de ensino – pré-escolar,  
24       complementar, paralelo e integrado – de **meios que permitam**  
25       **ultrapassar os constrangimentos** com os quais os docentes no EPE se  
26       deparam na sua prática letiva;

27       - Negociação urgente da **revisão do Estatuto Jurídico do EPE**,  
28       permitindo que os docentes possam ver consignadas, em diploma  
29       legal, as suas justas reivindicações, com vista à salvaguarda dos seus  
30       postos de trabalho e à consagração de estabilidade de trabalho, um  
31       preceito constitucional e legal que tem de ser respeitado também no  
32       EPE;

33       - **Recuperação integral do tempo de serviço ainda congelado**, grande  
34       reivindicação da FENPROF e dos docentes em geral;

35       - **Atualização das tabelas salariais** dos docentes do EPE que já não são  
36       revistas desde 2009 e que nunca acompanharam o custo de vida nos  
37       países onde funciona a rede do EPE.

38   Não obstante as dificuldades descritas, designadamente as que decorrem  
39   da atitude das tutelas, **o SPE, integrado na FENPROF, não abandonará as**  
40   **reivindicações elencadas**, reafirmando que são essenciais e justas. Neste  
41   sentido, não assumirá compromissos políticos de circunstância que  
42   desconsiderem a justeza das posições defendidas, exigindo do governo  
43   saído das eleições de 30 de janeiro que lhes dê a atenção devida, de

1 forma a solucionar problemas que são por demais evidentes, vividos pelos  
2 professores a trabalhar no EPE.

### 3 **2.4.12. Aposentados**

4 Porque, mesmo aposentados – entenda-se, também, reformados,  
5 jubilados, etc. –, os professores não deixam de ser professores, **há nos**  
6 **sindicatos da FENPROF um número significativo de docentes nessa**  
7 **condição que se mantêm como sindicalizados.** Continuam cidadãos ativos  
8 nas diversas lutas e intervenções por uma sociedade mais justa para todos  
9 e que lhes garanta o direito a um envelhecimento com direitos.

10 A FENPROF constata que, lentamente, foi-se modificando a visão social  
11 sobre o envelhecimento e a vida durante a aposentação, sendo hoje  
12 aceites como uma fase importante da existência, o que torna ainda mais  
13 pertinente e necessário exigir condições que façam desse um tempo de  
14 fruição e de prazer. **Os dados disponíveis sobre o envelhecimento ativo e**  
15 **saudável não são satisfatórios no nosso país:** embora, em termos de anos  
16 de vida estejamos na média europeia, sublinham que Portugal é dos  
17 países onde o envelhecimento se dá com menor qualidade de vida, o que  
18 pode explicar-se pela também menor qualidade de vida ao longo dos  
19 anos.

20 À FENPROF – e ao movimento sindical na sua globalidade – cumpre, pois,  
21 **definir linhas orientadoras e exigir um conjunto de medidas que**  
22 **permitam um envelhecimento com saúde e com direitos.** O direito a uma  
23 vida social ativa, nomeadamente com a participação nos organismos  
24 representativos dos cidadãos aposentados, cujo reconhecimento  
25 institucional por parte do poder político integra essa linha de trabalho.

## 26 **3. Organização sindical**

27 Mais de vinte anos de vida no novo milénio, um crescimento económico  
28 praticamente nulo e percentagens do PIB em queda quase contínua,  
29 levaram a **duas décadas de estagnação económica e de desvalorização**  
30 **da Educação, da Escola e da Ciência.**

31 Uma alteração da composição do corpo docente sem paralelo na história,  
32 com a **saída de dezenas de milhares de docentes e a entrada de quase**  
33 **outros tantos,** terá forte impacto na organização sindical. É preciso olhar  
34 para a sua composição e perspetivar, partindo da situação atual da  
35 estrutura, o que vai ser necessário para dar resposta aos problemas e  
36 desafios do futuro. Há, obviamente, uma transição a preparar.

### 37 **3.1. A FENPROF e a sua herança histórica**

38 **A FENPROF é a organização sindical mais representativa dos professores,**  
39 **em Portugal.** É constituída por um conjunto de sindicatos, legítimos  
40 herdeiros das reivindicações dos movimentos criados pelos professores  
41 provisórios, a quem não faltou coragem para, em plena ditadura,  
42 convidarem colegas de todo o país para uma reunião, no início de 1970, e,  
43 formalmente, criarem o que na altura se designou Grupos de Estudos dos  
44 Professores Eventuais e Provisórios (GEPEP).

1 **O congresso constituinte da FENPROF realizou-se em Lisboa, de 27 a 30**  
2 **de abril de 1983.** Foi um momento alto de afirmação de unidade e da  
3 combatividade dos docentes portugueses, desde logo com a convergência  
4 dos seis principais sindicatos regionais (SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPM e  
5 SPRA), a que mais tarde viria a juntar-se o SPE.

6 **A FENPROF é, portanto, a estrutura que interpreta e valoriza a matriz**  
7 **que já começou a desenhar-se, sujeita a grandes condicionamentos, no**  
8 **tempo da ditadura,** dando-lhe, desde a sua constituição, outra dimensão,  
9 ao criar e consolidar uma organização que é a mais representativa dos  
10 professores em Portugal. Essa matriz sindical tem raízes fundas na história  
11 do movimento sindical docente em Portugal, mas também no movimento  
12 operário; foi forjada em século e meio de sindicalismo de classe, desde  
13 que, nos anos setenta do século XIX, com a criação da Associação dos  
14 Trabalhadores da Região Portuguesa, o sindicalismo de cariz mutualista  
15 começou a dar lugar ao sindicalismo de classe, evoluindo das associações  
16 de assistência ao trabalhador desvalido para organizações sindicais  
17 reivindicativas.

18 **Foi já com esse espírito reivindicativo que, em 1911, foi criado o**  
19 **Sindicato dos Professores de Portugal** e, em 1918, a Liga Nacional do  
20 Professor Primário Português, dando origem, mais tarde, à União do  
21 Professorado Primário Oficial Português que seria extinta em 1927, com  
22 perseguições e ameaças de prisão, durante a Ditadura Militar, antecâmara  
23 do fascismo em que Portugal mergulhou durante décadas.

24 Com a constituição fascista de 1933 e a sua “república unitária e  
25 corporativa”, as organizações sindicais, conforme referia o artigo 15.º,  
26 ficaram submetidas a outro paradigma: “visarão principalmente  
27 objectivos científicos, literários, artísticos ou educação física; de  
28 assistência, beneficência ou caridade; de aperfeiçoamento técnico ou  
29 solidariedade de interesses”. **“A bem da nação”, tentava-se expurgar do**  
30 **sindicalismo o carácter reivindicativo das organizações de trabalhadores.**

31 **É assim o curso da história, há momentos em que se avança, outros em**  
32 **que se retrocede.** O sindicalismo evoluiu do cariz mutualista para  
33 sindicalismo de classe e das liberdades civis, registou avanços  
34 progressistas e cresceu também com o sindicalismo docente na 1ª  
35 República. Depois, com o golpe militar de 28 de maio de 1926 e a Ditadura  
36 Militar que se seguiu, os sindicatos de classe passaram a ser perseguidos e  
37 foram extintos. Com a instauração do regime fascista, o designado Estado  
38 Novo, são encerrados os sindicatos livres que restam e criados os  
39 corporativos que têm por fim zelar pela ordem e pela moral salazaristas.  
40 Assumiam-se, no fundo, como um braço do Estado, ou seja, da tal  
41 “república unitária e corporativa”.

42 Foram **longas décadas de clandestinidade e de resistência, mas também**  
43 **de revoltas e lutas, incluindo greves de camponeses, trabalhadores em**  
44 **geral, estudantes e populações,** por todo o país. Assim foi, porque nunca  
45 desapareceram – nem desaparecem – as aspirações e a vontade de lutar  
46 por uma vida melhor e mais justa. Mesmo extintos os sindicatos de classe,  
47 o seu espírito perdurou. Como escreveu o poeta, “Mesmo na noite mais

1 triste/ em tempo de servidão / há sempre alguém que resiste/ há sempre  
2 alguém que diz não.”<sup>18</sup>

3 Foi ainda antes do 25 de Abril de 1974, no final da década de sessenta,  
4 que **algumas direções sindicais começaram a fugir ao “visto prévio” do**  
5 **Estado**, conseguindo eleger para elas trabalhadores com objetivos  
6 reivindicativos e não de ordem corporativa.

7 No decurso deste processo, com a convocatória da reunião intersindical, a  
8 **1 de outubro de 1970, é criada a Intersindical Nacional, mais tarde**  
9 **Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, hoje CGTP-IN.**

10 Também nesse ano, surgem os **Grupos de Estudo dos Professores do**  
11 **Ensino Secundário**, que aliaram a luta pelo direito à dignidade da  
12 profissão docente com a defesa de uma escola pública, verdadeiramente  
13 democrática, e a aspiração de criar um sindicato de professores.

14 Nos anos seguintes, tanto a CGTP-IN como os Grupos de Estudo são  
15 proibidos de desenvolver atividade. Só depois do 25 de Abril e do primeiro  
16 1º de Maio após a Revolução é que a CGTP-IN e os sindicatos de  
17 professores, criados logo em 1974, assumem em pleno e em liberdade a  
18 sua **matriz sindical de classe, reivindicativa e de massas, e o seu desígnio**  
19 **de lutar pelos direitos dos trabalhadores e pela transformação social, em**  
20 **busca de uma sociedade mais justa e solidária.**

21 Desde o dia 25 de Abril de 1974, “O dia inicial inteiro e limpo / Onde  
22 emergimos da noite e do silêncio”<sup>19</sup>, a FENPROF, nascida em 1983, e os  
23 seus sindicatos têm desenvolvido **uma viva e diversificada luta pela**  
24 **efetivação dos direitos, pela melhoria das condições de trabalho dos**  
25 **docentes e pela qualidade e democraticidade da Escola Pública.** Uma  
26 intensa ação sindical desenvolvida em estreita ligação com os professores,  
27 a partir dos seus locais de trabalho, as escolas, em convergência com os  
28 outros trabalhadores e, na sua central sindical, a CGTP-IN, em busca de  
29 um Portugal mais justo e mais solidário.

30 Um **projeto sindical** que se sintetiza, nos termos dos estatutos, quer da  
31 FENPROF, quer da CGTP-IN:

32 - “A Federação orienta a sua ação pelos **princípios da liberdade, da**  
33 **democracia, da independência, da unidade e da participação ativa**  
34 **dos professores e por uma conceção ampla do sindicalismo docente”**  
35 (Estatutos da FENPROF);

36 - “[...] **organização sindical de classe, unitária, democrática,**  
37 **independente e de massas**, tem as suas raízes e assenta os seus  
38 princípios nas gloriosas tradições de organização e de luta da classe  
39 operária e dos trabalhadores portugueses” (Estatutos da CGTP).

40 O modelo sindical perfilhado pela FENPROF e pelos seus sindicatos – de  
41 classe, reivindicativo e de massas – só é possível com uma **forte ligação**  
42 **aos professores, por via de um trabalho sindical constante nas escolas e**  
43 **outros locais de trabalho.** A presença, a ida regular às escolas e o

<sup>18</sup> Da “Trova do vento que passa”, Manuel Alegre, *in Praça da Canção*

<sup>19</sup> Do poema “25 de Abril”, Sophia de Mello Breyner Andresen, *in O Nome das Coisas*

1 contacto permanente com os professores, associados a uma rede  
2 alargada de dirigentes e delegados sindicais nas escolas, são garantias de  
3 uma ligação estreita à base, aos trabalhadores representados, aos  
4 docentes e investigadores; nuclear para o sindicalismo que caracteriza a  
5 FENPROF e os seus sindicatos.

6 A FENPROF releva, como principais características da sua ação, a  
7 **capacidade de apresentação de propostas construídas a partir dos**  
8 **anseios dos docentes, ou dos investigadores, a intervenção junto deles,**  
9 **e a sua mobilização para a ação e para a luta reivindicativas.** São os  
10 traços assentes numa reflexão coletiva sobre as questões políticas, com  
11 enfoque nas educativas, contribuindo para o diálogo construtivo e para a  
12 negociação, em relação aos quais assume disponibilidade efetiva e  
13 permanente.

14 Este é um balanço de quase quatro décadas de história de um **projeto**  
15 **sindical ancorado na defesa intransigente da democratização da escola,**  
16 **do incremento da qualidade da educação e do ensino e da valorização**  
17 **socioprofissional dos professores.** São as convicções firmes de uma  
18 Federação que, assim, se confirmou como a mais importante e  
19 representativa de docentes em Portugal. São razões para aquilatar da  
20 justiça das convicções. Obrigatório, também, é que seja dada grande  
21 atenção à própria organização, com o objetivo de melhorar, sempre, em  
22 cada momento, o potencial de intervenção, o que requer um esforço  
23 permanente de análise interna, conjugado com uma grande dinâmica na  
24 ação a desenvolver.

25 Estes são **tempos de rápida e permanente transformação.** Exigem de  
26 todos nós uma análise perseverante e celeridade de adaptação e  
27 resposta, face aos novos fenómenos que vão surgindo.

28 Um deles é o **envelhecimento do corpo docente.** É um problema que se  
29 tem agravado rapidamente. Um dos efeitos mais dramáticos, mas não o  
30 único, é que até final da década irá ocorrer a saída de um número muito  
31 elevado de docentes, hoje em exercício de funções, por atingirem a idade  
32 legal da aposentação. Sem que tenha acontecido a progressiva e natural  
33 renovação, a saída radicalizará o problema, já indesmentível, da falta de  
34 professores, e, por outro lado, a ausência de medidas que promovam a  
35 renovação será responsável por uma transição brusca, sem a importante  
36 “passagem de testemunho geracional”.

37 O **cruzamento intergeracional de competências, experiências, saberes e,**  
38 **até, de memórias de lutas com ganhos e com retrocessos,** são fatores  
39 indispensáveis de construção da profissionalidade docente que vêm  
40 estando cada vez mais comprometidos. Há testemunhos e experiências  
41 que, não se transmitindo, levarão à perda da memória histórica de  
42 gerações de professores, das suas trajetórias, da luta pela afirmação da  
43 profissão, pela melhoria das condições de trabalho e também pela  
44 democratização da educação e do ensino.

45 Os dados dizem que, **até ao final da década, em 2030, mais de metade do**  
46 **atual corpo docente terá saído das escolas e também nos dizem que o**  
47 **número de docentes em formação está longe de corresponder às**  
48 **necessidades** assim criadas. Esta situação tem sido negligentemente

1 considerada por este e por governos anteriores. Mas ela ameaça, num  
2 curto prazo, afetar os alicerces do próprio sistema educativo português,  
3 com graves repercussões na Escola Pública, na qualidade da educação e  
4 do ensino em geral e na condição docente em Portugal.

5 O último congresso da FENPROF, o 13º, em maio de 2019, decorreu a  
6 cinco meses do fim de uma legislatura da qual se esperavam resultados  
7 mais profícuos, tendo até em conta indícios iniciais, quer ao nível do  
8 diálogo, quer de algumas medidas então tomadas. Na legislatura que seria  
9 iniciada ainda em 2019 o governo manteve, no que à Educação diz  
10 respeito, a atitude marcada pela desvalorização do serviço público de  
11 Educação e pelos problemas candentes sentidos; continuou a  
12 desconsiderar os profissionais, nomeadamente os docentes, o que  
13 também foi sentido pelos investigadores na área da Ciência e  
14 Investigação. Houve, mesmo, uma **radicalização daquela atitude,**  
15 **consubstanciada na estratégia de bloqueio negocial,** particularmente  
16 cerrado no caso do ME.

17 Se dúvidas houvesse, a proposta de OE para 2020, a primeira do segundo  
18 mandato do PS, dissipou-as. **Perante a pressão para a resolução dos**  
19 **problemas, a tática do governo passou a ser o silêncio, tentando isolar**  
20 **os sindicatos dos docentes, nomeadamente a sua estrutura mais**  
21 **representativa que é a FENPROF.** O governo deixou de apresentar  
22 propostas negociais e, ao mesmo tempo, não se disponibilizava para  
23 receber as que a FENPROF lhe entregava. Foi montado um bloqueio a  
24 todo e qualquer processo negocial, situação sem paralelo na democracia  
25 portuguesa, situação inédita nos anos de democracia, pelo menos com a  
26 dimensão com que foi posta em prática.

27 O mandato do governo que terminou em 2022 foi marcado por uma  
28 pandemia que ainda não terminou. Tem sido um tempo complexo, com  
29 várias fases de confinamento e isolamento social, com encerramento das  
30 escolas e a **generalização do designado ensino a distância que foi, na**  
31 **verdade, ensino remoto de emergência.**

32 **A FENPROF e os seus sindicatos tudo fizeram para, rapidamente, se**  
33 **adaptarem às novas e complicadas circunstâncias,** no sentido de  
34 manterem a ligação aos professores e desenvolverem a indispensável  
35 atividade sindical, mesmo no quadro de acrescidas dificuldades. Foi, aliás,  
36 um tempo em que a presença dos Sindicatos da FENPROF foi  
37 determinante nas exigências do cumprimento das regras de higiene e  
38 segurança sanitária nas escolas, de equipamentos de proteção individual,  
39 de testagem e, mais tarde, de vacinação, de informação, mas também na  
40 denúncia da escassez de meios e recursos e nas consequências que daí  
41 decorriam para as aprendizagens dos alunos e para o trabalho dos  
42 professores.

43 **A atividade reivindicativa manteve-se, ainda que, muitas vezes,**  
44 **condicionada pela situação sanitária,** denotando também uma  
45 importante capacidade de resistência e de força da organização sindical.  
46 Prosseguiram, de forma persistente, os contactos institucionais, aos quais  
47 a FENPROF recorreu, sempre que necessário, com os objetivos de  
48 questionar, propor e exigir.

1 Manteve-se, ainda, **o atendimento e o apoio aos muitos professores que**  
2 **recorreram aos seus sindicatos** para resolverem variadíssimos problemas,  
3 os que a pandemia desnudou e agravou, ou os que contrariavam a  
4 efetivação dos direitos que, por causa da situação de saúde pública,  
5 começaram a ser postos em causa.

6 A síntese do período mais agudo está feita, mas o Congresso não poderia  
7 deixar de **registar a capacidade que a FENPROF e os seus sindicatos**  
8 **demonstraram de, rapidamente, se adaptarem a um contexto novo,**  
9 mantendo uma forte intervenção sindical em todos os domínios, mesmo  
10 que, por vezes, tal não fosse percebido por muitos docentes ou pela  
11 opinião pública.

### 12 **3.2. A FENPROF no plano interno**

13 O trabalho desenvolvido no âmbito da FENPROF, pelos seus sindicatos e,  
14 destes, de forma articulada, entre si, é primordial para o reforço da  
15 organização e decisivo para a melhoria da eficácia da ação em defesa dos  
16 docentes e, de forma geral, da Escola Pública, bem como dos  
17 investigadores. **É crucial continuar a desenvolver uma ação sindical**  
18 **centrada nas escolas, com o reforço da sindicalização,** mantendo e  
19 intensificando a intervenção dos dirigentes e delegados sindicais.

20 O elevado número de aposentações que vão ter lugar ao longo da década  
21 e a conseqüente renovação do corpo docente – podendo ser programada  
22 com cuidado, ou ameaçadoramente caótica – exigirão, também, a  
23 adaptação da estrutura sindical. Os quadros sindicais da FENPROF e dos  
24 seus sindicatos – que compõem uma estrutura de dirigentes, delegados e  
25 ativistas sindicais na ordem dos milhares – têm, nas suas características,  
26 acompanhado a tendência de envelhecimento, refletindo, em grande  
27 medida, a composição do corpo docente de que emanam. Agora, porém,  
28 o desafio é outro, é o de **acompanhar a renovação e o rejuvenescimento**  
29 **do professorado português, com as vicissitudes que marcarão estes**  
30 **processos.**

31 Neste contexto, a FENPROF e os seus sindicatos têm procurado introduzir  
32 medidas nas suas organizações, nos vários patamares da estrutura, para  
33 irem ao encontro dessas preocupações. Nas direções sindicais têm sido  
34 eleitos docentes no ativo, traduzindo as **diversidades de género, idade,**  
35 **sector, região, vínculo, que existem no corpo docente, envolvendo, não**  
36 **só os que se destacam** na assunção das responsabilidades sindicais, como  
37 aqueles e aquelas que se salientam enquanto delegados sindicais, ou  
38 ativistas, nos respetivos sindicatos, que ganham evidência em processos  
39 de luta concretos.

40 Tem havido, naturalmente, a preocupação de **garantir quadros também**  
41 **do âmbito do ensino superior e da investigação, bem como do ensino**  
42 **particular e cooperativo,** onde a atividade sindical conhece dificuldades  
43 acrescidas, confrontando-se, muitas vezes, com a intolerância de  
44 entidades empregadoras que têm uma visão redutora da democracia,  
45 também autoritária no que respeita às relações de trabalho.

46 Desde o 4º Congresso (maio de 1992) que a FENPROF passou a agregar e  
47 organizou os docentes que já não estavam no ativo. Após a publicação do

1 ECD, foram desencadeadas lutas na defesa das suas pensões. No 11º  
2 Congresso (maio de 2013) procurou melhorar e reforçar a participação  
3 destes docentes. É nesta sequência que, a partir da 1ª Conferência de  
4 Docentes Aposentados (novembro de 2013) é criado o **Departamento de**  
5 **Docentes Aposentados (DA/FENPROF)**, que veio dar condições mais  
6 favoráveis à sua intervenção, incluindo a integração na Inter-Reformados  
7 da CGTP-IN.

8 Sendo a maioria das direções sindicais constituídas por dirigentes que  
9 cederam o seu crédito horário para acumulação por parte dos que  
10 assumem tarefas a tempo inteiro ou parcial, **importa encontrar as formas**  
11 **mais adequadas de envolvimento desses quadros na vida sindical**, desde  
12 logo na tarefa fundamental de trazer ao sindicato as preocupações e  
13 propostas dos professores das suas escolas e de levar às suas escolas as  
14 propostas e o trabalho do sindicato e da Federação, incluindo as  
15 necessárias dinâmicas de mobilização.

16 **As reuniões de escola são regra de ouro para os sindicatos da FENPROF**,  
17 também como espaços de eleição de delegados sindicais e de  
18 dinamização de núcleos sindicais de base. É na escola, perante os  
19 problemas concretos que se faz a primeira intervenção, em regra a mais  
20 importante, quer estejam em causa questões locais, quer regionais ou  
21 nacionais.

22 Os **plenários e encontros** envolvendo dirigentes, delegados e ativistas  
23 sindicais, ou professores, educadores e investigadores em geral, são,  
24 também, espaços de discussão e debate fundamentais, momentos de  
25 formação sindical efetiva para todos, tanto os que ouvem, como os que  
26 intervêm e os que organizam; são, também, acontecimentos importantes  
27 para o fortalecimento de dinâmicas de unidade. É a participação no  
28 debate e no esclarecimento dos pares, em reuniões, plenários, nas lutas,  
29 na preparação e avaliação de cada uma delas, ou seja, é a prática sindical  
30 que (individualmente) faz os sindicalistas e (coletivamente) permite  
31 construir o sindicato e a Federação com as suas características e virtudes  
32 reconhecidas.

33 O trabalho sindical e a estreita ligação à escola e aos professores são, sem  
34 menosprezar outras iniciativas, incluindo as dedicadas a isso, **a melhor**  
35 **campanha de sindicalização que a FENPROF e os seus sindicatos podem**  
36 **fazer**. Se, complementarmente, houver uma boa resposta ao nível da  
37 informação e do apoio aos sócios, estará solidamente garantido o futuro  
38 da FENPROF como a necessária e mais representativa organização sindical  
39 dos professores de Portugal, uma federação que agrega cerca de 50 000  
40 professores, no ativo e aposentados, do sector público e do privado, da  
41 educação pré-escolar, dos ensinos básico, de instituições de ensino  
42 superior e centros de investigação.

43 O cenário que se avizinha, a curto prazo, com a saída de milhares de  
44 professores, terá também **implicações nos números e nas taxas de**  
45 **sindicalização dos sindicatos da FENPROF**. É fundamental encarar este  
46 problema para o futuro do movimento sindical docente que, de um  
47 momento para o outro, verá, ele próprio, sair da profissão um enorme  
48 grupo de docentes que têm sido pilar da sua afirmação.

1 Também com o intuito de envolver novas gerações que irão chegar às  
2 escolas, **a informação e a comunicação sindicais, sempre fundamentais,**  
3 **tornam-se especialmente determinantes.** Isso é ainda mais verdadeiro  
4 face às inúmeras fontes – algumas, pode dizer-se, de desinformação –  
5 hoje disponíveis, face à possibilidade que todos têm de aceder a uma  
6 multiplicidade de informação de qualidade muito diversa, por vezes falsa,  
7 mas na maior parte ao serviço dos interesses dominantes, manipulada de  
8 forma intencional e que fomenta percepções distorcidas dos  
9 acontecimentos e da realidade. A comunicação social dita tradicional,  
10 outrora detentora deste poder, reparte-o, cada vez mais, com uma  
11 panóplia de fontes, boa parte das vezes sem filtros. Toda esta realidade,  
12 em grande parte adversa a ideias progressistas e, em particular, ao  
13 sindicalismo, tem de ser tida em conta.

14 Os **movimentos ditos inorgânicos** são elementos que têm de ser  
15 considerados no espaço público. Organizados a partir ou em torno de  
16 causas por vezes justas, quase sempre fragmentadas, atingem, rápida e  
17 episodicamente, proporções assinaláveis. De espaço do primeiro  
18 desabafo, crescem, em determinadas circunstâncias, para significativas  
19 manifestações de insatisfação coletiva, não raras vezes, a reboque do  
20 caráter demagógico e populista do discurso aí adotado.

21 Coisas **diferentes de movimentos sociais identificados são os**  
22 **etiquetados de inorgânicos**, já mencionados, voláteis, desestruturados,  
23 acontecendo em torno de causas muito específicas, a maioria das vezes,  
24 cavalgando tendências e modas. Perante eles, de quando em vez, perdem  
25 espaço projetos de longo prazo, consolidados em reflexão, análise e  
26 experiência, nomeadamente os projetos coletivos, revolucionários,  
27 solidários e intergeracionais. Não é um fenómeno novo, mas acentua-se a  
28 uma velocidade vertiginosa e dificulta a capacidade de resposta, também  
29 do movimento sindical. Aliás, é importante observar que aqueles  
30 movimentos descritos como inorgânicos, beneficiando, frequentemente,  
31 da especial atenção da comunicação social dominante, escolhem  
32 momentos de maior mobilização para surgirem ou ressurgirem e, na  
33 prática, dividirem. É um forte indício de que, pelo menos alguns deles,  
34 terão muito pouco de “inorgânico”.

35 Reconheça-se que **haverá os que podem ser genuinamente espontâneos**  
36 **e não estarem motivados por razões antissindicais.** Outros são, sem  
37 dúvida, projetos intencionais de poder que navegam à vontade no caos da  
38 desinformação, o que esta pandemia da COVID-19, até por ter forçado  
39 uma maior disponibilidade para o digital e as redes sociais, também tem  
40 ajudado a medrar. Entre estes, há projetos ligados a extremismos que  
41 cultivam medos artificiais, criam inimigos internos e externos, promovem  
42 sentimentos negativos e, claro, na sequência do que fomentam, anunciam  
43 soluções miríficas e salvadores “abençoados”. Alimentam-se do caldo das  
44 crises, das incertezas, da globalização da pobreza, do aumento das  
45 desigualdades, da precariedade, da indiferença, da anatematização do  
46 que é diferente.

47 As redes sociais e os seus influenciadores, as plataformas de notícias  
48 falsas criadas de forma intencional e com imensa capacidade de penetrar  
49 em públicos muito variados, de moldar opiniões, de alterar tendências de

1 voto, resultados eleitorais, destruir pessoas e promover outras são parte  
2 incontornável do quadro comunicacional nos nossos dias. Amiúde,  
3 funcionam também como instrumentos de divulgação e de angariação de  
4 adeptos do “inorgânico”. São **realidades que é preciso ter em conta, que**  
5 **todos os dias atuam com impactos ineludíveis para a atividade sindical**  
6 **e, em particular, para a mobilização**, o que também não é estranho à sua  
7 divulgação. São realidades que têm erodido significativamente estruturas  
8 tradicionais de poder e as formas experimentadas de mobilização,  
9 levando à diluição ou desaparecimento, um pouco por todo o mundo, de  
10 referências que poderiam pensar-se definitivamente estruturadas e  
11 ancoradas em projetos consolidados.

12 No plano comunicacional, a FENPROF tem nas **revistas Jornal da FENPROF**  
13 **(JF) e JF SUP (suplemento para o ensino superior e a investigação)**, e nas  
14 **suas páginas web e das redes sociais**, importantes instrumentos de  
15 divulgação dos seus posicionamentos, documentos e iniciativas. Também  
16 as *newsletters* que os sindicatos reenviam, reforçando ou acrescentando a  
17 sua própria atividade informativa, são úteis meios de comunicação e  
18 informação. Complementando o contacto, as páginas, as revistas e jornais  
19 dos sindicatos, não se limitam a replicar, mas somam, muitas vezes,  
20 capacidade de divulgação das posições sindicais.

21 Não isenta de fundadas críticas, é de reconhecer que **a comunicação**  
22 **social escrita, televisionada e radiofundida, divulga muitas posições e**  
23 **iniciativas da FENPROF**, solicitando, por vezes, a intervenção de dirigentes  
24 da federação, com intenso destaque e exigência acrescida para o  
25 secretário-geral. São meios fundamentais que há que continuar a utilizar e  
26 potenciar, mas, evidentemente, justificam-se novas abordagens nesta  
27 área. Neste sentido foi, por exemplo, inserido na estrutura da FENPROF  
28 trabalho de assessoria de imprensa que deverá continuar a ser  
29 potencializado e melhorado.

30 É importante **conjugar o conteúdo político-sindical da mensagem que se**  
31 **pretende transmitir, razão basilar da sua necessidade, com a diversidade**  
32 **e inovação dos múltiplos meios e formas que hoje existem para o fazer.**  
33 Sem prescindir da sua intencionalidade, a mensagem deverá prosseguir  
34 uma estratégia de maior organização, sendo melhorada, aperfeiçoada,  
35 sintetizada, de forma a potenciar a circulação também noutras  
36 plataformas de comunicação, nomeadamente nas redes sociais. É uma  
37 tarefa que não é fácil. Sabe-se que, cada vez mais, as pessoas são  
38 compelidas a procurar mensagens simples, ou mesmo simplistas. Nem  
39 sempre, no entanto, a simplificação é compatível com a contextualização  
40 e a fundamentação necessárias e adequadas, isto é, para além do  
41 *soundbite*.

42 **A FENPROF tem uma imagem com a qual muitos professores se**  
43 **identificam.** Atualmente, também é uma “marca”, que pode e deve ser  
44 potencializada. Isto significa que tem uma identidade própria e que os  
45 professores se reveem nos valores que defende e protagoniza. A isto  
46 deve-se, também, a conquista de um espaço relevante, diferenciado e  
47 consolidado, reconhecido pelos interlocutores na área da Educação e por  
48 influentes órgãos de comunicação social.

1    Projetar o nome e a imagem da FENPROF implica, além da intervenção no  
2    plano reivindicativo e negocial, **criar e promover eventos de outras**  
3    **naturezas que afirmem a Federação entre os professores**, cativando os  
4    que neles se reveem, e na sociedade em geral. Vale a pena, a título de  
5    exemplo, destacar aqui três iniciativas com reconhecido sucesso, que  
6    merecem continuidade, e que dão argumentos para que outras possam  
7    ser consideradas e promovidas, mesmo não sendo este o núcleo da  
8    atividade da FENPROF: o prêmio literário, Urbano Tavares Rodrigues, e o  
9    de poesia, António Gedeão, atribuídos em anos alternados, e a Corrida  
10    Nacional do Professor e da Educação. São eventos que se têm consolidado  
11    e que estão a marcar uma agenda que se justifica continuar e que  
12    poderão servir de inspiração para outros.

13    Merecem também **referência atividades que envolvem as escolas e que a**  
14    **FENPROF também tem desenvolvido**. Recentemente, em homenagem ao  
15    25 de Abril, foi colocado um mural em Peniche, junto ao Museu Nacional  
16    Resistência e Liberdade, com painéis elaborados em escolas de todo o  
17    país; já antes se tinham realizado iniciativas como a divulgação, em  
18    pacotes de açúcar, de desenhos de alunos sobre os seus professores e,  
19    também a Caravana em Defesa da Escola Pública, que percorreu o país,  
20    contou com exposições dos alunos, em diversos domínios, mostrando à  
21    população que nas escolas públicas se faz muito e bem para além da  
22    atividade letiva, apesar de todas as dificuldades que se conhecem.

23    No domínio do **apoio aos sócios, incluindo o jurídico**, sendo  
24    responsabilidade, principalmente, dos sindicatos da FENPROF, não  
25    deverão os seus funcionamentos deixar de ser articulados, conjugando as  
26    potencialidades de serviços tão relevantes para os trabalhadores  
27    representados e para a ação dos sindicatos e da FENPROF.

28    Os **gabinetes jurídicos e os respetivos juristas são fulcrais** no apoio  
29    prestado aos sócios dos sindicatos que os procuram para resolução dos  
30    seus problemas, muitas vezes a carecer de respostas mais imediatas. Os  
31    aumentos do volume de trabalho dos docentes e investigadores e da  
32    litigância nos locais de trabalho exigem manter e reforçar esta área do  
33    apoio e da ação jurídica. Ela deve funcionar com cada vez maior qualidade  
34    e com celeridade, emprestando a confiança que é essencial às  
35    organizações e aos trabalhadores representados.

36    Mas também ao nível da FENPROF, o respetivo **departamento jurídico**,  
37    constituído a partir dos sindicatos, é um instrumento fundamental para a  
38    intervenção sindical, para a tomada de posições e construção de  
39    propostas, bem como no apoio a negociações. Neste domínio, continua  
40    também a ser preciso dar passos para reforçar o apoio jurídico à direção  
41    sindical, incluindo a eficiência e tempestividade das suas respostas.

42    Como se vê, a área jurídica é uma área que apoia, também, a atividade  
43    sindical. Por isso a coordenação entre sindicatos da Federação e, em  
44    alguns domínios, com outras estruturas do movimento sindical unitário  
45    (MSU), é de grande relevância. O **trabalho articulado favorece a**  
46    **intervenção dos departamentos jurídicos de cada sindicato, fortalece as**  
47    **respostas dadas e deve permitir a rapidez necessária**, também no apoio

1 dado à organização, quando, especialmente em certos momentos de  
2 contestação, se exigem respostas tempestivas.

3 **Não se defende, de todo, um sindicalismo prestador de serviços.** Não  
4 obstante, há que responder aos muitos e diversificados pedidos de apoio  
5 e outras solicitações de muitos associados dos sindicatos. Há, também,  
6 que fazer frente à concorrência feita por outras organizações que pouco  
7 mais são do que fornecedores de alguns serviços, oferecendo descontos  
8 ou promovendo ações de formação contínua, como eixos centrais da sua  
9 atividade. É inegável que, com esses argumentos e mesmo postergando,  
10 as mais das vezes, a ação sindical, acabam por convencer alguns  
11 professores a associarem-se, o que não pode deixar de ser considerado  
12 com os devidos cuidados pela FENPROF e seus sindicatos.

13 Nestas circunstâncias, mas também pelos benefícios que permitem, **as**  
14 **regalias aos sócios devem merecer atenção.** São serviços ou condições  
15 oferecidas ou mediadas pelos sindicatos, através de protocolos firmados  
16 para o efeito, por exemplo com empresas ou outras entidades, e que  
17 devem ser multiplicados, diversificados e alargados para o âmbito  
18 nacional. As iniciativas dos sindicatos nestes domínios podem ser  
19 potencializadas pela dimensão do conjunto da FENPROF, tanto porque ela  
20 se torna muito interessante para empresas e outras entidades, como pela  
21 expressão nacional dos benefícios disponíveis para os associados que  
22 pode ser disponibilizada. Assim se contribuirá, também, para o bem-estar  
23 dos associados dos diferentes sindicatos da FENPROF, para a  
24 sindicalização de novos sócios e para a fidelização dos outros às suas  
25 organizações de classe.

26 A **formação contínua** é, sem dúvida, uma área que deve merecer um  
27 empenho especial, também ao nível da Federação, uma vez que os seus  
28 sindicatos já prestam, em geral, grande cuidado a esta frente. Defende a  
29 FENPROF que a formação contínua, sendo um dever, é também um  
30 direito dos professores. Como tal, deve ser gratuita, posição de que a  
31 FENPROF não abdica, e deve ser centrada na escola. Defende, também,  
32 que deve constituir um instrumento para a melhoria da qualidade do  
33 ensino e da escola. Para isso é fundamental que se criem tempos  
34 adequados, que não constituam mais uma sobrecarga de horas, ademais  
35 com pouco proveito ao nível da condição profissional dos docentes.

36 Neste domínio, **o Centro de Formação Professor José Salvado Sampaio**  
37 **foi criado pela FENPROF em 2021**, recuperando, de certa forma, alguns  
38 dos objetivos do extinto Instituto Irene Lisboa. Tem como propósito geral  
39 intervir na formação contínua de docentes, segundo os princípios já  
40 citados, articulando esforços entre os sindicatos, sem contudo pretender,  
41 por qualquer forma, substituir-se ao papel que eles têm tido e  
42 continuarão a ter na organização e oferta de formação contínua, sindical e  
43 outra.

44 Neste sentido e pelo segundo ano consecutivo, o Centro promove **ciclos**  
45 **de debates e cursos de formação creditada** que permitem a valorização  
46 do exercício da atividade profissional e a realização de formação creditada  
47 para efeitos de progressão na carreira. Os debates promovidos nestes

1 ciclos têm abordado diversos temas, como democracia nas escolas,  
2 municipalização da educação, acesso ao ensino superior,  
3 rejuvenescimento e aposentação do corpo docente, inclusão, novas  
4 experiências pedagógicas, *bullying*, língua portuguesa e outros. Prosseguir  
5 este projeto e articulá-lo com os centros de formação de cada um dos  
6 sindicatos são propósitos a manter e a consolidar.

7 A **formação sindical** é outra área estratégica. A formação de dirigentes e  
8 delegados sindicais deverá fazer parte dos planos de atividades, desde  
9 logo, dos sindicatos, como em regra vem sucedendo, que devem  
10 dinamizá-la e, quando possível, articular e partilhar ações entre eles. É um  
11 investimento muito pertinente para a renovação sindical e, antes disso,  
12 para a capacitação dos quadros. Trata-se de um processo que deverá ser  
13 contínuo e permanente. Deve possibilitar a aquisição e a produção de  
14 conhecimentos, de forma a permitir aos participantes a necessária  
15 preparação para o trabalho político e sindical.

16 Sendo estas responsabilidades, em primeira linha, dos sindicatos, a  
17 FENPROF, **articulando, ou promovendo iniciativas nacionais como**  
18 **encontros, conferências, seminários, debates e outras**, tem também uma  
19 intervenção saliente, incluindo na possibilidade que abre de contactos,  
20 discussão e troca de experiências entre dirigentes e delegados sindicais de  
21 diferentes regiões.

### 22 **3.3. Organização e relacionamento**

23 As **atividades setorial e intersectorial** são estruturantes no  
24 funcionamento e no posicionamento da FENPROF. É importante que  
25 operem em sinergia e que a comunicação entre setores seja o mais efetiva  
26 possível.

27 Os setores têm, obviamente, problemas específicos. São sentidos,  
28 geralmente, de uma forma muito viva, o que acrescenta razões à  
29 necessidade de intensificar a atividade setorial. Isto deve acontecer em,  
30 pelo menos, dois planos: o da **atividade das coordenações setoriais e o**  
31 **da organização de iniciativas como encontros, conferências, colóquios,**  
32 **debates e outras** iniciativas que favoreçam o aprofundamento da análise  
33 e discussão dos problemas mais marcadamente setoriais.

34 **A maioria dos ataques à profissão docente, contudo, são transversais,**  
35 **atingindo vários ou todos os setores**, ainda que às vezes com  
36 particularidades que não são, por assim dizer, a essência. Por exemplo, a  
37 precariedade, um dos mais fortes ataques à condição profissional, o que  
38 faz dela um problema de todos, é uma realidade marcante que flagela  
39 milhares de docentes – e a generalidade dos investigadores – em todos os  
40 setores de educação e ensino. Contratos a prazo prolongando-se por  
41 anos, ou por décadas, são uma situação muito negativa e,  
42 lamentavelmente, conhecida em todos os setores, fruto de opções  
43 políticas que são de carácter geral e não exclusivas de um ou de outro  
44 setor.

45 Para **ilustrar o carácter transversal de muitos dos ataques**, poderíamos  
46 juntar aqui os que visam a desestruturação e o embaratecimento das

1 carreiras, a intensificação e sobrecarga de horários de trabalho, com  
2 recurso a abusos e ilegalidades, ou ainda as medidas que têm vindo a  
3 provocar o envelhecimento dos corpos profissionais, como os docentes,  
4 começando no progressivo aumento da idade para a aposentação, uma  
5 imposição transversal que, inclusivamente, extravasa os setores em que  
6 laboram docentes e investigadores.

7 Os **departamentos e as frentes e grupos de trabalho organizados na**  
8 **esfera da FENPROF** desenvolvem um trabalho que também é essencial.  
9 Algumas destas estruturas têm funcionado em permanência, outras,  
10 como algumas frentes de trabalho, não têm essa regularidade. A sua  
11 atividade permite aprofundar conhecimento e informação sobre  
12 diferentes matérias, contribuindo com propostas e apoiando, em  
13 particular, o secretariado nacional, na discussão e na tomada de posições.  
14 É sempre possível e muitas vezes desejável reorganizar e redimensionar  
15 esta estrutura interna no sentido de a conseguir tornar mais operacional,  
16 mais capaz de prestar o apoio que é suposto. Trata-se de um debate que  
17 nunca está fechado e que deve ser relançado oportunamente pelos novos  
18 órgãos da FENPROF.

19 O **relacionamento institucional** é indispensável para a vida e para a ação  
20 da FENPROF e de todo o movimento sindical. Estabelecer relações,  
21 fortalecer diálogos, criando empatias com diversos públicos, são  
22 responsabilidades que a FENPROF sempre assumiu. O trajeto desta  
23 Federação sempre foi de resistência, mas também de proposição e  
24 afirmação, na defesa dos professores e de todo o sistema educativo, com  
25 destaque para a Escola Pública. O percurso exigiu sempre da FENPROF a  
26 participação e a intervenção em todos os locais onde se discutem e  
27 projetam as políticas, não só educativas, mas todas as que têm impactos  
28 no país e que, de forma dinâmica, se influenciam mutuamente.

29 É assim que a FENPROF ocupa e continuará a ocupar, de forma ativa e  
30 interveniente, os **espaços institucionais de participação** onde já tem  
31 assento, com destaque para o Conselho Nacional da Educação.

32 É necessário **manter abertas as portas do diálogo e da negociação, em**  
33 **especial com os ministérios que intervêm nas políticas educativas,**  
34 Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, mas também, com as  
35 devidas adaptações, Finanças, Administração Pública, Saúde e Trabalho e  
36 Segurança Social.

37 Muito importantes, ainda, o contacto, o diálogo e a apresentação de  
38 propostas e pontos de vista, solicitações de intervenção ou informações,  
39 junto de todos os **órgãos de soberania ou do Estado:** Presidência da  
40 República, Governo, Assembleia da República, nomeadamente da sua  
41 Comissão de Educação e outras comissões especializadas, Provedoria de  
42 Justiça ou Procuradoria-Geral da República. Aliás, cumpre dizer que, como  
43 sucedeu nos últimos tempos, quando aquelas portas de diálogo e de  
44 negociação se fecham, é obrigatório insistir sem desânimo, sem ceder às  
45 estratégias de bloqueio, pressionando para que se reabram. Só assim se  
46 torna possível avançar na solução de problemas, no respeito pela  
47 democracia e pelo estado de direito democrático.

1 No Parlamento o **contacto e a ligação aos grupos parlamentares** são  
2 fundamentais e estratégicos para a intervenção político-sindical,  
3 reconhecendo as diferenças entre eles e os distintos posicionamentos que  
4 têm assumido relativamente às questões da Educação e da Ciência e às  
5 exigências dos seus profissionais. Cabe, de qualquer modo, fazer uma  
6 ressalva no sentido de não abranger nesta preocupação de contacto e  
7 ligação grupos parlamentares, ou mesmo deputados sem grupo  
8 parlamentar, cuja matriz comporte valores racistas, xenófobos,  
9 homofóbicos ou, ainda, outras formas de discriminação.

10 É importante continuar a manter e aprofundar a **ligação com associações**  
11 **de país**, nomeadamente com a Confederação das Associações de País  
12 (CONFAP) e com a Confederação Nacional Independente de País e  
13 Encarregados de Educação (CNIPE), com federações regionais e, mesmo,  
14 com associações de escola ou agrupamento com as quais seja possível  
15 estabelecer relações de cooperação.

16 Com a mesma disponibilidade, a FENPROF deverá manter contactos e  
17 diálogo com as **associações representativas de outros profissionais que**  
18 **intervêm no espaço escolar**, mas também, sem concessões no  
19 distanciamento em relação ao atual modelo de direção e gestão, de  
20 diretores das escolas públicas.

21 Não menos relevante, como se tem visto em torno de algumas temáticas,  
22 são as **organizações de natureza científica e profissional** de docentes. Por  
23 último, e não obstante algumas limitações que têm sido encontradas a  
24 este nível, há que promover contactos e diálogo, quer com as  
25 organizações representativas de estudantes do ensino secundário que  
26 estejam ativas, quer, neste caso com uma realidade mais consolidada,  
27 com as que representam alunos do ensino superior.

28 No ensino superior e na ciência, há que **procurar manter abertos canais**  
29 **de diálogo com os reitores das universidades e presidentes dos**  
30 **institutos politécnicos**, designadamente com o CRUP e com o Conselho  
31 Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

32 Noutra vertente, deve prosseguir o diálogo profícuo e trabalho  
33 convergente que têm existido com as **organizações que representam**  
34 **investigadores científicos**, incluindo bolseiros, como a Associação dos  
35 Bolseiros de Investigação Científica (ABIC).

36 Em diferente dimensão, também deverão manter-se contactos e, por  
37 vezes, trabalho convergente, como já tem sucedido, com várias  
38 **organizações ligadas à defesa do ambiente**. São campos de ação nos  
39 quais as perspetivas do trabalho dos professores na escola e da  
40 intervenção sindical têm grande interesse, nomeadamente em áreas  
41 prioritárias como a biodiversidade, o clima e fatores relevantes de saúde e  
42 segurança no trabalho, como a presença de amianto.

43 A FENPROF ocupa, hoje, no contexto internacional, um lugar importante,  
44 essencialmente pelo reconhecimento da sua capacidade de intervenção e  
45 mobilização junto dos docentes e investigadores portugueses. Isto vem  
46 permitindo o **reforço da visibilidade e da intervenção no plano**  
47 **internacional**. A FENPROF mantém uma intensa atividade, com relações

1 bilaterais e multilaterais, com organizações das várias regiões do mundo,  
2 em particular, Europa, África, América Latina e Caribe, uma atividade  
3 construída ao longo de décadas, à qual cabe dar continuidade.

4 A **Internacional da Educação** (IE) é uma grande organização que reúne  
5 384 sindicatos da educação, oriundos de 178 países e territórios. A  
6 FENPROF é membro fundador e integra, desde 2015, o respetivo comité  
7 executivo, órgão constituído por 26 membros eleitos, provenientes de  
8 diferentes regiões do mundo. A FENPROF tem também assento no Comité  
9 Executivo do Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE/IE Europa) e  
10 em dois dos seus conselhos consultivos: o Comité Consultivo do Ensino  
11 Superior e da Investigação e o Comité para a Igualdade. Integra,  
12 igualmente, a Direção da Federação Mundial dos Trabalhadores  
13 Científicos (FMTC) e mantém empenhada participação, em conjunto com  
14 outras organizações sindicais, em vários Fóruns Sociais Mundiais.

15 A FENPROF continuará a ter como prioritários o reforço do envolvimento  
16 e a ação convergente no plano europeu, com particular proximidade aos  
17 países do sul. Porém, na **lista de prioridades e solidariedade reforçadas**  
18 importa destacar países, povos e professores e educadores da América  
19 Latina e de África.

20 A FENPROF reafirma as suas responsabilidades na **Confederação Sindical**  
21 **da Educação dos Países de Língua Portuguesa** (CPLP-SE), organização cuja  
22 coordenação é, hoje, responsabilidade da Federação. Pretende-se  
23 continuar a afirmar esta estrutura junto dos órgãos executivos da  
24 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), isto é, da sociedade  
25 e dos trabalhadores da educação de cada um dos respetivos países,  
26 refirmando-a, também, como elemento chave para o desenvolvimento  
27 político, social e económico.

28 São muitos os **contextos e organizações nacionais e internacionais** em  
29 que a FENPROF participa, com maior ou menor intervenção, pelo que se  
30 revela essencial divulgar mais e melhor a sua ação neste âmbito,  
31 prestigiando, ainda mais e justamente, a Federação.

32 Num momento em que a pandemia da COVID-19 teve um impacto  
33 devastador na educação, com a UNESCO a estimar mais de 1,5 mil milhões  
34 de estudantes a serem afetados pelo encerramento das escolas em 165  
35 países, correspondendo a cerca de 87% de todos os alunos inscritos, **o**  
36 **aprofundamento e o fortalecimento dos laços solidariedade entre todas**  
37 **as organizações sindicais à escala mundial** é uma necessidade ainda  
38 maior. Estima-se que a pandemia afetou, também, mais de 63 milhões de  
39 professores e um grande número de outros trabalhadores da educação. A  
40 solidariedade dos docentes e investigadores de Portugal e da sua mais  
41 representativa organização sindical é necessária e de grande significado,  
42 tratando-se de áreas do trabalho com a relevância social que se lhes  
43 reconhece.

44 A **luta por uma sociedade mais justa e a desmontagem de modelos**  
45 **neoliberais** são desígnios do movimento sindical internacional, exigindo o  
46 empenho, a capacidade de resistência tenaz e o reforço da cooperação  
47 internacional. Exige olhar para as realidades de cada país, perceber os

1 danos e os dramas que resultam das situações enfrentadas e manter um  
2 olhar solidário e interventivo, dentro dos limites possíveis.

3 A FENPROF sempre assumiu esse compromisso. Dentro das suas  
4 possibilidades, tem prestado **ajuda e solidariedade** às situações que se  
5 vivem, por exemplo, na República Árabe Saharaui Democrática, na  
6 Palestina e em todas as regiões do mundo, onde se perpetuam injustiças,  
7 ilegalidades, bloqueios e desrespeito pelos povos e pela condição humana  
8 e se impõe a denúncia contra a violação dos direitos humanos e a  
9 repressão e perseguição dos povos por potências ocupantes.

10 **A solidariedade internacional é algo que a FENPROF dá primazia**, com a  
11 noção das limitações financeiras ao seu desenvolvimento. Assim o  
12 evidenciam, também, outros exemplos de solidariedade como o de Timor-  
13 Leste, antes e na sequência da independência, de Moçambique, por causa  
14 das consequências de destruidores fenómenos atmosféricos, ou de Cabo  
15 Verde, após a erupção vulcânica na Ilha do Fogo.

16 **O 14º Congresso da Federação Nacional dos Professores reafirma, para a**  
17 **FENPROF, uma matriz sindical de classe, da luta e do protesto**  
18 **necessários, mas também e sempre da proposta e da disponibilidade**  
19 **negocial, da solidariedade e não do corporativismo.** Assume, também, a  
20 insubstituível importância da reflexão sobre a política educativa, porque,  
21 nem a Escola, nem a Educação, nem o Professor ou o Investigador podem  
22 ser vistos de forma atomizada, isolados da sociedade e das políticas que a  
23 dirigem e configuram. Bem pelo contrário, eles e os seus papéis  
24 profissionais e sociais mergulham na sociedade e transformam o país que  
25 temos e o que aspiramos ser. São estas opções e as marcas indeléveis da  
26 luta consequente e da reflexão, que permitem à FENPROF, Federação  
27 Nacional dos Professores, continuar a ser a organização de professores  
28 mais representativa do país, respeitada aos níveis nacional e  
29 internacional. Representativa, combativa e interventiva!

#### 30 **3.4. A FENPROF e o movimento sindical unitário**

31 **Reforçar a relação e cooperação com o MSU, tanto no plano nacional,**  
32 **como no plano internacional, foi e é um eixo estratégico da FENPROF.**  
33 No plano nacional sempre foram estabelecidas relações de cooperação  
34 em diversos níveis. Elas incluem a filiação em estruturas de nível superior,  
35 mas também a procura de plataformas de ação que permitam lutas  
36 comuns, com objetivos convergentes, alguns de natureza mais  
37 conjuntural, outros de maior alcance.

38 Há um **princípio de unidade dos trabalhadores que leva a ação da**  
39 **FENPROF e dos seus sindicatos também para fora dos seus âmbitos de**  
40 **representação profissional**, assumidamente ao arrepio do corporativismo  
41 e que visa a intervenção por objetivos mais amplos, comuns a muitos ou  
42 mesmo a todos os trabalhadores. Independentemente de divergências  
43 pontuais ou por vezes até estruturais, a FENPROF preza muito a  
44 construção que tem de ser permanente da unidade entre estruturas  
45 sindicais.

1 A FENPROF, desde a sua fundação em 1983, tem com a **CGTP-IN** um  
2 relacionamento privilegiado que resulta da real identificação dos projetos  
3 sindicais que partilham, da visão de transformação da sociedade e da  
4 assunção partilhada da importância do trabalho e dos trabalhadores, da  
5 troca intensa e enriquecedora de experiências e de saberes e da  
6 promoção de ações e lutas comuns. É um caminho que a FENPROF fez e  
7 faz com a CGTP-IN e que pressupõe, também, o reconhecimento frontal  
8 do caráter essencial da solidariedade entre os trabalhadores (os do ativo,  
9 mas também os reformados e aposentados). É um caminho, ainda, que  
10 deu e dá contributos inestimáveis para a melhor compreensão dos  
11 contextos e realidades com que, diariamente, nas escolas, os professores  
12 se confrontam.

13 A relevância deste relacionamento – que, mais do que isso, é fazer parte,  
14 e parte relevante, da grande central dos trabalhadores portugueses – é  
15 bem demonstrada pelo facto de **todos os sindicatos da FENPROF, hoje,**  
16 **integrarem a CGTP-IN e estarem profundamente implicados na sua vida**  
17 **e atividade**, quer no plano nacional, quer nos planos distritais, através da  
18 participação nas uniões dos sindicatos.

19 A adesão dos sindicatos da Federação à CGTP-IN foi um processo  
20 estimulado, desde cedo e, hoje, plenamente reconhecido como um **ganho**  
21 **sindical também para os docentes e investigadores**. Escolha individual e  
22 democrática dos sindicatos, permitiu, ao longo destes anos, uma maior  
23 capacidade de intervenção sindical na defesa dos professores e na  
24 construção de Escola Pública de Qualidade e Inclusiva.

25 Enquanto plataforma que congrega um diversificado conjunto de  
26 sindicatos, a maior parte membros da CGTP-IN, a **Frente Comum dos**  
27 **Sindicatos da Administração Pública** (FCSAP), em que participa a maioria  
28 dos sindicatos da FENPROF, tem sido um espaço de convergência na  
29 elaboração de propostas e na coordenação de ações de luta de todos os  
30 trabalhadores da administração pública, a partir do qual se procuram  
31 articular reivindicações e lutas que as sirvam, em torno de matérias que  
32 são transversais e afetam a generalidade dos trabalhadores do setor  
33 público. Temas como a valorização dos salários e, neste domínio, a sua  
34 atualização anual, a valorização das carreiras e das profissões no setor  
35 público, o combate à precariedade, a defesa dos serviços públicos e das  
36 funções sociais do Estado, a defesa da ADSE, são exemplos de matérias do  
37 âmbito transversal da administração pública, e não do plano estritamente  
38 setorial, como o dos docentes e investigadores, ou de outros setores  
39 profissionais.

40 Pela importância que tem a articulação e a convergência entre os diversos  
41 sindicatos representativos, designadamente em aspetos que são  
42 estruturantes no setor, tendo, por isso, implicações em todas as  
43 profissões e respetivas carreiras, é necessário **aprofundar a reflexão**  
44 **sobre os problemas que os professores partilham com os restantes**  
45 **trabalhadores da administração pública**, assim como sobre a importância  
46 da sua mobilização em processos de luta comuns. Ao mesmo tempo,  
47 importa, também, contribuir para melhorar as condições de organização e  
48 funcionamento da FCSAP, pois, participando nesta frente comum seis dos  
49 seus sete sindicatos, a FENPROF não se pode alhear dela ou colocar-se

1 numa posição de equidistância em relação às outras duas plataformas que  
2 intervêm neste âmbito, ambas constituídas por estruturas da UGT.

3 **Reforçar a ligação ao MSU**, aumentando os níveis de participação e  
4 envolvimento dos professores e educadores em lutas conjuntas ou  
5 convergentes, criando condições para uma melhor compreensão da  
6 realidade social é um caminho que a FENPROF continuará a trilhar e esse  
7 é o compromisso que o Congresso volta a assumir.

8 A década que já se iniciou está repleta de exigentes desafios. As  
9 mudanças profundas que se vão operar na composição do corpo docente  
10 e noutras dimensões da profissão implicarão **grandes alterações também**  
11 **na organização sindical docente**, a formação de novos quadros, a  
12 necessidade de conciliar rapidez e substância na resposta, mudanças com  
13 o recurso a diversas plataformas e meios de comunicação...

14 Um trabalho difícil, necessário e exaltante que não deverá esquecer as  
15 grandes lições do passado que permitiram ao movimento sindical de  
16 classe, em Portugal, ter 150 anos de vida e ser a força que é hoje, apesar  
17 de muitos terem sentenciado o seu fim que anunciavam pelo virar do  
18 milénio. Um trabalho difícil, necessário e exaltante que marca **a matriz**  
19 **sindical da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), distinguindo-**  
20 **a na profusão de organizações sindicais de docentes** existentes em  
21 Portugal.

22 **Tal como no passado, será com a nossa matriz sindical, com olhar crítico**  
23 **e com atenção à novidade, que seremos força de futuro. É com**  
24 **confiança que enfrentamos o futuro.**

25

26 14.º Congresso Nacional dos Professores

27 13 e 14 de maio de 2022

28

29

30

31

32 **Lista de siglas e acrónimos:**

- AR Assembleia da República
- CCT Contrato coletivo de trabalho
- CEEC Concursos de estímulo ao emprego científico
- CIM Comunidades intermunicipais
- CNE Conselho Nacional de Educação
- CRP Constituição da República Portuguesa
- CRUP Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
- EAE Ensino artístico especializado
- ECD Estatuto da Carreira Docente
- EP Ensino profissional
- EPC Ensino particular e cooperativo
- EPE Ensino português no estrangeiro
- FCSAP Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública

FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
IE	Internacional da Educação
IES	Instituições de ensino superior
IPSFL	Instituições privadas sem fins lucrativos
IPSS	Instituições particulares de solidariedade social
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ME	Ministério da Educação
MSU	Movimento sindical unitário
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
OE	Orçamento do Estado
PIB	Produto interno bruto
	Programa extraordinário de regularização dos vínculos precários na administração pública
PREVPAP	pública
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
SCTN	Sistema científico e tecnológico nacional
SPE	Sindicato dos Professores no Estrangeiro
SPM	Sindicato dos Professores da Madeira
SPRA	Sindicato dos Professores da Região Açores
SST	Segurança e saúde no trabalho